

PCP condena

Escalada de guerra



Por todo o mundo há manifestações contra os ataques e a escalada de guerra. Na foto, milhares de pessoas desfilam em Nova Iorque

«Não será uma escalada de guerra, decidida e executada pela administração norte-americana, e que firmemente se condena, que poderá enfrentar eficazmente o problema do terrorismo internacional», afirma a Comissão Política do CC do PCP, alertando contra «o propósito de os Estados Unidos, em nome do combate ao terrorismo, reforçarem posições estratégicas no Médio Oriente e na Ásia Central e afirmarem arrogantemente a sua hegemonia planetária».

Págs. 5 a 9



A política da falência

Em seis meses, encerraram mais de 900 empresas em Portugal, denunciou Vicente Merendas na Assembleia da República. O deputado comunista salientou que na raiz deste grave problema está a política económica e laboral do Governo, que provoca a destruição do tecido industrial do País.

Centrais

Aprovada nova revisão

Retrocesso constitucional

O PS voltou a ceder à direita nesta nova revisão constitucional, que desta vez ataca direitos e garantias, a pretexto de adaptar Portugal às exigências do Tribunal Penal Internacional.

Pág. 10

Amadora

Cultura agonizante

Na Amadora, a CDU acusa Joaquim Raposo de ter preterido, à revelia da Câmara, o Festival Internacional de BD em benefício de uma acção de pré-campanha eleitoral.

Pág. 20

Carvalhas na Madeira

CDU é a alternativa

Carvalhas, presente na apresentação dos candidatos a quatro dos onze concelhos da região, apelou ao voto na CDU para resolver os problemas das populações da Madeira.

Pág. 22

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	50 números: 9 000\$00 44,90 euros
	25 números: 4 600\$00 23,00 euros
EUROPA	50 números: 23 000\$00 114,75 euros
EXTRA-EUROPA	50 números: 33 000\$00 164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carlos Carvalho manifesta confiança no resultado da CDU em Vila Franca de Xira

Resumo

3 Quarta-feira

O PCP apresenta os candidatos comunistas que integram a coligação «Amar Lisboa». O sindicato dos vidreiros agenda uma reunião com o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento para impedir a falência da Mandata e na Mortensen. Seis palestinianos são assassinados durante os bombardeamentos de tanques israelitas numa zona no norte da Faixa de Gaza. A Rússia ordena aos seus cidadãos residentes no Paquistão que deixem o país, «devido ao agravamento da situação». A Alta Autoridade para a Comunicação Social aprova por maioria um parecer negativo quanto à nomeação de Emílio Rangel para o cargo de director-geral da RTP.

4 Quinta-feira

A Assembleia da República aprova revisão extraordinária da Constituição portuguesa para que o País possa aderir ao Tribunal Penal Internacional. O Conselho de Ministros aprova uma resolução de combate à fraude e evasão fiscal, de forma a combater a fuga e deslocalização de capitais por via de «off-shores». A Associação Animal assinala «o Dia Mundial do Animal», na Rua Augusta, em Lisboa, com uma acção de protesto pelas condições em que são transportados os animais de criação. Os talibã anunciam que vão levar a tribunal a jornalista britânica Yvonne Ridley por desrespeito à lei. Iniciam-se as operações para retirar do fundo do rio Douro os restos do tabuleiro da ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios.

5 Sexta-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, acusa, no Funchal, a coligação madeirense PS/PP de «falta de princípios» e «de procurar o poder pelo poder». Dezenas de feridos e cerca de 200 detenções é o resultado de um confronto entre a polícia paquistanesa e milhares de manifestantes na cidade de Carachi, no Paquistão. Cerca de 17 mil mineiros entram em greve, em protesto pelo não cumprimento de um acordo salarial assinado no mês passado com o governo da Sérvia. As autoridades argelinas recorrem à polícia militar para impedir os manifestantes berberes de alcançar a capital e participar numa manifestação que fora proibida.

6 Sábado

A Comissão Coordenadora de Faro da CDU acusa o executivo de ter «ferido de morte» o Plano Director Municipal. Mais de uma centena e meia de tractores e viaturas de sócios das adegas cooperativas da Região Oeste

manifestam-se no Cadaval, numa acção de protesto contra a entrada em vigor da nova taxa de alcoolemia. As operações de remoção dos destroços submersos da ponte de Entre-os-Rios terminam, sem que fosse resgatado nenhum dos 36 corpos que continuam desaparecidos. A polícia turca impede uma campanha de assinaturas contra a guerra no Afeganistão lançada pela associação turca dos direitos humanos. Tendo batido a Estónia por 5-0, Portugal qualifica-se para a fase final do Mundial do Japão e Coreia do Sul, na condição de vencedor do grupo.

7 Domingo

Carlos Carvalho manifesta confiança no resultado da CDU em Vila Franca de Xira, numa visita à Feira de Outubro deste concelho. Mais de 50 mísseis Tomahawk são disparados pelos americanos contra posições estratégicas no Afeganistão. O responsável Taliban no consulado afegão em Peshawar, Paquistão, afirma que o regime fundamentalista de Cabul está em plena «Jihad» e começará a combater na fronteira com o Uzbequistão. A China exorta os EUA a «evitar atingir civis inocentes».

8 Segunda-feira

Cerca de 85 por cento dos trabalhadores da empresa Conforlimpa que asseguram a limpeza nos Hospitais da Universidade de Coimbra encontram-se em greve, reivindicando a melhoria das condições de trabalho. Mais de 25 pessoas morrem na sequência dos ataques conduzidos pelos norte-americanos e britânicos contra alvos militares e terroristas no Afeganistão. A polícia paquistanesa recorre à violência para controlar as manifestações de radicais islâmicos, que saíram à rua para protestarem contra os ataques ao Afeganistão. Dois palestinianos são mortos por disparos israelitas em dois incidentes separados, no centro e no norte da Faixa de Gaza.

9 Terça-feira

Em comunicado da Comissão Política do Comité Central, o PCP condena firmemente a escalada de guerra, decidida e executada pelos EUA. O presidente da Associação Comercial do Porto manifesta-se convicto de que «o desemprego vai aumentar fortemente em Portugal» devido à recessão norte-americana e mundial. Aviões americanos atacam a cidade de Kandahar, a capital espiritual dos talibã. A mobilização dos islamitas indonésios, em Jacarta, junta centenas de manifestantes, que protestam contra os bombardeamentos aéreos no Afeganistão. Os Campeonatos do Mundo de Ciclismo, que irão decorrer até domingo, iniciam-se em Lisboa.

Aconteceu

Descontos para idosos em Évora

Um Cartão Social do Município foi lançado esta semana pela Câmara de Évora para permitir às pessoas carenciadas descontos em serviços municipais, informou, terça-feira, a autarquia.

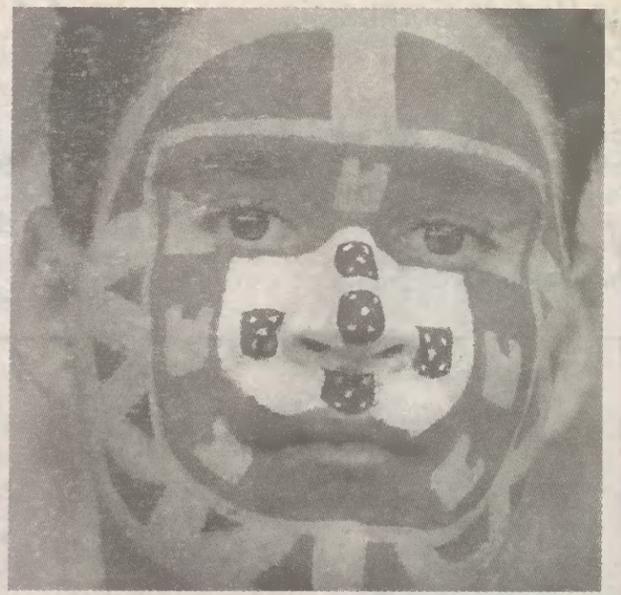
O cartão abrange inicialmente descontos nos serviços de licença e de fornecimento de água, estando previsto para breve a seu alargamento a outras áreas municipais.

A iniciativa autárquica vai ser lançada no decorrer da terceira Feira do Idoso, que vai reunir cerca de cinco mil idosos e respectivas famílias

as no próximo fim-de-semana nos pavilhões do Rosio e de S. Brás.

Orçada em nove mil contos, a feira vai contar com 24 expositores, a maioria dos quais associações de reformados do concelho, assim como a Segurança Social, o Inatel e fabricantes de equipamentos de saúde para a terceira idade.

A componente recreativa, que domina os três dias de feira, compreende um desfile de fanfarras de bombeiros, a actuação de ranchos folclóricos, bailes, espectáculos de fado e de música popular.



«Geração de ouro» rumo ao Mundial

Pela terceira vez na sua história, Portugal qualificou-se sábado para a fase final de um Campeonato do Mundo de futebol, ao golear, no Estádio da Luz, a Estónia, por 5-0.

João Pinto, Nuno Gomes, Pauleta e Figo marcaram os golos do triunfo português, que per-

mitiu à selecção nacional ficar no primeiro lugar do grupo dois.

Depois de «Inglaterra 66» e do «México 86», Portugal volta a garantir a presença num Mundial, graças a uma «geração de ouro» que cometeu também a proeza de terminar a fase de apuramento

sem qualquer derrota.

Perante um Estádio da Luz completamente cheio, a equipa orientada por António Oliveira entrou algo nervosa no encontro, soube reagir à «pressão» de não marcar cedo, mas acabou por embalar para uma exibição de sonho.

Parecer negativo a Rangel

A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) aprovou na passada semana por maioria um parecer negativo quanto à nomeação de Emílio Rangel para o cargo de director-geral da RTP.

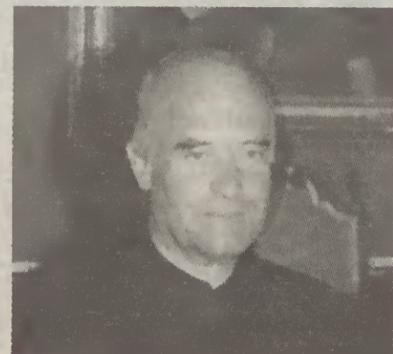
O parecer sobre a nomeação do antigo «homem forte» da SIC é obrigatório mas não vinculativo, como sublinhou na Assembleia da República o presidente da televisão pública,

João Carlos Silva.

Apesar das reservas que a escolha de Rangel suscitou, inclusive no interior da RTP, João Carlos Silva, considera que o indigitado é detentor de um currículo adequado no cargo - um lugar novo na estrutura da empresa, por acumular a responsabilidade tanto na área da programação e da informação como na do marketing e da gestão dos meios.

Universidade de Coimbra condena cortes orçamentais

O Senado da Universidade de Coimbra aprovou, na passada semana, por unanimidade,



uma moção que condena os cortes no ensino superior.

Para o Reitor da Universidade de Coimbra, Fernando Rebelo, o passo seguinte é exi-

gir «o cumprimento da metodologia de financiamento das universidades», que pode ser feito através da «transferência da totalidade das verbas que lhes são devidas».

A Universidade de Coimbra quer que o Governo possa reduzir 334 mil contos do corte adicional que esta instituição foi sujeita para este ano. Por outro lado, Fernando Rebelo

pretende que seja efectuado uma revisão de cálculo orçamental para 2002, de modo a que permita mobilizar as receitas das propinas.

Medicamentos sobem de preço

A partir de 1 de Dezembro deste ano os medicamentos comercializados em Portugal aumentam 2,5 por cento, um valor que, segundo o Ministério da Saúde, corresponde a 60 por cento do valor da inflação de 2001.

O aumento do preço dos medicamentos, que vai afectar tanto os comparticipados como os não sujeitos a comparticipação, foi a contrapartida exigida pela indústria farmacêutica para aceitar as restrições ao crescimento da despesa pública com medicamentos acordados com a tutela num protocolo assinado na passada semana.

De acordo com fonte do Ministério da Saúde, caso a despesa pública com os fármacos ultrapasse os tectos máximos rompe-se o acordo agora estabelecido com a Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma), podendo a tutela avançar com «medidas políticas restritivas».

A quebra do acordo pode também ocorrer se cada uma das partes, Ministério da Saúde e a Apifarma,



considerar que a outra não cumpriu os princípios que lhe cabiam e que estão estipulados no documento, como introdução de medidas de racionalização de prescrição, a instituição de um quadro estabilizador das dívidas hospitalares e o controlo do crescimento das vendas da indústria farmacêutica.

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Contra o terrorismo e a guerra

Começaram os ataques militares da maior potência do mundo sobre um dos países mais pobres do planeta e quase inteiramente destruído por mais de duas dezenas de anos de guerra. A mais sofisticada máquina de guerra voltou a entrar em acção numa região nevrálgica do ponto de vista geo-estratégico. Depois do Iraque e da Jugoslávia, o Afeganistão. A guerra do Golfo não trouxe mais paz ao Médio Oriente, onde o conflito israel-palestino não cessa de se agravar. A guerra da Jugoslávia não resolveu os intrincados e complexos problemas dos Balcãs, como é exemplo a situação na Macedónia e as perseguições aos sérvios no Kosovo. Não se respira nos Balcãs mais segurança ou mais paz, bem pelo contrário.

Ora, a «guerra de longa duração» desencadeada com os bombardeamentos contra o Afeganistão em nome do combate ao terrorismo só pode suscitar a mais séria e profunda inquietação.

Sabe-se que depois ou durante os bombardeamentos se seguirá a fase de ocupação do território para derrubar o regime dos talibans.

Assim sendo, o que está em curso é uma operação de guerra de um país para, em nome do combate ao terrorismo, mudar o regime, ou seja, violar frontalmente a Carta das Nações Unidas.

O terrorismo é um fenómeno altamente complexo que provavelmente nunca será totalmente erradicado, e muito menos em situações internacionais caracterizadas por profundos desequilíbrios.

Basta atentar que os próprios EUA foram até hoje um dos países que criaram, municiaram e alentaram importantes redes terroristas. Que teria sido da UNITA sem o apoio dos EUA? Quem continua a apoiar a mais pura violência terrorista da UNITA? Quem apoiou e apoia o UÇK? Quem apoiou Bin Laden durante a guerra contra os soviéticos no Afeganistão? Quem apoiou os «Irmãos Muçulmanos» contra Nasser no Egipto, Hafez al Assad na Síria, os islamistas do Iemen do Sul? Quem fechou os olhos e viu

O que está em curso é uma operação de guerra em nome do combate ao terrorismo

com simpatia a chegada ao poder dos talibans? Quem apoia hoje Mashrad, o ditador paquistanês saído de um golpe de Estado? Quem apoia o Paquistão, o país que promove um dos mais cruéis terrorismos contra a Índia na província de Cachemira? Quem criou o Hamas para combater a OLP? Quem apoiou os kmers vermelhos?

Os EUA só estão dispostos a lutar contra os terroristas quando estes se tornam suficientemente fortes e em vez de respeitarem a vontade do criador se viram contra o próprio criador.

Até agora, sempre que os grupos terroristas atacaram alvos do agrado dos EUA, estes têm esfregado as mãos de contentamento.

É preciso ir mais longe no combate ao terrorismo. E saber distinguir claramente terrorismo e luta política. Os fascistas chamavam terroristas aos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau...

Depois o terrorismo combate-se com medidas punitivas, mas também com medidas que erradiquem a base onde se alimentam os terroristas, as mais gritantes injustiças.

É esse combate ao terrorismo não é «missão» de um país tão sujo de apoios aos terroristas (incluindo Bin Laden), mas sim da única instituição que representa toda a comunidade internacional – a ONU.

A civilização moderna feita do contributo de todos os povos do mundo tem como ponto de honra a ideia que a justiça se realiza e se faz não pelas próprias mãos, mas por quem tem essa missão. Os EUA não a têm. E daí que todo o clima de apelo ao belicismo seja, em si mesmo, uma violação desta civilização.

Quando os talibans conquistaram Cabul, no meio da administração ocidental, o *Público* dava conta que os estudantes de teologia tinham «entrado» na sede das Nações Unidas, castrado e enforcado o comunista Najibullah e a presidente do Afeganistão que se encontrava sob protecção nessas instalações da ONU e que a calma passara a reinar na capital.

O terrorismo não se combate com guerras que atingem fundamentalmente os povos desses países. São já vários os milhões de refugiados. Em nome do combate ao terrorismo há sérios perigos de os EUA alargarem a sua hegemonia e estabelecerem-se noutra zona de alto valor geo-estratégico.

Editorial

A ESCALADA DE GUERRA

Para gáudio de alguns – cremos que muito poucos, apesar da vontade geral que se expressa no sentido da necessidade de combater o terrorismo – a guerra, com o seu cortejo de bombardeamentos, destruições e morte, já começou. Os Estados Unidos, chefiados por Bush, com o apoio activo da Grã-Bretanha de Blair, passaram finalmente à acção. E, por muito cirúrgica que seja esta guerra de que são servidas imagens ao gosto dos seus chefes, os chamados efeitos colaterais já começaram certamente a produzir os seus horrores entre as populações civis, mau grado as histerias tecnológicas despendidas nas televisões por comentadores civis e militares para quem a guerra parece ser uma campanha alegre que, de longe, apreciam como um espectáculo.

A guerra, aberta pelos Estados Unidos com o pretexto de combater o terrorismo – combate necessário e que deve apoiar-se nas regras do direito e nomeadamente respeitando o direito internacional e as liberdades cívicas de cada país – está aí e os prenúncios de uma escalada de violência não podem deixar ninguém de consciência descansada perante os perigos que ela comporta. Não será, aliás, como

“A escalada serve os interesses hegemónicos dos EUA”

acentua a Comissão Política do CC do PCP cujo comunicado de anteontem publicamos nesta edição, «uma escalada de guerra, decidida e executada pela administração norte-americana, e que firmemente se condena, que poderá enfrentar eficazmente o problema do terrorismo internacional».

A escalada da guerra está, porém, nas intenções dos Estados Unidos. De forma explícita. Como também acentua o comunicado da Comissão Política, «a Administração norte-americana claramente explicitou e reclamou para os EUA o direito de atacar qualquer país por sua exclusiva decisão e escolha, o que constitui uma claríssima violação das regras de convivência internacional e da Carta das Nações Unidas e representaria um acrescido factor de insegurança e confrontação na vida internacional». «O PCP alerta», diz-se ainda no documento, «contra o propósito de os Estados Unidos, em nome do combate ao terrorismo, reforçarem posições estratégicas no Médio Oriente e na Ásia Central e afirmarem arrogantemente a sua hegemonia planetária.»

Porque é de dominação planetária que se trata, em primeiro lugar. Vários elementos concorrem para que tais planos revelem um projecto de longo fôlego. As recentes declarações do Secretário da Defesa da Casa Branca, prometendo «uma guerra prolongada, mais longa que a guerra-fria», desde logo mostra que se não trata apenas de procurar, julgar e condenar um alegado terrorista e o seu grupo de fanáticos. As diligências no sentido da formação da «mais larga coligação internacional», as pressões para que aliados mais ou menos próximos

se juntem sob a bandeira do «mundo livre» liderado pelos EUA e a própria tentativa de instrumentalizar as Nações Unidas – lembre-se a pressa com que os americanos pagam a dívida àquela organização internacional, tranche após tranche, com uma urgência que nunca se lhes viu – levam a prever uma ofensiva em todas as frentes – militar, diplomática e humanitária (leia-se: guerra, pressão política e económica e de propaganda).

Os Estados Unidos e os seus aliados nesta aventura – entre os quais se destaca Tony Blair, que não poupa o seu país às operações bélicas nem à propaganda terrorista que já invade a Grã-Bretanha, num esforço de partilhar a dominação perdida no Médio Oriente e na Ásia através da consolidação de um «eixo anglo-saxónico» – pretendem impor à partida uma delimitação dos campos. «Quem não está connosco está com os terroristas», afirmam. De tal modo que «terrorista» passa a ser qualquer pessoa ou grupo que se oponha ou simplesmente duvide da eficácia antiterrorista desta guerra que já começou e ninguém sabe quando ou como acabará. Muita gente se interroga sobre a «justiça» desta classificação maniqueísta e sobre os perigos que encerra. E lembra os muitos combatentes pela liberdade e pela independência, apelidados de «terroristas» pelos regimes colonialistas e pelas ditaduras fascistas, com os quais o diálogo também não era possível...

Outros aliados, que, embora moderadamente, não deixam de aplaudir as operações militares que iniciaram a escalada de guerra, manifestam maior contenção no verbo. Mas não deixam de, nos seus países, à sombra do «estado de guerra», tomarem as medidas para que há muito procuravam um pretexto. Se não fazem como o Procurador-geral dos EUA – que se propôs aumentar os seus poderes, nomeadamente os de detenção de «suspeitos» por sete dias sem acusação! – não se coíbem de avançar no ataque às garantias e direitos fundamentais, que constituem verdadeiros retrocessos constitucionais, como o que aconteceu entre nós, à pala da introdução na legislação portuguesa dos ditames do Tribunal Penal Internacional.

Entre nós, ainda, e enquanto uma campanha sobre «a necessidade» de cortar direitos para «ganhar em segurança», com as inevitáveis «sondagens» em apoio a dizer que a maioria quer lá saber de direitos, já começaram os abusos. Jornalistas foram detidos por fotografarem instalações da NATO, tendo-lhes sido confiscadas as películas; um plenário de trabalhadores civis, marcado em 1 de Outubro, é impedido de realizar-se, uma semana depois, na Base Aérea do Montijo.

Entretanto, a lei não escrita da censura está já em vigor. Impedindo, por exemplo, que os portugueses saibam da amplitude e determinação dos protestos contra a guerra que se desenrolam não apenas em terras do Islão, mas na cristianíssima Europa e nos próprios Estados Unidos, como os nossos colaboradores na Alemanha e em Nova Iorque reportam e o *Avante!* dá notícia. Os comunistas, como muitos outros democratas em Portugal e no mundo, denunciam os perigos que aí estão e levantam a voz contra a escalada da guerra.

Actual

Os Costas do PS

● Carlos Gonçalves

Parece que Jorge Lacão, outra vez o deputado socialista de escala à defesa dos inaceitáveis conluios do PS com a direita na revisão constitucional – apelada por um constitucionalista de «Portaria de medidas de polícia» – não gosta de referências à histeria securitária que por aí campeia.

Mas é irrefutável que, também por cá, com «justificação» no terror de 11 de Setembro e nos perigos reais ou inventados decorrentes da actual espiral de violência, está a ser cozinhado, no terreno mediático e ideológico, o caldo de cultura securitário em que medra a ofensiva contra importantes direitos, liberdades e garantias de cidadania, visando a sua regressão significativa ou mesmo liquidação – conforme aos objectivos que a direita e o imperialismo prosseguem desde há muito.

Dois casos do chorrilho que enxa-meia os *media* dominantes.

O «24 horas» de 03.10 enchia a capa com o título: «Terroristas prontos para atacar Portugal», e dava «notícia» dum

«comunicado do Hezbollah», de «autenticidade confirmada pelas autoridades», mas que se adivinhava fraudulento e que foi efectivamente desmentido por quem de direito.

O «Diário de Notícias», dito «jornal de referência» – e justamente no caso desta pulsão securitária – publicava em 07.10 uma entrevista com Alpoim Calvão, um terrorista da extrema-direita que atacou o 25 de Abril com assassínios e atentados à bomba e tem por isso, em matérias que bem conhece, *insuspeita autoridade* para propor o «corte de certas liberdades» e a resolução dum «problema muito importante – os serviços de informações».

E dois exemplos de «opinion makers» que desta histeria securitária forjam a substância das propostas de direita com que se consuma o ataque às liberdades.

Um primeiro, de nome António

Costa, ministro, que, por isso mesmo, embrulha cuidadosamente as regressões e distorções federalistas em matéria de Justiça num pacote rosa suave de medidas contra o branqueamento de capitais, «liberdade em segurança» e «primado do direito» na construção europeia.

E um segundo, de nome Alberto Costa, ex-ministro, que, talvez por isso, avança sem peias pela proposta de alargamento da «margem de actuação dos serviços de informações», pela «possibilidade de controlar comunicações – escutas, etc.» e pela «concentração dos serviços», num pacote securitário aberto a todas as perversões, à espionagem e à psicose do «inimigo interno».

São os Costas do PS. As duas faces da mesma deriva securitária pela direita contra os direitos e liberdades cívicos, contra importantes garantias do nosso regime democrático.



Generosidades

● Leandro Martins

Ainda recentemente, na Assembleia da República, o PCP, pela voz do deputado comunista Agostinho Lopes, responsabilizou o Governo pelo impasse em que se mantém a reforma fiscal. Aprovada há quase um ano, a Lei, embora algo tímida, havia sido considerada positiva por repor alguma justiça na tributação e foi desde logo alvo dos ataques terroristas de toda a direita e do grande patronato que se via atingido – tão pouco afinal – nos seus interesses de lucro sem fronteiras. Foram esses ataques que determinaram a ausência, por parte do Governo de Guterres, de qualquer regulamentação. Assim pretendia ficar com os louros de haver feito aprovar uma lei enquanto impedia a sua aplicação na prática. Considerada pelos comunistas como «muito melhor do que a anterior» e contendo possibilidades de combater algumas injustiças, a fraude e a evasão fiscais, a reforma ficou na gaveta.

O deputado acusou então o Governo de ter cedido à chantagem dos «porta-vozes institucionais e corporativos do grande capital financeiro», dos «grandes e poderosos senhores do dinheiro». O nosso jornal noticiou esta tomada de posição, na qual Agostinho Lopes afirmou que o Executivo se «agachou aos interesses da oligarquia financeira».

Uma semana passada sobre este protesto, como que respondendo a ele e dando razão à denúncia do PCP, o ministro das Finanças anunciou ao Secretariado Nacional do PS que o Governo tenciona reduzir a carga fiscal sobre... as *holdings*, no próximo Orçamento do Estado!

Poderíamos passar sobre as razões que teriam sido aduzidas pelo ministro, segundo o que a imprensa divulgou: lá encontraremos a cópia de receitas alheias – desta vez a desoneração do mesmo género aplicada em Espanha serviu de modelo – e a coisa é apresentada como «tentativa de aumentar a competitividade da economia nacional».

Enquanto milhares de trabalhadores são lançados no desemprego e prossegue a destruição de empresas viáveis e a desindustrialização do País e sobre a maioria dos portugueses recai o ónus do aumento dos preços, o Governo escolhe conceder facilidades às *holdings*, isto é, aos grupos económicos que já dominam a economia e cada vez mais influem nas decisões políticas do Partido Socialista.

Está mesmo a ver-se como e com quem o PS pretende fazer passar o Orçamento do Estado.

Certamente que não é com os que defendem os trabalhadores e os seus interesses.



Reincidências

● Anabela Fino

Ao fim de três dias de ataques ao Afeganistão, o secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, anunciou que os EUA estão prontos a bombardear aquele país «24 horas por dia» se assim o desejarem. O caminho estará agora aberto, segundo a mesma fonte, à invasão terrestre. A ordem de mobilização de «um número significativo de tropas» para o Médio Oriente e Ásia Central havia de resto já sido assinada por Rumsfeld na sexta-feira passada, pelo que tudo indica que a segunda fase desta guerra está prestes a começar.

Entretanto, o secretário da Defesa vai encorajando a Aliança do Norte a combater os talibãs, enquanto na Europa se desenham cenários para o pós-guerra.

Reunidos no Luxemburgo, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze alinharam o que Jaime Gama designou por «estruturação de um novo

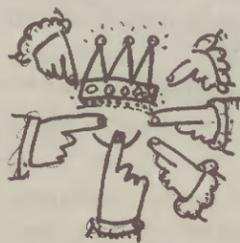
sistema político legítimo no Afeganistão». Segundo o ministro português, esse sistema deverá «partir do respeito pela diversidade étnica no país e encontrar uma primeira assembleia tradicional que possa legitimar um interlocutor, sendo a figura do rei central». Sempre de acordo com Jaime Gama, caberá à ONU designar uma administração transitória encarregada de abrir «caminho para a elaboração de uma constituição e a realização futura de eleições», devendo todo este processo ter em conta os interesses dos países vizinhos.

Com o «trabalho de casa» tão adiantado pela União Europeia, cabe perguntar se alguém terá tido a lembrança de perguntar aos afegãos o que pensam e desejam para o futuro do seu país. Coisa pouca, está bom de ver, mas mesmo assim... perguntar não ofende, não é verdade?

Valia a pena saber, já agora, a que

título se foi desenterrar um rei no exílio em Roma, como se chegou à conclusão que o mesmo é uma figura central e com que fim. Não menos importante é saber que papel se reserva à Aliança do Norte, que os EUA incentivam a combater os talibãs ao mesmo tempo que manifestam reservas quanto à sua futura participação no poder. A questão é tanto mais sensível quanto se sabe que a Aliança será tudo menos uma força homogénea, e quando não faltam alertas de que a sua eventual chegada ao poder será o caminho mais curto para a guerra civil. Resta a questão dos vizinhos do Afeganistão, a começar pelo Paquistão, que alguns dizem estar à beira de uma guerra civil devido à radicalização de posições entre apoiantes e opositores da campanha norte-americana na região.

Bem longe do teatro de operações – e não é apenas de espaço físico que se trata – os Quinze correm o risco de reincidir no erro histórico de traçar no papel o futuro de povos e países que nem sequer procuram entender.



Frases

“Não conseguimos dormir a noite inteira, estávamos todos cheios de medo.”

(Habitante de Cabul, anónimo, falando dos bombardeamentos, *Público*, 09.10.01)

“Era como estar sentado numa árvore, enquanto uns miúdos atiravam coisas contra ti.”

(Paul, co-piloto de um avião de caça F-14 Tomcat, sobre as defesas anti-aéreas afegãs, *idem*)

“Sabia que ia acontecer, mas isso não torna mais fácil pensarmos no que se está a passar [no Afeganistão]. E que preço é que vamos pagar por isto?”

(Tracy Alexander, cidadão de Atlanta citado pelo *New York Times*, *idem*)

“A desfaçatez traiu os terroristas (...) Os actos terroristas de 11 de Setembro provocaram sete mil vítimas – ou seja, mais do dobro das perdas russas na Tchetchénia depois de 1999.”

(Presidente russo Vladimir Putin, *idem*)

“Os russos sabem que, em tempos, os bandidos tchetchenos recebiam dinheiro e apoios através da Turquia. Quer isto dizer que o Governo turco apoia o terrorismo? É verdade que a Turquia não tomou as medidas adequadas, mas isso não faz dela um Estado patrocinador do terrorismo. Por isso, a questão de punir governos que dão guarida a terroristas continua a ser um problema.”

(Ivgueni Primakov, *idem*)

“Claramente, esta é uma guerra que tem de ser travada. Mas é uma guerra onde não nos podemos contentar com uma vitória militar (...) Qualquer que seja a cor dos óculos com que se olhe para o terrorismo, a verdade insofismável é que a sua base social de apoio é fruto da pobreza e da ignorância.”

(José Vítor Malheiros, *idem*)

“Este “nobre povo” a que pertencemos, caso tenha ouvido ou lido os nossos ferozes ideólogos do “mata e esfolá”, cujas únicas armas são – graças a Deus! – a voz, a caneta ou o computador, decerto ficou pasmado com tanta irresponsabilidade por parte de quem tinha a missão, não de soltar gritos históricos de guerra, mas de advogar soluções racionais, sob a égide da ONU, das quais seria liminarmente arredada a hipótese de tudo resolver pelo morticínio de inocentes.”

(António Rego Chaves, *Diário de Notícias*, 09.10.01)

“Claro que os nossos centuriões de pantufas não mataram, “só” mandaram matar; não arriscaram a vida, “só” mandaram outros arriscar a vida; não morreram nem ficaram mutilados, “só” mandaram outros morrer ou ficar mutilados. E de consciência tranquila.”

(*idem*, *ibidem*)

“Sem dúvida, nós [EUA] vamos atirar mísseis e despejar bombas contra 12 campos de treino de Ben Laden. Não será difícil. Afinal fomos nós – ou, melhor, a CIA – quem os construiu para Ben Laden e os seus camaradas, duas décadas atrás. Foi o que fizemos pelos perpetradores de crimes contra a humanidade.”

(Robert Fisk, exclusivo *DN/The Independent*, 08.10.01)

“Como de costume, disseram-nos que os afegãos não são nossos inimigos. É o que dissemos antes de bombardear o Iraque, em 1991. E o que dissemos antes de bombardear a Líbia, em 1985. E o que os americanos disseram antes de terem atacado o Líbano, em 1982. E o mesmo que dissemos dos egípcios, antes de os bombardearmos no Canal do Suez, em 1956. Mas acreditará nisso o mundo muçulmano?”

(*idem*, *ibidem*)

● Anabela Fino



Depois do Afeganistão, EUA vão atacar outros países

Pão com bombas uma guerra de extermínio

Os bombardeamentos contra o Afeganistão ainda mal tinham começado e já o embaixador dos EUA na ONU, John Negroponte, advertia em carta às Nações Unidas que mais ataques poderiam ser levados a cabo contra outras organizações e outros países. Confirmando que os EUA se propõem desencadear uma nova cruzada de consequências imprevisíveis para o futuro da humanidade, o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, garantiu por seu turno que a campanha durará anos, enquanto Bush afirmou que «a melhor defesa contra o terrorismo é uma ofensiva global».

«É possível que para nossa própria defesa tenhamos de levar a cabo acções contra outras organizações terroristas

e outros estados» - lê-se na carta de Negroponte à ONU. Aparentemente, é quanto basta agora para «legitimar»

as agressões que a aliança americano-britânica entendam por bem desencadear. De acordo com os «especialistas»,

Comunicado da Comissão Política

Face ao ataque armado desencadeado pelos EUA contra o Afeganistão, a Comissão Política do PCP entende salientar:

1. É manifesto que não será uma escalada de guerra, decidida e executada pela Administração norte-americana, e que firmemente se condena, que poderá enfrentar eficazmente o problema do terrorismo internacional, que teve dramática expressão recente nos chocantes atentados de 11 de Setembro.

2. O despótico e criminoso regime dos talibã que, recorde-se, assumiram o poder no Afeganistão na base de fortes apoios e complicitades dos EUA, não só não merece obviamente qualquer solidariedade como tem desde sempre merecido por parte do PCP uma justa e firme condenação.

O PCP exprime entretanto a mais viva preocupação com a séria possibilidade de à tragédia humanitária já existente junto às fronteiras do Afeganistão se vir a somar o sacrifício de vidas entre as populações civis que injustamente pagariam pelo brutais atentados que, em 11 de Setembro, vitimaram seis milhares de cidadãos nos EUA.

3. Ainda que até agora o ataque militar dos EUA esteja limitado ao Afeganistão,

não se pode esquecer que, na sequência dos atentados de 11 de Setembro, a Administração norte-americana claramente explicitou e reclamou para os EUA o direito de atacar qualquer país por sua exclusiva decisão e escolha, o que constitui uma claríssima violação das regras de convivência internacional e da Carta das Nações Unidas e representaria um acrescido factor de insegurança e confrontação na vida internacional.

O PCP alerta contra o propósito de os Estados Unidos, em nome do combate ao terrorismo, reforçarem posições estratégicas no Médio Oriente e na Ásia Central e afirmarem arrogantemente a sua hegemonia planetária.

4. O PCP opõe-se ao perigoso envolvimento de Portugal na escalada de guerra e reafirma que seria do interesse nacional e da causa da justiça e da paz mundial que o Governo português, ao invés de uma atitude de explícito alinhamento com as decisões e acções da Administração norte-americana, adoptasse uma orientação que, apoiando o combate a todas as formas de terrorismo, trave uma escalada de guerra de imprevisíveis desenvolvimentos e consequências.

9.10.2001

a moção aprovada na ONU reconhecendo aos EUA o direito à «legítima defesa» serve para tudo e dispensa novas formalidades.

Oleada pelos dólares da recém-saldada dívida norte-americana, a pesada máquina burocrática que preside às decisões internacionais ter-se-á tornado expedita, deixando nas mãos das grandes potências, em nome do combate ao «terrorismo», a tomada de decisões. Pouco importa que não se saiba quem são os «terroristas», que se desconheçam as «provas» que se dizem existir contra os acusados, que a «justiça» se faça à bomba ou que as retaliações provoquem catástrofes humanitárias. A fúria vingadora e oportunista da Washington traçou um caminho onde não se admitem interferências. Reflectir tornou-se um pecado capital, e a liberdade de expressão passou a só ser legítima quando serve para aplaudir os vingadores.

E no entanto devia suscitar preocupação, por exemplo, como refere Emir Sader (Agência Carta Maior. Brasil, Outubro de 2001), que o documento oficial de provas contra Ben Laden, feito pela Inglaterra, seja totalmente dedutivo. Escreve Sader: «Não há nenhuma prova concreta. Inferre, de declarações, estilo de acção, interesses, a conclusão de que seria o saudita e sua organização os responsáveis pelos atentados. Quando tem de provar, não agrega nada, chegando ao cúmulo de afirmar, no seu item 62: "Existem evidências de natureza muito específica relacionadas à culpa de Ben Laden e de seus associados, mas elas são sensíveis de mais para divulgação" (sic).»

Idêntica questão é levantada por Alberto Piris, general de Artilharia na Reserva do Exército espanhol e analista do Centro de Investigações para a Paz (Estrella Digital. Espanha, 5 de Outubro): «Por

que não se divulgam [as provas] já? Se, como se disse repetidamente, estamos defendendo as democracias contra o ataque dos fanáticos opressores, não é lógico ter que continuar a fazer actos de fé para acreditar em algo que desconhecemos, só porque os nossos governantes assim o pedem. Uma larga e penosa tradição de mentiras e enganar oficiais obriga os povos a exigir mais clareza nestas questões. O fantasma da luta contra o terrorismo não deveria minar as bases da democracia.»

Questões inquietantes

Também deveria suscitar preocupação o facto de estarmos uma vez mais perante a velha receita da lei do mais forte, agora apoiada na grande mentira da «solução final» contra o terrorismo. É verdade que o primeiro-ministro britânico Tony Blair, na assumida função de porta-voz da Casa Branca, afirmou que o combate ao terrorismo assenta em três componentes: militar, diplomática e humanitária. Mas, a menos que pão com bombas seja uma nova forma de ajuda, no Afeganistão começou-se, por acaso, pela componente militar.

E o que significa atacar os países que «abrigam» terroristas se não estar disposto a matar inocentes? Será que os

povos dos países na mira da cruzada americana e potenciais candidatos involuntários a «danos colaterais» não são seres humanos? E por que razão esta fúria vingadora não se fez sentir quando Timoty

Estamos mais uma vez perante a velha receita da lei do mais forte

McViegh fez explodir um edifício em Oklahoma? O prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, tem uma resposta para esta pergunta:

«Porque, na verdade, nesta caça ao terror [Bush] persegue outros fins: os interesses económicos e geopolíticos naquela região da Ásia, em benefício do Império e supostamente do povo norte-americanos.»

Esta tese é partilhada por Ignacio Ramonet, que escreve no editorial do último número do *Monde Diplomatique*: «Velhas raposas da guerra fria, os homens que rodeiam o presidente George W. Bush não estão, sem dúvida, descontentes com esta viragem da conjuntura. Talvez considerem até que tiveram uma grande sorte. Porque, milagrosamente, os atentados lhes restituem um trunfo estratégico, que o desmantelamento da União Soviética lhes havia tirado: eles agora têm um inimigo.» Segundo Ramonet, «todas as derrapagens perigosas podem agora ocorrer. Inclui uma moderna versão do macartismo, que teria por alvo os adversários da globalização.»

O Afeganistão está pois sob ataque. Segundo Washington, a operação está a ser «um sucesso». Outras estão na calha.

As vozes que em todo o mundo protestam contra a guerra são silenciadas e não há imagens chocantes de vítimas.

NÃO à guerra

Milhares de pessoas saem diariamente à rua exigindo a suspensão imediata dos ataques ao Afeganistão

Alemanha contra a guerra

Logo na noite de domingo, quando as bombas começaram a cair sobre Cabul, surgiram em toda a Alemanha as primeiras manifestações, concentrações e vigílias. Desde então o movimento e os protestos não param de crescer.

Ainda o fumo dos ataques americanos inundava o céu do Afeganistão e já ao meio-dia de segunda-feira, à saída dos liceus, cinco mil alunos se manifestavam em Berlim contra a guerra. Em entrevistas à rádio os jovens

perguntavam: «por que é que a Nação mais rica do mundo bombardeia um país tão pobre?», ou «por que é que nos ensinam na escola que a violência não se deve responder com a violência?».

No mesmo dia milhares de pessoas, protestando contra a loucura da guerra, desceram às ruas em dezenas de cidades de norte a sul da Alemanha, como em Augsburg, Aachen, Berlim, Bona, Bochum, Braunschweig, Bremen, Colónia, Darmstadt, Dortmund, Düsseldorf, Dresden, Frankfurt, Hamburgo, Hührt, Leipzig, Lübeck, Lüneburg,

«Por que é que a Nação mais rica bombardeia um país tão pobre?»

Kiel, Karlsruhe, Manheim, Munique, Nuremberga, Oldenburg, Paderborn, Stuttgart, Trier, Witten, Wiesbaden, Wolfenbüttel e outras. Muitas destas manifestações têm vindo a realizar-se diariamente.

Ontem, o PDS convocou uma grande manifestação em frente à Câmara Municipal de Berlim, onde foi exigida a suspensão imediata dos ataques contra o Afeganistão.

O presidente do Partido Comunista Alemão (DKP), Heinz Stehr, apelou a um vasto movimento pela paz e por uma outra ordem mundial: «A humanidade progressista tem de impedir o desencadear de uma guerra antes que seja demasiado tarde. Para se modificar a situação actual é necessário intensificar o movimento de massas a todos os níveis.»

As acções desta semana culminarão com duas grandes manifestações no domingo em Berlim e em Stuttgart onde irão intervir o escritor Steffan Heym e o cientista pacifista Eberhard Richter.

● Rui Paz

Do baile de Viena às bombas no Afeganistão

Há dez anos, sob o manto da defesa da integridade territorial das monarquias feudais do Golfo, os Estados Unidos, a Alemanha e outras potências ocidentais iniciaram os bombardeamentos contra o mundo «não civilizado». Regimes dos mais primitivos que existem à face da terra, principais fornecedores de petróleo das companhias americanas e inglesas, como o Koweit e a Arábia Saudita, foram salvos pela NATO contra o então designado maior inimigo da humanidade, Saddam Hussein. Numa manifestação de superioridade civilizacional, o actual vice-presidente dos EUA, Cheney, foi ao ponto na altura de autografar as bombas lançadas sobre Bagdad. Social-democratas e Verdes, então na oposição ao governo e à política militarista de Kohl e da democracia-cristã, participaram em toda a Alemanha em grandes manifestações contra a guerra.

Uns anos mais tarde, em 1999, Clinton, Albright e os falcões da NATO, para melhor mascararem a demolição dos fundamentos do direito e da consciência internacionais resultantes da última grande derrota do nazismo e do militarismo em 1945, inventaram nos Balcãs um «novo Auschwitz» e um «novo Hitler». Seguiu-se a destruição da integridade territorial da Jugoslávia, sob a bandeira da «intervenção humanitária». Desta vez, social-democratas, socialistas de direita, Verdes, chefes de Estado e de governo, todos embarcaram sem grande dificuldade nos «aviões» que despejaram as «bombas humanitárias».

Para dar maior credibilidade à representação do último acto da peça «A defesa dos direitos humanos», boicotou-se o Baile de Viena, essa manifestação internacional de decadência capitalista, motivo de chacota de toda a intelectualidade esclarecida austríaca e alemã, onde homens da mafia alugam oficialmente mulheres por uma noite. Mesmo assim ainda lá foram as flores da Madeira.

Hoje, para atacar o Afeganistão e outros estados, o imperialismo foi obrigado mais uma vez a dar uma reviravolta. Atirou de novo com os «direitos humanos» para o cesto dos papéis e desenterrou o cadáver da «legítima defesa» que acabara de sepultar com toda a pompa em Belgrado. «Direitos humanos» e «direito internacional» estão assim reduzidos a duas categorias de valores totalmente dependentes do arbítrio e dos objectivos do imperialismo.

Se esta guerra contra os talibãs tivesse como fundamento os direitos humanos já há muito tempo que teria sido desencadeada. Mas como iria o imperialismo justificar uma «guerra humanitária» contra «activistas dos direitos humanos» surgidos da cruzada contra o comunismo?

Cinicamente, os EUA e a NATO procuram agora recuperar para si aquilo que têm vindo a negar sistematicamente aos outros povos. Só que desta vez, à falta de agressor e para melhor poderem atacar outros estados, definem o terrorismo como um acto de guerra conduzido a partir de uma base territorial exterior. E escondem

que uma guerra destas nunca poderá ser dirigida contra terroristas mas unicamente contra estados e povos.

A vantagem deste inimigo é enorme. Hoje, não só Bush e Clinton, social-democratas e democrata-cristãos, mas até os fascistas de Fini, os assassinos e os terroristas da loja P2 de Berlusconi, os neofascistas austríacos do FPÖ de Jörg Haider e do Baile de Viena, os inimigos dos direitos humanos, xeiques e ditadores militares, todos se unem pelas bombas contra o Afeganistão.



Alemães contra a máquina de guerra

O sócia (duplo) de Bush é Ben Laden

«É absurdo o governo americano pretender erradicar o terrorismo com mais violência e repressão. O terrorismo é um sintoma e não uma doença. O terrorismo não tem pátria. É uma firma internacional espalhada pelo mundo inteiro como a Coca-Cola, Pepsi ou Nike. Tal como as multinacionais, ao menor sinal de dificuldades levanta a tenda e vai-se embora, de país em país, à procura de melhores condições para o seu produto.

(...) «Mas quem é na realidade Ben Laden? Eu gostaria de formular assim: ele é o

segredo de família americano. É o obscuro sócia (duplo) do presidente americano. O brutal irmão gémeo de tudo o que é belo e civilizado. Foi criado a partir da costela de um mundo destruído pela política externa dos Estados Unidos, pela diplomacia do canhão, pelo arsenal atómico, pela inconsciência do domínio ilimitado, pela falta de respeito perante todas as vidas não americanas, pelas bárbaras intervenções militares e pelo apoio a regimes despóticos e ditatoriais, por objectivos económicos que como uma nuvem de gafanhotos

devoram a economia dos países pobres. Por essas multinacionais que se apropriam do ar que respiramos, da terra onde habitamos, da água que bebemos e do nosso pensamento.

Agora que o segredo foi revelado, os irmãos gémeos são substituíveis. As suas espingardas e bombas, dinheiro e droga têm-se movido num verdadeiro círculo fechado (os foguetões antiaéreos que saudarão os helicópteros americanos foram fornecidos pela CIA; a heroína dos drogados americanos vem do Afeganistão).

«Entretanto, até na linguagem se assemelham cada vez mais. Cada um deles designa-se mutuamente por “a cabeça da víbora”. Ambos invocam Deus na sua retórica libertadora do bem e do mal. Ambos estão claramente envolvidos em crimes políticos. Ambos detêm armas perigosas - um possui o arsenal atómico do poder obscuro e o outro o fogo destruidor do poder absoluto dos desesperados.»

Depoimento da escritora indiana Arundhati Roy no Frankfurter Allgemeine Zeitung (28.9.2001)

«A batalha das mentiras»

O publicista americano MacArthur, autor do livro, sobre a Guerra do Golfo, «A batalha das mentiras», afirma numa entrevista ao semanário *Der Spiegel* (8.10.2001) intitulada «Isto é Propaganda», que «os militares irão fazer o jornalismo. Como já aconteceu na Guerra do Golfo, o Pentágono vai escolher as imagens para espalhar notícias de sucessos militares com edifícios destruídos e terroristas mortos ou feitos prisioneiros e ninguém vai poder verificar se essas imagens são falsas ou verdadeiras».

O jornalista americano prossegue confirmando que a propaganda «já há muito tempo que foi desencadeada. Desde o início que a crise tem vindo a ser definida quer

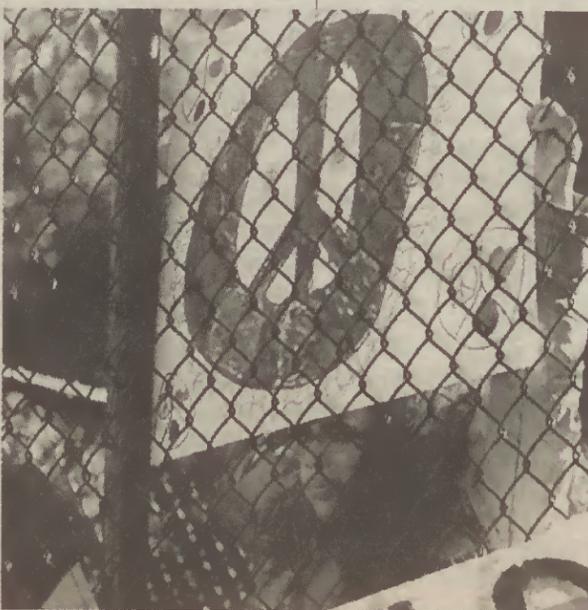
pelo governo de Bush quer pelos *media* como uma guerra. Repórteres de dois jornais que se atreveram a criticar Bush já foram despedidos. Isto é uma vergonha para os *media* americanos. Trata-se de propaganda, não de jornalismo.»

«Neste momento nem sequer é permitido pôr em causa a expressão “Guerra contra o terrorismo”. Isso já é antipatriótico. Eu já critiquei que quer a FOX quer a CNN, desde os atentados terroristas, mostrem constantemente a bandeira americana nos ecrãs, uma vez que não se trata de programas governamentais. Fiz a proposta de substituir a bandeira pela “Bill of Rights”. No dia seguinte recebi uma centena de e-mails: “que pena que

você a 11 de Setembro não tenha ficado no World Trade Center”»

Mas também na Alemanha os círculos militaristas e fascizantes da democracia-cristã pedem a demissão do apresentador do Tagesschau (televizão) do 1.º Canal, Ulrich Vickert. O ex-correspondente da ARD em Washington afirmou numa entrevista estar de acordo com a comparação feita pela escritora indiana Arundhati Roy entre as estruturas mentais de Bush e de Ben Laden. Dirigindo-se aos acólitos de Bush, Immo Vögel, comentador político do Tagesschau, depois de recordar que todos os círculos políticos governamentais tinham até agora louvado tanto a moderação do presidente Bush, perguntava o que

é que se vai passar depois das bombas, o que se vai seguir à morte e ao terror contra a população civil.



NÃO
à guerra

Em defesa da paz

● André Levy, em Nova Iorque

América exige justiça, não vingança

Dez mil pessoas manifestaram-se, domingo, em Nova Iorque sob o lema «O nosso luto não é um pedido de guerra», condenando o ataque dos EUA ao Afeganistão.

Na tarde do passado domingo, enquanto chegavam as notícias dos primeiros ataques de forças norte-americanas e britânicas no território do Afeganistão, uma dezena de milhar de pessoas desfilara pelas ruas de Nova Iorque protestando contra a intervenção militar.

Familiares das vítimas dos atentados contra intervenção militar

aplicado contra árabes-americanos. Num clima de racismo e xenofobia, qualquer indivíduo que se assemelhe ao estereótipo étnico é culpado por associação.

Apelo ao diálogo

O segundo e principal objectivo do desfile era rejeitar a opção de retaliação militar. Sob o lema «O nosso luto não é um pedido de guerra», a iniciativa ganhou significado acrescido por coincidir com o início da campanha militar. Os manifestantes condenavam os ataques de onze de Setembro mas rejeitavam o maniqueísmo de Bush, segundo o qual «ou se está do lado dos terroristas ou contra eles», onde estar contra os terroristas deve ler-se apoiar sem discussão a estratégia unilateral dos EUA. Existem opções alternativas, argumentavam. Exigiam justiça, não vingança. Paz, não guerra.

David Cole, professor de direito na universidade de Georgetown, comentava recentemente num fórum sobre terrorismo e a constituição, que o governo deveria virar as suas atenções para a falta de meios para processar informação e para a falta de coordenação entre as múltiplas agências de inteligência, em vez de se outorgar poderes adicionais. O uso do perfil étnico como forma de seleccionar suspeitos, um método que vinha recebendo fortes críticas dado os abusos policiais sobretudo contra afro-americanos, é agora aceite como justificável quando

David Kline, da organização Veteranos do Vietname Contra a Guerra, frisou que «o movimento de paz não argumenta que se dê a outra face. Diz sim que o governo [Bush] não está a levar o mundo por um caminho que conduza a maior segurança ou justiça, apenas ao militarismo, à guerra, e à morte de mais inocentes».

Familiares de vítimas recusavam a ideia de que os ataques lhes viriam trazer consolo, e pediam que

novos crimes não fossem cometidos em nome dos mortos. Exigiam que os culpados pelos incidentes do 11 de Setembro fossem trazidos perante a justiça, mas uma justiça sancionada por um tribunal criminal internacional, como o estabelecido para julgar os crimes contra a humanidade cometidos na Jugoslávia. No final da iniciativa, a irlandesa Mairead Maquire, prémio Nobel da paz em 1976, falava por todos quando «exigia o fim imediato dos ataques militares, e o retomar de negociações e diálogo.»



Em nome das liberdades cívicas e contra ataques de vingança, juntaram-se milhares de americanos em Nova Iorque

Manifestações em todo o mundo

Nos Estados Unidos, centenas de pacifistas manifestaram-se domingo nas ruas de Chicago, estado de Illinois, para protestar contra os ataques ao Afeganistão.

Cerca de 700 pessoas participaram no protesto, programado há uma semana, mas que teve lugar no dia dos ataques ao Afeganistão. «Justiça, não à guerra», «Não a novas vítimas» eram as palavras de ordem mais gritadas pelos manifestantes. «Os dirigentes deveriam optar pela diplomacia e também pelo Tribunal Internacional de Justiça de Haia», declarou Saly Schreiner, uma das manifestantes.

No dia anterior, milhares de pessoas manifestaram-se na Venezuela em defesa da paz. Na cerimónia estiveram presentes várias centenas de emigrantes portugueses que referiram à agência Lusa a sua preocupação pelas consequências das represálias norte-americanas.

Em Paris cerca de 800 pessoas manifestaram-se contra a «engrenagem da guerra» montada após os atentados do dia 11 de Setembro nos Estados Unidos.

Apesar da intensa chuva, os manifestantes percorreram

as avenidas que ligam a Praça da República à da Nação num ambiente colorido, festivo e ao ritmo da música «techo». Na marcha, convocada pela associação «Faut Téagir», juntaram-se simpatizantes de numerosas associações contra a globalização, como a Liga Comunista Revolucionária, Attac, Sud e União Sindical Solidária. À frente do cortejo os manifestantes empunhavam um cartaz com os lemas «Contra um mundo em guerra» e «É possível um mundo diferente».

Na Turquia, a polícia interveio para impedir uma campanha de assinaturas contra a guerra, lançada pela associação turca dos direitos humanos.

Na cidade de Gaza, dois manifestantes palestinos foram mortos pela polícia palestina. As palavras de ordem eram de apoio a ben Laden e contra os EUA. A Autoridade Palestiniana pediu aos palestinianos que não se manifestassem a favor do saudita protegido do regime talibã e principal suspeito dos atentados de 11 de Setembro.

No Egito, cerca de 20 mil estudantes protestavam, em nove universidades do Norte

do país e também do Cairo, contra os ataques norte-americanos. As forças de segurança dizem que os estudantes seguravam cartazes onde se podia ler frases de revolta contra as tropas norte-americanas e britânicas como, por exemplo, «EUA para o inferno, os afgãos vão vencer». Alguns manifestantes gritavam que é «uma guerra contra o Islão».

Ao mesmo tempo, no Paquistão, a polícia recorreu a medidas violentas para controlar diversas manifestações de radicais islâmicos, que saíram à rua para protestar contra os ataques ao Afeganistão. Em Quetta, uma bala perdida acertou num manifestante. Cerca de dez mil pessoas saíram à rua na cidade próxima da fronteira com o Afeganistão. Em Peshawar, a polícia dispersou uma manifestação de várias centenas de radicais islâmicos, usando igualmente gás lacrimogénico. Na localidade de Landi Kotal, a polícia abriu fogo para conseguir dispersar os cerca de cinco mil manifestantes.

Várias manifestações anti-americanas ocorreram em Caxemira, com os manifestantes a gritar vivas ao Islão,

aos talibãs e «Abaixo a América».

Entretanto, os cerca de 80 manifestantes que desfilaram em Seul em protesto contra os ataques dos EUA ao Afeganistão foram travados no centro da cidade por centenas de polícias. Os manifestantes, pertencentes a sindicatos sul-coreanos e a organizações religiosas e de defesa dos Direitos Humanos, gritavam frases como «Nós somos contra as represálias norte-americanas».

Em Jacarta, as manifestações foram breves, com um grupo de 70 jovens a concentrarem-se frente à embaixada americana na capital indonésia e a gritarem «Jihad» contra os ataques dos Estados Unidos de domingo. Um grupo radical indonésio anunciou atacar americanos e os seus aliados caso o governo de Megawati Sukarnoputri não corte relações com os EUA.

Os protestos contra os Estados Unidos registaram-se também em Roma, Grã-Bretanha, Amsterdão, Manila, Tóquio, Washington, Nova Iorque, México, em várias cidades no Brasil, Calcutá, Madrid, Alemanha e Japão.

Um acto de barbárie

● Miguel Urbano Rodrigues

O início do bombardeamento do território afgão é o primeiro acto de uma trágica farsa.

Bush não errou ao afirmar que esta guerra seria diferente de todas as anteriores.

Os mísseis que começaram a explodir sobre as ruínas das desmanteladas e paupérrimas cidades do Afeganistão atingem populações totalmente alheias aos actos terroristas que destroem as torres de Manhattan e uma ala do Pentágono.

A um crime monstruoso praticado por um inimigo desconhecido, o sistema de poder dos EUA responde com uma agressão também monstruosa e irracional contra todo um povo. Do céu chovem bombas; depois os aviões que carregam a morte lançam alimentos e remédios...

Uma campanha de mentiras de proporções mundiais acompanha com estrondo o caminhar da vingança cega.

É falso que os bombardeamentos sejam «cirúrgicos». Os mísseis Tomahawk, disparados do Índico, a quase dois mil quilómetros de distância, não podem atingir alvos com precisão. As cargas explosivas lançadas dos bombardeiros pesados sobre as cidades afgãs matam à toa.

O exército dos talibã é um mito. Tanques e canhões, aviões e

helicópteros que Washington diz visar prioritariamente são quase amontoados de sucata, armas obsoletas que os soviéticos deixaram ao retirarem-se do país há 13 anos. Apenas os mísseis oferecidos pela CIA aos adversários da Revolução Afgã constituem ameaça potencial para os agressores norte-americanos e britânicos.

É falso que a chamada Aliança do Norte, cuja ajuda parece encantar Washington, seja uma organização de forças democráticas. Trata-se uma heterogénea coligação de tribos uzbeques (de origem turca) e tadjiques (de origem iraniana, indoeuropeia), de línguas e culturas diferentes. Esse bando de criminosos está tão manchado de sangue como os repugnantes fanáticos talibã. Após a tomada de Kunduz, no ano 88, vi na Cordilheira mulheres com os seios decepados por essa escória humana e com os rostos desfigurados por ácido sulfúrico. Haviam sido mutiladas pelas hordas da Hesbe-i-Islami e da Jamiat-e-Islami por não usarem o tchadari, exibindo o rosto.

O disparate cultural e histórico é, acrescentarei, parte da campanha mediática comandada pela desinformação que chega dos EUA. Apenas três exemplos. Bagram, apresentada como alvo militar prioritário, é o pólo de uma área que encerra fabulosos tesouros arqueológicos da desaparecida civiliza-

ção Kuchana que foi ponte entre Roma e a China no século III.

Kandahar, a Alexandria Arachosia dos Macedónios, nunca desempenhou a função de capital religiosa do país. Foi, sim, a primeira capital do Estado afgão, quando este foi fundado no século XVIII por Ahmad Sha Durrani, criador de um império que então ia da Índia à Pérsia, do actual Uzbequistão ao Sinkiang chinês.

Herat, cujo bombardeamento é anunciado alegremente, está semeada de monumentos maravilhosos e foi durante séculos uma das mais belas e civilizadas cidades do mundo.

É útil recordar essas evidências porque o hoje atrasadíssimo Afeganistão desempenhou durante dois milénios um papel importantíssimo na História, como berço ou terra de implantação de algumas das grandes civilizações.

Protestar contra a guerra criminosa desencadeada contra as suas populações pelo sistema imperial dos EUA (com a cumplicidade activa do Reino Unido e mais distanciada dos demais estados ricos da Terra) é um dever para quantos continuam a defender nesta crise planetária valores que permitiram o avanço do homem rumo a um futuro compatível com as suas aspirações e melhores potencialidades. Esta guerra norte-americana é um acto de barbárie.

NÃO à guerra

Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze apoiam ataques ocidentais e aprovam congelamento de contas de suspeitos de financiar acções terroristas

Europa prepara futuro do Afeganistão

Após a reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama afirmou que a União Europeia terá um «papel importante» na recuperação económica do Afeganistão e sugeriu o sistema político a ser adoptado.

Reunidos no Luxemburgo, os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia manifestaram-se a sua «solidariedade total» aos Estados Unidos e à denominada «acção de auto-defesa» contra o Afeganistão.

«Os atentados terroristas de 11

de Setembro são ataques contra a nossa sociedade aberta, democrática, tolerante e multicultural», consideram os ministros na resolução aprovada na segunda-feira, sublinhando que as acções ocidentais visam o terrorismo internacional e não o mundo muçulmano.

Na reunião foram aprovadas outras medidas: o envio de ajuda humanitária no valor de 63 milhões de contos (dos quais, 200 mil contos provenientes de Portugal) e o congelamento das contas bancárias de 27 organizações e pessoas suspeitas de apoiarem e financiarem actividades terroristas. Essa lista foi proposta pelos Estados Unidos e

aprovada pelo Comité das Sanções das Nações Unidas.

Entretanto, a Europa está já a preparar o futuro do Afeganistão. Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros português, afirmou que a União Europeia terá um «papel importante» na recuperação económica daquele país, acrescentando que a acção militar «é acompanhada por uma acção político-diplomática para a estruturação de um novo sistema político legítimo no Afeganistão».

E adianta qual será esse sistema: «Tem de se partir do respeito pela diversidade étnica no país e encontrar uma primeira assembleia tradicional que possa legitimar um interlocutor, sendo a figura do rei central.»

Então, as Nações Unidas designarão uma administração transitória em diálogo com essas entidades, de forma a abrir «caminho para a elaboração de uma constituição e a realização futura de eleições». Como referiu

Jaime Gama, neste processo ter-se-á em conta os interesses de países vizinhos do Afeganistão, como o Paquistão, a China e o Irão.

Novas medidas

No mesmo dia em que estas medidas foram aprovadas pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze, o semanário alemão *Der Spiegel* noticiou que o Banco de Inglaterra ordenou o congelamento de cerca de 10 milhões de euros nas contas de uma filial de um banco afegão em Londres, o *Afghan National Credit and Finance Limited*. Segundo o jornal, quase 25 milhões de euros estão depositados nas contas desta instituição bancária na capital inglesa.

Não restam dúvidas de que a Europa está a adaptar-se a possíveis ameaças terroristas. Na semana passada, o ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol anunciou que o seu país está a tomar medidas de prevenção contra um eventual ataque com armas químicas ou bacteriológicas. Embora diga que não existe qualquer ameaça concreta, Josep Piqué afirmou que um possível ataque «não será de tipo convencional».



A União Europeia congelou as contas bancárias de 27 organizações e de pessoas suspeitas de financiarem o terrorismo

O mundo dos negócios também está em marcha. A companhia aérea francesa *Air France* vai aumentar as suas tarifas entre dois e quatro por cento, em ajustamentos de preços do programa de Inverno para fazer face à perda de 60 milhões

de euros nos dez dias que se seguiram aos ataques terroristas, nomeadamente devido aos encargos de segurança e prémios de seguros.

O ministro dos Transportes italiano defendeu igualmente o aumento dos preços, apresentando uma proposta

para a criação de uma taxa a pagar pelos utilizadores dos aeroportos de Itália para financiar a instalação de um novo sistema de segurança. Essa taxa será estabelecida entre quatro e 7,5 euros por pessoa, ou seja, entre 800 e 1500 escudos.

Os porta-vozes da moral

«Por vezes, para salvar a paz, há que lutar. Este é um facto que o Reino Unido aprendeu mediante a História.» As palavras são do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e foram proferidas no dia em que se iniciaram os ataques contra o Afeganistão.

Depois de ter visitado a Rússia, o Paquistão e a Índia apresentando-se como «porta-voz» de uma coligação ocidental contra o terrorismo, Blair afirmou que os acontecimentos de 11 de Setembro constituem «o pior ataque terrorista de que foram vítimas os cidadãos do Reino Unido». E acrescentou que, mesmo no caso de não ter havido vítimas britânicas, «estaríamos no pleno direito de atacar».

Entretanto, o presidente francês, Jacques Chirac, anunciou prontamente a participação do seu país nos ataques. «As nossas forças participarão nas operações militares. Nesta fase, navios franceses estão associados nesta operação. Nos últimos dias, os EUA apresentaram-nos novos pedidos de participação militar. Nós assumiremos a nossa parte num espírito de solidariedade e de responsabilidade», afirmou, segunda-feira.

A França disponibilizou uma fragata lança-mísseis e um petroleiro, que, no início da semana, se encontravam no oceano Índico, junto das frotas norte-americana e britânica. O espaço aéreo e os portos marítimos franceses

foram abertos à aviação e à armada dos EUA.

Também o governo de Madrid afirmou a sua disponibilidade para participar na ofensiva. «Se for solicitada uma participação mais activa por parte do exército espanhol, o Governo está absolutamente disposto a proporcioná-la», disse o ministro porta-voz do executivo, Pio Cabanillas.

A Alemanha não prevê a participação das suas tropas no ataque liderado pelos EUA, afirmou o chanceler Gerhard Schroeder, no domingo, acrescentando porém que tal pode acontecer «se houver um pedido concreto» do Governo norte-americano ou da Nato. Schroeder adiantou que a luta contra o terrorismo «não será fácil e durará muito tempo», salientando que «não há alternativa a este confronto, que temos de ganhar e vamos ganhar».

Uma eventual participação directa dos militares alemães em missões «fora da área» da Nato terá de ser aprovada pelo Parlamento Federal.

Mais reacções

No mesmo dia, o presidente da Comissão Europeia, o italiano Romano Prodi, afirmou que «toda a Europa» está unida «neste combate contra os que atacaram os fundamentos da civilização».

Por seu lado, Javier Solana, antigo secretário-geral da Nato e actual representante

para a Política Externa da União Europeia, classificou os ataques ao Afeganistão como «uma cação legítima para vencer o terrorismo sob todas as suas formas» e declarou que os EUA «têm o apoio da União Europeia» e «a compreensão do povo europeu». Não de todos: milhares de pessoas manifestaram-se em vários países da Europa contra os ataques (ver texto nestas páginas).

«O combate contra o terrorismo prosseguirá não só através desta operação, mas também pela cooperação e troca de informações para parar o financiamento do terrorismo e dos fornecimentos de armas a estes grupos», anunciou.

Guy Verhofstadt, chefe do governo da União Europeia, disse que «a presidência da UE deseja reafirmar a sua total solidariedade com os Estados Unidos, o Reino Unido e outros países que participam nestas operações», enquanto Silvio Berlusconi, o primeiro-ministro italiano, assegurou que «a Itália está ao lado dos Estados Unidos e de todos os que lutam contra o terrorismo».

O presidente russo Vladimir Putin salientou que «esta política fez do Afeganistão um centro mundial de terrorismo internacional e extremismo religioso, assim como do tráfico de drogas».

O primeiro-ministro português, António Guterres, considerou que «o combate ao terrorismo vai ser longo e difícil».

Colômbia

Mantida a zona desmilitarizada

Um acordo assinado na sexta-feira entre o governo colombiano e as FARC-EP em San Francisco de la Sombra prorrogou a vigência da Zona Desmilitarizada, uma área equivalente a quase metade do continente português onde o poder real é exercido por aquela organização revolucionária.

A notícia foi recebida com alívio pelo povo colombiano e alguma surpresa em capitais latino-americanas que temiam uma intensificação da guerra com perigosas consequências para os países vizinhos, sobretudo a Venezuela, o Brasil e o Equador.

O acordo anterior expirava no dia 8 e se não tivesse sido prorrogado o Exército invadiria a Zona Desmilitarizada.

Até à última hora subsistiram dúvidas quanto à atitude que o presidente Andrés Pastrana assumiria, porque as pressões das Forças Armadas — identificadas com os sectores mais reaccionários da sociedade colombiana — eram muito fortes. Paradoxalmente, os EUA, que ainda há poucas semanas apoiavam os generais *ultras*, defensores da «guerra total» prevista no Plano Colômbia, terão revisto a sua posição. Washington, preocupada com a evolução complexa da crise internacional, recebeu, segundo observadores qualificados, o agravamento de tensões na América Latina

que resultaria da intensificação da guerra na região.

O acordo foi assinado após dois dias de negociações em que participaram, além do Alto Comissário para Paz, Camilo Gomez, o comandante-chefe das FARC-EP, Manuel Marulanda, e alguns dos principais comandantes da organização.

Ambas as partes reconhecem que uma solução política para o conflito social e armado é «a via adequada para resolver a crise que o país atravessa e constitui a maior aspiração nacional»; e que a existência da zona desmilitarizada contribuiu para fazer avançar o diálogo e a negociação.

Foi decidido iniciar o estudo imediato do documento elaborado pela Comissão de Personalidades que sugere uma trégua, com cessar-fogo, o combate sério ao paramilitarismo, o fim dos sequestros e a eventual convocação de uma Assembleia Constituinte.

Embora seja cedo para se avaliarem todas as consequências do acordo de la Sombra, é transparente que a permanência da Zona Desmilitarizada configura uma grande vitória política das FARC-EP. É oportuno recordar que o governo Pastrana, com o apoio dos EUA, lançou em Agosto p.p. uma grande ofensiva militar contra as FARC na região amazónica, operação que não atingiu nenhum dos seus objectivos.



A deputada Ilda Figueiredo e o sindicalista Paulo Trindade no debate

Esquerda debate em Estrasburgo

Defender os serviços públicos

O serviço público, o papel do Estado e a desregulamentação foram questões discutidas em Estrasburgo, num debate promovido pelo Grupo Esquerda Unitária.

O Governo português e a União Europeia estão a incentivar ao desmantelamento dos serviços públicos em claro prejuízo dos cidadãos, acusou Paulo Trindade, coordenador da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, em Estrasburgo, num debate organizado pelo Grupo Esquerda Unitária, realizado na semana passada.

«Adoptam-se orientações que, invocando o princípio da livre concorrência e escamoteando qualquer análise social das medidas adoptadas, assentam no dogma da pretensa ineficácia da gestão pública e no endeusamento das regras da designada economia de mercado», afirmou Paulo Trindade, que acrescentou que o papel do Estado é remetido para «uma função meramente reguladora das actividades de serviço

O lucro passou a ser o objectivo principal das empresas públicas

público, criando-se entidades reguladoras, pretensamente independentes, que são directa ou indirectamente controladas pelos grupos económicos e financeiros».

Balanço negro

Paulo Trindade fez um balanço negativo das orientações implementadas: «A aposta numa matriz de desregulamentação e privatização dos serviços públicos - em particular nos sectores dos transportes, energia, telecomunicações e correios, mas também em áreas da administração pública, nomeadamente, na educação, na saúde e na segurança social - não se traduziram nem em mais nem em melhor serviço público.»

As consequências são conhecidas: redução dos

postos de trabalho, encarecimento dos preços, diminuição da quantidade e qualidade dos serviços e denegação do direito de acesso universal aos serviços públicos.

Considerando que se verifica «a subordinação do poder político ao poder económico», o sindicalista afirmou que a prestação do serviço público rege-se pela lógica prioritária do lucro.

«Essa lógica conduz a que a garantia de abastecimento de água, de electricidade, de tratamento de resíduos, de acesso a serviços de saúde ou de educação seja vista na óptica do mercado potencial, o que agrava as assimetrias regionais do país, fomenta a exclusão social e inviabiliza um desenvolvimento económico harmonioso e sustentado», salientou no debate.

«Os serviços públicos constituem um dos pilares do Estado, uma marca distintiva do regime democrático, um mecanismo fundamental da redistribuição da riqueza e um factor indispensável na promoção do desenvolvimento do País», defendeu Paulo Trindade.

Ilda Figueiredo alerta para espiral de violência

Os eurodeputados comunistas votaram contra a resolução do Parlamento Europeu sobre o Conselho Extraordinário de Bruxelas e as posições da UE sobre o terrorismo, por discordarem profundamente com alguns dos aspectos essenciais do documento, «embora apoiemos a generalidade da parte restante», como explicou Ilda Figueiredo.

A eurodeputada reafirmou «a frontal condenação dos actos terroristas» verificados nos EUA e renovou «a expressão de respeito pela dor e pelo luto vividos pelos familiares das vítimas e

pelo povo americano», apelando a que a luta contra o terrorismo não contribua para que haja mais vítimas inocentes.

«A luta contra o terrorismo internacional só será plenamente eficaz se se processar sob a égide das Nações Unidas, pelo que recusamos, nomeadamente, a utilização do artigo 5.º do Tratado da NATO que corre o risco de arrastar a União Europeia e a comunidade internacional para uma espiral de violência de consequências incalculáveis», lê-se na declaração de voto de Ilda Figueiredo.

«Igualmente, consideramos que a luta necessária contra o terrorismo não pode servir de pretexto para pôr em causa os direitos e liberdades fundamentais e as garantias judiciais dos indivíduos nem afectar aspectos essenciais da soberania dos Estados-membros da União Europeia, incluindo a militarização», acrescenta.

A eurodeputada salienta ser importante a luta contra o branqueamento de capitais, incluindo a supressão dos paraísos fiscais, simultaneamente com a luta contra o terrorismo internacional.

Para quem já se esqueceu

• Sandra Pimenta

Tenho 26 anos e felizmente já sou do tempo em que tudo podemos dizer e não há em Portugal regime ou pessoas que nos possam calar. É como o povo diz: «o tempo da outra senhora já lá vai!». E vem isto a propósito dos relatos de toda a situação internacional que a toda a hora chegam até nós. No dia 11 de Setembro o mundo inteiro assistiu a uma catástrofe em directo, ao vivo e a cores, e que despertou em todos nós sentimentos muito contraditórios. Mas com toda esta amálgama de sentimentos, há que não esquecer e muito menos deixar cair no esquecimento que o que aconteceu nos Estados Unidos da América não foi pior, não foi mais grave, nem foi diferente do que o que aconteceu em 1991 em Bagdade ou em 1999 em Belgrado. A única diferença é que agora havia meios de comunicação no terreno, nomeadamente, audiovisuais, a mostrar ao mundo através de imagens tudo aquilo que nem mil palavras conseguiriam descrever, enquanto que em 1991 e em 1999 a morte, a destruição e a dor no Iraque e na Jugoslávia ficou por mostrar.

Moral

Não é minha intenção com esta constatação (que se me afigura básica) retirar importância aos acontecimentos

sociais e financeiras que movem o mundo?

As mesmas vítimas que eles agora choram, que também foram inocentes e que pouco ou nada tiveram a ver com a política seguida pelo governo americano. Culpa só se for por o terem ajudado a eleger... mas isso são outras contas...

Europa a reboque

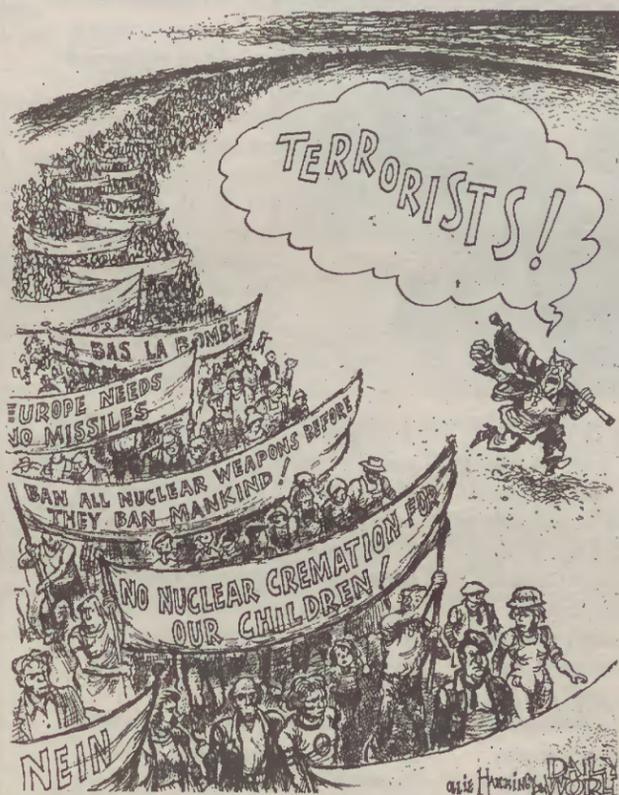
No meu entender de filha da liberdade, que não conheceu a ditadura fascista e a censura, daí esta breve reflexão, penso que não. Mas que outra coisa dizer quando é o próprio presidente americano a falar de uma «justiça infinita» ou quando fala de uma guerra do «bem contra o mal»?

Mais estranho se torna quando se autoproclamam a nação mais poderosa do mundo, que nunca descua a segurança e se dá ao luxo de gastar grande parte do seu orçamento de Defesa em espionagem tecnológica!!!

Perante este cenário de prepotência, qual seria o país que se atreveria a atacá-los? Por todos os motivos e mais alguns, haveria muitos a quem vontade não faltaria, mas quem iria pensar que aquele povo oprimido pelo regime talibã - mas a quem os EUA sustentaram na sua geo-estratégia contra a ex-União Soviética e o Irão durante vários

anos, mesmo fingindo não reparar na sistemática violação dos direitos mais elementares das mulheres e até mesmo esquecendo que a liberdade e a democracia eram tão importantes como nos EUA - iria fazê-lo? E a Europa? Este velho continente que não ultrapassou ainda esta infeliz submissão ao poder americano e que teima em seguir passo a passo os caminhos que os EUA, reis da arrogância, trilham. Só que agora esta arrogância arrisca-se a levar a Europa para a guerra!

Senão, o que dizer do



e muito menos desculpar os actos terroristas, mais ainda quando praticados por fanáticos fundamentalistas, mas irrita-me observar o comportamento da maioria das pessoas ao vitimizarem a nação americana pelo que lhe aconteceu. E o que dizer do terrorismo perpetuado pelos americanos? Será que 40 anos de bloqueio a Cuba, que deixou milhares de pessoas sem bens essenciais, têm agora desculpa? Será que o abuso de poder, nas consecutivas intervenções em conflitos internacionais, consoante os seus próprios interesses, tem agora justificação?

Não serão também eles fundamentalistas dos seus próprios poderes? Terão eles mais moral para atacar nações, sem terem em conta os milhares de vítimas inocentes que nada têm a ver com as guerras políticas,

discurso de Tony Blair, que se auto-intitula porta-voz da União Europeia, quando apela ao apoio incondicional aos EUA e por conseguinte à guerra? Não deve a Europa apelar até ao fim à paz e ao diálogo como forma de entendimento? Qualificando o ataque terrorista de 11 de Setembro como acto de guerra e invocando o art.º 5.º do Tratado do Atlântico Norte, o presidente Bush está a tentar utilizar a Europa como aliado para a sua sede de vingança, correndo assim a UE o risco de se atirar para uma situação de violência de consequências incalculáveis. Na minha modesta opinião, esta não é a solução. A verdadeira luta contra o terrorismo internacional só será plenamente eficaz se se processar sob a égide das Nações Unidas, e nunca enquanto servir para contribuir para que haja mais vítimas inocentes.

• Lino de Carvalho

As opções do PS

O Orçamento de Estado para 2002 está aí à porta.

É um momento importante da vida política nacional para confrontar o Governo, neste caso o PS, com as suas opções em matérias fundamentais e estruturantes para o País. É isto porque o PS e o Governo não podem perseguir acordos à esquerda para tal ou tal política ou acto concreto de governação – que não tem sido regateado pelo PCP quando se tratam de medidas positivas – mas, depois, na fase de concretização ou regulamentação dessas políticas dar guarida às reclamações da direita nem podem, sistematicamente, em grandes áreas que enformam o sistema político, económico e social do País privilegiarem as opções dos sectores mais conservadores. Ora, é isso que cada vez mais tem vindo a acontecer. Basta fazer uma viagem rápida pelo que se tem passado nos últimos tempos. A Lei de Bases de Solidariedade e Segurança Social foi – e bem – viabilizada à esquerda pelo que ela representou de travagem aos apetites de privatização e desmantelamento do sistema público. Mas, agora, na fase de

Alqueva. Mas aí tivemos logo o Governo e o PS não só a rejeitarem liminarmente a proposta razoável, tecnicamente inatacável e politicamente sustentada do PCP mas a fazerem-no, designadamente da parte do ministro da Agricultura, com os argumentos mais ultramontanos e reaccionários que há muito já se tinham deixado de ouvir com a única preocupação de não tocarem, num metro que seja, na grande propriedade e nos grandes interesses fundiários do Sul do País, mesmo que isso signifique, como com toda a probabilidade vai acontecer, a frustração dos objectivos de Alqueva.

Há poucos dias foi a revisão constitucional. E mais uma vez o PS fez o frete à direita cedendo em toda a linha às pretensões do PSD e do CDS/PP em matérias tão sensíveis como a criação de um espaço judiciário comum na União Europeia; a introdução da possibilidade de extradição de cidadãos para países em que se aplica a prisão perpétua; o fim da proibição constitucional de buscas policiais nocturnas no domicílio e, assim, desvirtuando, revisão após revisão, o texto progressista da Constituição do Portugal de Abril.

Finalmente. A Associação Empresarial Portuguesa mandou elaborar um estudo para a reforma do Estado a um grupo de gurus que não encontraram melhor medida do que proporem, desde logo, o despedimento de 150.000 trabalhadores da administração pública sem sequer se darem ao trabalho de explicar porquê e com base em que propostas de reorganização do aparelho de Estado. É, aliás, o velho tique da burguesia portuguesa. Qualquer solução para o futuro do País passa sempre inevitavelmente pelo sacrifício de quem trabalha.

A eficácia de qualquer função do Estado passa sempre pela sua privatização (mas só quando ela é rentável). Enchem a boca permanentemente com menos Estado mas sempre encostados aos apoios e subsídios desse Estado. E o que tivemos logo foi a reacção favorável do ministro da Economia. Valha, pelo menos, a reacção oposta do ministro Alberto Martins. E, por isso, no Orçamento que aí vem não é difícil imaginar que novos sacrifícios vão ser pedidos aos trabalhadores, que novas benesses vão ser concedidas ao grande capital, que as privatizações vão prosseguir, que as políticas contracccionistas vão-se sobrepor aos impulsos necessários para o desenvolvimento da economia. E tudo isto à boleia dos acontecimentos de Nova Iorque que estão a servir ao Governo para “restaurar” a sua imagem e procurar desviar as atenções dos problemas do País. É, pois, necessário, confrontar o Governo e o PS com as suas opções de fundo. Procurar apoios da e à esquerda exige mais do que medidas pontuais por mais importantes que sejam. Exige uma política coerente à esquerda, sobretudo nas questões que estruturam o modelo de sociedade em que vivemos. Porque, a não ser assim, seria a função de mula que prevaleceria.



regulamentação, aí está de novo o fantasma da falência a prazo do sistema – matéria requeitada – sem que jamais se fale, por exemplo, na necessidade de diversificar as fontes de financiamento. E ao fantasma de novo acenado que serve para suportar exigências do grande patronato responde pressuroso o Ministro do Trabalho abrindo, na Concertação Social, as portas às exigências da CIP com a reintrodução da questão dos tectos contributivos/plafonamento sem sequer aguardar pela constituição da Comissão Executiva do Conselho Nacional, órgão a quem a Lei de Bases confere expressamente funções de parecer sobre esta matéria. Lembramo-nos também como a reforma fiscal sofreu a forte contestação e chantagem da direita e dos grupos económicos. Ora aí estão as notícias dando conta não de uma posição firme do Governo, respeitando o que foi aprovado à esquerda, mas de cedência às pretensões dos grandes interesses alterando e aliviando, no Orçamento de Estado para 2002, a tributação das mais-valias obtidas na alienação do património, de participações sociais pelas SGPS e, até, das mais-valias bolsistas. Outro exemplo. A Assembleia da República debateu e votou o Projecto de Lei do PCP visando promover a reestruturação fundiária na zona de



São constantes os atropelos a direitos dos jornalistas

Direitos de autor dos jornalistas defendidos em projecto de lei do PCP

O seu a seu dono

Os projectos de lei do PCP e do PS sobre os direitos de autor dos jornalistas, apreciados na passada semana, em debate na generalidade, baixarão à especialidade na perspectiva de vir a ser encontrado um texto consensual.

Ambos os diplomas visam colmatar uma lacuna legislativa criada em 1999, data em que entrou em vigor o Estatuto do Jornalista, que estabelece que a definição legal da protecção dos direitos de autor deveria ser aprovada no prazo de 120 dias.

A verdade é que não o foi e, nestes quase dois anos e meio que passaram sobre prazo fixado por lei para a sua regulamentação, como assinalou o deputado comunista Bruno Dias, continuou a assistir-se «ao atropelo dos direitos morais e materiais dos jornalistas portugueses».

Continuam em curso dinâmicas de concentração da propriedade dos media

Uma realidade que o parlamentar do PCP contextualizou nas «novas dinâmicas de concentração da propriedade dos media», em que emergem

grupos económicos - «verdadeiros impérios comunicacionais», assim lhes chamou - que «ditam a sua lei e assumem candidamente a filosofia: as empre-

sas servem para dar lucros, o seu negócio é a informação».

Neste quadro, defendeu, importa «reflectir e agir relativamente aos verdadeiros atropelos cometidos no país aos interesses dos jornalistas, a coberto de uma pretensão lógica empresarial que mais

não é do que uma prática arrogante e impunemente lesiva dos direitos de quem produz a informação a que os portugueses têm acesso».

Para o PCP, que foi o primeiro a apresentar um projecto de lei sobre a matéria, acolhendo no seu articulado o essencial de uma proposta apresentada pelo Sindicato dos Jornalistas, o que está em causa é o reconhecimento da autoria do trabalho jornalístico, pondo cobro à situação actual em que os jornalistas, por imposição de cláusulas contratuais, são despojados de qualquer direito, moral ou patrimonial.

Daf a defesa firme do PCP no sentido de que o Estado, neste contexto, tem uma palavra a dizer. E por isso advoga no seu projecto que todos os trabalhos jornalísticos produzidos por jornalistas fiquem protegidos por lei.

Garantir todos os direitos

No decurso do debate vieram a lume algumas das diferenças que separam os diplomas do PCP e do PS. Enquanto a bancada comunista entende que a protecção por lei deve abranger todos os trabalhos jornalísticos, já a formação socialista, pela voz do deputado António Reis, considerou que dessa protecção devem ser excluídos os trabalhos que careçam de originalidade, como as «notícias do dia e os relatos de quaisquer acontecimentos com carácter de simples informações».

O diploma do PCP, por outro lado, estipula percentagens a pagar por essa reutilização, enquanto o dos socialistas remete a fixação dos montantes para o contrato de trabalho firmado entre o jornalista e a entidade empregadora. Os comunistas propõem que a compensação ao jornalista seja calculada a partir de percentagens diferenciadas consoante o trabalho é utilizado num outro suporte da mesma empresa (na edi-

ção «on-line» de um jornal, por exemplo), num órgão pertencente ao mesmo grupo daquele para que o jornalista trabalha, ou numa empresa terceira.

No entendimento do PS, a lei não deve fixar montantes ou percentagens, mas sim balizas, razão pela qual o seu projecto de lei proíbe cláusulas contratuais que, por exemplo, «visem obter o consentimento do autor para utilização em órgãos de comunicação social indeterminados», ainda que ligados à empresa com quem o jornalista tem vínculo contratual.

O que levou Bruno Dias a alertar para o facto de o diploma do PS abrir a porta à «efectiva possibilidade» da desresponsabilização do Estado.

A proposta socialista de remeter o valor dos pagamentos pela reutilização do trabalho para o contrato de trabalho foi ainda considerada pelo PCP como «irresponsável», na medida em que nas relações contratuais - a

denúncia é de Bruno Dias - «a chantagem é contexto recorrente e a igualdade entre jornalistas e os seus patrões é quase uma lenda».

Por outras palavras, como lembrou o deputado comunista António Filipe, existe no texto do PS um «problema de fundo» que é o de partir de «uma realidade ficcional», a saber a de que «há igualdade negocial entre empregadores e jornalistas».

O que de facto não sucede, impondo, por isso, como sugeriu Bruno Dias, que haja «consciência de que é uma mistificação o tal “encontro de vontades” ao qual supostamente conduz a liberdade contratual».

«É inútil legislar sobre esta matéria, reconhecendo e afirmando os direitos morais e patrimoniais dos jornalistas sobre o seu trabalho, se depois definimos um enquadramento sancionatório que permita a impunidade das empresas que os não respeitam», sustentou o parlamentar do PCP.

Aprovada nova revisão à Lei Fundamental

Revés em direitos fundamentais

E vão cinco. Desde 1976, data da sua aprovação, a Lei Fundamental volta a ser mexida. Sob a forma de revisão extraordinária, desta feita, o processo foi marcado pela controvérsia em torno da prisão perpétua.

A revisão foi aprovada na Assembleia da República, com a maioria de dois terços garantida pelos votos do PSD, CDS-PP e PS.

Votaram contra o PCP, o Bloco de Esquerda e os «Verdes». Não sendo matéria pacífica na bancada socialista, acabou por dar origem a três votos contra e uma abstenção.

Manuel Alegre, Medeiros Ferreira e Marques Júnior votaram contra a revisão por considerarem que introduz «banalização e instabilidade» no texto fundamental, conforme referem em declaração de voto conjunta, enquanto Helena Roseta, que se absteve, justificou a sua oposição por estar contra a alteração que permite a entrega de suspeitos de crimes graves a países da União Europeia, mesmo que apliquem a prisão perpétua.

O PCP justificou o seu voto contra por considerar que as alterações à Constituição provocam «retrocessos em garantias e direitos fundamentais», como afirmou o deputado António

Filipe. No mesmo sentido pronunciou-se o Bloco de Esquerda, chamando a atenção para o «recuo nos

A revisão da Constituição trouxe retrocessos em garantias e direitos fundamentais

direitos, liberdades e garantias», especialmente nas alterações que possibilitam a entrega de cidadãos a países onde se aplique a prisão perpétua e a adesão de Portugal ao Tribunal Penal

Internacional.

Um dos pontos da revisão que maiores críticas suscitou nos quadrantes parlamentares situados à esquerda do hemiciclo foi a possibilidade de as forças policiais efectuarem buscas domiciliárias nocturnas (com autorização de um juiz, excepto em flagrante delito) em casos de crimes como terrorismo ou tráfico de droga.

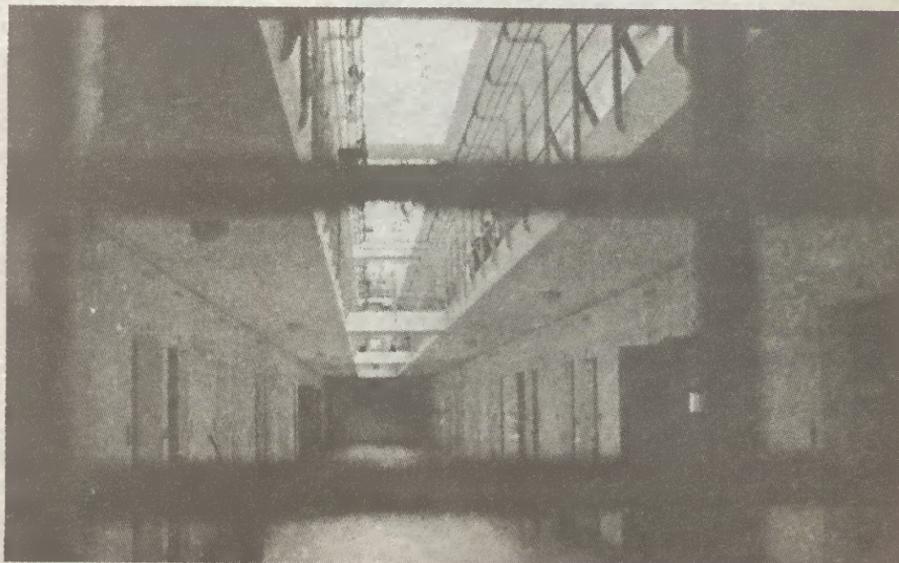
«Este é um grave momento em que uma grave entorse está a ser introduzida na ordem jurídica. Isto é um avanço na escuridão», afirmou de modo peremptório a deputada comunista Odete Santos, marcando a oposição frontal da bancada do

PCP à alteração que acabou por ser aprovada.

O direito dos agentes das forças de segurança se associarem sindicalmente foi também reconhecido nesta revisão da Constituição, com a ressalva de não poderem fazer greve, ponto que mereceu a reprovação do PCP, BE e os «Verdes».

A alteração que permite a extradição de cidadãos para países europeus que apliquem a prisão perpétua, interdita em Portugal desde o século XIX, foi igualmente objecto da firme oposição do PCP, bem como dos três deputados do PS que votaram contra.

Rejeitadas na votação foram, por outro lado, duas propostas: uma, relativa à limitação da renovação sucessiva do mandato dos titulares de cargos políticos; a outra, visando atribuir direitos políticos a cidadãos dos países de língua oficial portuguesa. No primeiro caso, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, e contando com os votos favoráveis do BE, a proposta foi rejeitada pelo PS e as abstenções do PCP e os «Verdes». A outra proposta, defendida pelo CDS-PP e PSD, também não obteve vencimento, tendo sido aprovada uma do PS em tudo semelhante, só que sem a referência específica a «brasileiros», explicitada no texto dos populares.



As buscas domiciliárias nocturnas, admitidas nesta revisão, são um avanço na escuridão, alertou Odete Santos

Um retrocesso constitucional

O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Bernardino Soares, em depoimento ao «Avante!», avalia o comportamento do PS no decurso da revisão extraordinária da Constituição, bem como os aspectos mais negativos deste processo de que resultaram, em sua opinião, retrocessos em direitos e garantias fundamentais

PS, PSD e CDS-PP consumaram na passada semana nova revisão da Constituição em que mais uma vez o processo e os seus termos foram decididos entre as direcções do PS e do PSD, à margem da Assembleia da República e em que o PS voltou a ceder a muitas das exigências da direita.

Pelas mais importantes alterações aprovadas perpassa uma orientação de pendor securitário e de ataque a direitos e garantias, tratando-os como meros obstáculos, subitamente intransponíveis, ao combate ao crime, quando se trata de importantes conquistas civilizacionais e da defesa da liberdade individual e colectiva.

Assim é na recepção do Tribunal Penal Internacional em que para além de outros

aspectos negativos, se reintroduz entre nós, mesmo que indirectamente, a prisão perpétua, que o Tribunal inclui no elenco de penas a aplicar. Ela é, aliás, duplamente introduzida já que passa a ser possível extraditar cidadãos

para países da União Europeia que mantenham penas de duração indefinida ou de prisão perpétua. Esta alteração vem na sequência da introdução na Constituição da possibilidade de transferir para o nível europeu poderes, nas áreas da justiça e segurança interna, até aqui deixados à soberania nacional.

Assim é igualmente com o grave retrocesso em matéria de inviolabilidade do domi-

cílio à noite, a partir de agora afastada nos casos em que se invoque flagrante delito ou em determinados crimes mediante autorização judicial.

Assinale-se ainda que PS e PSD rejeitaram novamente a proposta do PCP para que fosse possível o referendo de tratados da União Europeia, o que permitiria, para além de um amplo debate sobre o rumo da construção europeia, dar ao povo português uma palavra decisiva sobre o seu próprio futuro. De que terão medo PS e PSD?



Novo contributo do PCP em projecto de lei

Por uma reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde

A defesa do Serviço Nacional de Saúde público continua a ser uma linha de acção prioritária e uma preocupação central do PCP. A prová-lo af está mais uma iniciativa legislativa que, tal como outras da sua autoria, visa contribuir para uma verdadeira reforma democrática do SNS. Trata-se da Lei-Quadro que consagra a adopção de mecanismos de administração e gestão democrática e descentralizada das unidades que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS). A entregar hoje no Parlamento, este projecto de lei, que retoma um outro de natureza e fins idênticos, baseia aqueles dispositivos em princípios de equidade entre os centros de saúde, os hospitais e os sistemas locais de saúde.

Um deles, por exemplo, é o concurso como método de selecção dos membros dos conselhos de administração

dos hospitais e das direcções dos centros de saúde com base num caderno de encargos elaborado pela respectiva Administração Regional de Saúde.

O diploma define, por outro lado, o Sistema Local de saúde - agregando os hospitais, os centros de saúde e outras entidades prestadoras de cuidados - como a unidade territorialmente competente para a coordenação capaz de maximizar a utilização dos recursos públicos instalados na sua área.

A constituição de conselhos consultivos compostos por representantes dos utentes, dos profissionais e dos órgãos autárquicos é outra das medidas preconizadas no diploma comunista, o qual prevê simultaneamente a adopção de uma política de estímulos aos serviços e aos profissionais do SNS, tendo como objectivo a prestação de cuida-

dos de saúde com melhor qualidade e com maior eficácia.

O projecto de lei do PCP, que define ainda a qualidade dos serviços de saúde como um objectivo de desenvolvimento contínuo sujeitos a uma avaliação sistemática, assume-se assim como um decisivo contributo no sentido de inverter o actual rumo que sucessivos governos têm imprimido ao SNS, marcado pela governamentalização e por «mecanismos de comando burocrático e administrativo».

Desgovernamentalizar e introduzir processos de autonomia e da auto-regulação democrática, em que se articulem os poderes da tutela, das comunidades e dos profissionais, são, pois, palavras-chaves presentes neste projecto, constituindo-se em eixos estratégicos da reforma democrática defendida pelo PCP.

Pela suspensão do Pacto de Estabilidade

Foi agendado para o próximo dia 18 de Outubro o debate do projecto de resolução do PCP com vista à suspensão e revisão do Pacto de Estabilidade económico acordado no Tratado de Maastricht e da União Económica e Monetária.

No documento, a Assembleia da República pronuncia-se pela necessidade de o Governo adoptar, com carácter de urgência, as diligências e medidas consideradas necessárias à prossecução daqueles objectivos.

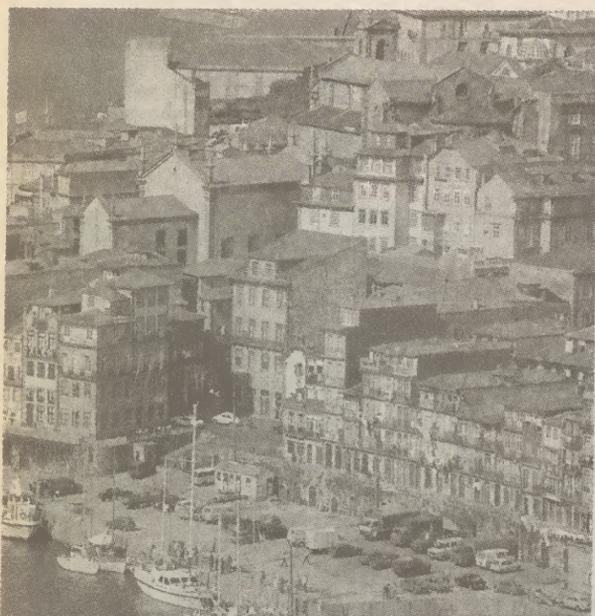
Na base desta iniciativa está a constatação de que existe um claro desajuste entre os «objectivos, valores e metas de natureza nominal» inscritos em 1997 no Pacto

de Estabilidade e aquela que é a realidade económica de alguns países. É o caso de Portugal, onde são manifestas as «carências infra-estruturais e os défices sociais», o que exige ainda mais elevados níveis de investimento público - impossíveis de concretizar se forem observadas as metas previstas para a redução do défice orçamental.

Indicador claro da desconformidade entre os objectivos enunciados por aquele e a realidade concreta europeia é ainda a própria evolução económica internacional que, como salienta o projecto de resolução, não correspondeu às previsões, o que torna hoje mais notórias as «consequências negativas decorrentes do

cumprimento estrito e integral das metas orçamentais impostas pelo Pacto de Estabilidade».

E por isso os comunistas consideram inaceitável que o Governo venha a definir o próximo Orçamento do Estado na base da total observância e subordinação às metas impostas pelo Pacto de Estabilidade e subsequente Programa. Tal hipótese, alertam, significaria «abdicar, no plano da intervenção do Estado, do uso do instrumento orçamental» capaz de contrariar a actual tendência económica necessária, implicando ao mesmo tempo cortes nos investimentos públicos, na educação, na saúde e outras despesas sociais.



Porto Basta de conflitos!

O candidato, da CDU, Rui Sá registou «com grande satisfação» o facto de Fernando Gomes, a propósito do processo relativo à requalificação da Av. Montevideu, ter apoiado as suas posições visando resolver os problemas que têm surgido no relacionamento entre o Município e a Sociedade Porto 2001 «através de uma política de diálogo e de articulação», de forma a «preservar a imagem da cidade e da sua população» e «permitir a rápida e eficaz conclusão dos diversos projectos em curso.»

Foi, aliás, nesse sentido, que Rui Sá, na sessão de Câmara de 25 de Setembro, propôs a realização de uma reunião da Câmara com a Comissão Executiva da Sociedade Porto 2001, para analisar o plano de trabalhos a desenvolver nos três meses que restam até ao final do Porto Capital Europeia da Cultura 2001.

Mas Rui Sá regista, igualmente, o facto de Fernando

Gomes ter feito essas declarações ao lado do vereador socialista Orlando Gaspar - provável candidato à vice-presidência da Câmara na lista por si encabeçada - que publicamente tem assumido um conjunto de discordâncias relativamente aos projectos de requalificação urbana conduzida pela Sociedade Porto 2001, contribuindo para o clima de desentendimento e desconfiança que tem existido.

Assim, tendo em conta os já «demasiados conflitos existentes entre o Executivo Camarário e a Sociedade Porto 2001», Rui Sá apelou para o seu não agravamento «por motivações relacionadas com o conflito existente entre a candidatura socialista e o actual presidente da Câmara, eng.º Nuno Cardoso, ou dos eventuais conflitos gerados pela elaboração da lista encabeçada pelo dr. Fernando Gomes para a Câmara Municipal do Porto».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Adelino Vicente Gaspar

Vítima de acidente de viação, faleceu, em Mulhouse, França, o camarada Adelino Vicente Gaspar, de 48 anos de idade. Membro do Partido desde 1976, militava na célula de Mulhouse. Foi um militar de Abril e desde sempre um democrata.

Feliciano da Silva Zorro

Natural do concelho de Montemor-o-Novo, faleceu, com 66 anos de idade, o camarada Feliciano da Silva Zorro. Reformado da CP, militava na organização da freguesia de Alhos Vedros.

José Antunes Vale

Faleceu, no dia 2 de Outubro, o camarada José Antunes Vale, de 88 anos de idade. O camarada estava organizado em Vialonga.

Maria Natália Pinto Brás

Faleceu, recentemente, a camarada Maria Natália Pinto Brás, de 78 anos de idade. A camarada estava organizada do Sector da Saúde da ORL, onde desenvolveu dedicada actividade.

Vítor Manuel Cristiano Moniz

Faleceu, no passado dia 2 de Outubro, aos 67 anos, vítima de ataque cardíaco, o camarada Vítor Manuel Cristiano Moniz, membro do secretariado do organismo do PCP de São Paulo, Brasil. Natural de Velas, ilha de S. Jorge, Açores, aos 16 anos de idade foi para Angola onde exerceu a profissão de ferroviário. Militou no MPLA e, após o 25 de Abril, associou-se à Associação 25 de Abril de Luanda. Em S. Paulo desde 1985, participou, até ao último dia de vida, nas actividades do Partido.

Vítor Manuel Marques dos Santos

Faleceu, com 55 anos de idade, o camarada Vítor Manuel Marques dos Santos, natural de Alhos Vedros. Reformado da Siderurgia Nacional, estava ultimamente organizado em Alhos Vedros.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Atum está a desaparecer progressivamente das águas dos Açores, gerando crise nas pescas

PCP questiona Governo Regional

No âmbito da intensa actividade que desenvolve, o Grupo Parlamentar do PCP/Açores apresentou três requerimentos ao Governo Regional, designadamente sobre a crise da pesca do atum, o funcionamento do aeroporto de Santa Maria e a falta de médicos e enfermeiros no Centro de Saúde de Vila do Porto.

No que se refere à crise da pesca do atum, devida essencialmente à diminuição sensível da passagem destes migradores pela região, o PCP pretende apurar quais as consequências para a circulação de cardumes na Região da aplicação de tecnologias de captura intensiva em alguns pontos do Atlântico.

Os deputados do PCP querem, nomeadamente, conhecer as informações de que o Governo dispõe sobre as quantidades globais de capturas no Atlântico e sobre as artes usadas nas diversas zonas onde a pescaria do atum se realiza. E, ainda, quais as razões apontadas, designadamente pelo ICAT, para a progressiva diminuição do aparecimento de tunídeos nas águas dos Açores, e quais os resultados objectivos da recente deslocação do SRAP a São Tomé e Príncipe. Quanto à informação que aponta para o encerramento

do Aeroporto Internacional de Santa Maria entre as 00h00 e as 06h00, a partir de Março de 2002, o grupo parlamentar do PCP entende que a concretizar-se tal informação, Santa Maria perderia a possibilidade de ser escala alternativa para bi-reactores, o que leva-

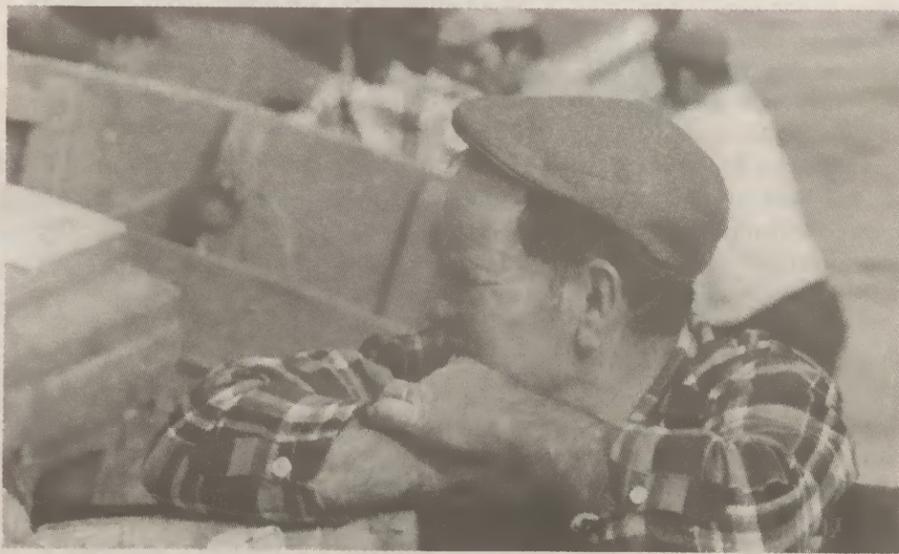
ria à diminuição da importância daquele aeroporto.

Assim, o PCP quer que o Governo Regional o informe se foi ouvido pela ANA, SA sobre essa decisão e, em caso afirmativo, qual foi a sua opinião. Mais, os comunistas pretendem também saber se o Governo Regional considera vantajoso para a Região essa perspectiva de desvalorização e qual a sua posição no que respeita a uma eventual desactivação de uma parte da

pista do Aeroporto de Santa Maria?

Por fim, o grupo parlamentar do PCP/Açores, tendo tomado conhecimento das carências de pessoal que afectam o Centro de Saúde de Santa Maria, e dos seus reflexos negativos na assistência prestada aos utentes, pergunta ao Governo Regional se pensa prover as vagas de enfermeiros (5) e médico (2) existentes naquele Centro de Saúde e, em caso negativo, quais as razões por que o não faz.

Centro de Saúde de Santa Maria carece de médicos e enfermeiros



Os pescadores sofrem, nos Açores, a crise das pescas

Alenquer

Urge novo modelo agrícola

A produção das uvas de vinho vive uma situação muito difícil, com grandes baixas de preços na produção e nos rendimentos dos produtores, sendo que, por outro lado, a aplicação da taxa de 0,2 de alcoolémia e o aumento do IVA nos produtos alcoólicos se traduzem também por grandes baixas no consumo.

A Comissão Concelhia de

Alenquer do PCP, exigindo, assim, o accionamento de mecanismos visando uma intervenção para destilação, lamenta que estas baixas de preços não sirvam para reforçar o associativismo dos produtores de uvas de vinho, através da criação das Adegas Cooperativas, a melhor forma de defenderem os seus interesses

Para a situação desastro-

sa que vivem os pequenos e médios agricultores e a agricultura portuguesa, contribuam, de forma decisiva, a política agrícola de sucessivos governos, as várias reformas da PAC, a entrada, em 1994, da agricultura portuguesa na Organização Mundial do Comércio.

De facto, ao longo dos últimos anos, o número de explo-

rações familiares tem-se reduzido drasticamente (34 por cento entre 1987 e 1997), enquanto o número de explorações com mais de 50 ha subiu 30 por cento.

Trata-se, pois, na opinião do PCP, de uma política agrícola que não serve os agricultores nem os consumidores, impondo-se «a implantação de um novo modelo agrícola».

Santarém

Em defesa do património

A convite da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém (AEDPHCS), os candidatos à Câmara Municipal de Santarém debateram a questão do património levado de Santarém, no século XIX, e são unânimes na reivindicação pelo seu regresso e na defesa da criação de um Museu Nacional da Tumularia na cidade.

As peças, levadas por Possidónio Silva para evitar a sua destruição, estão, neste momento, expostas no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, onde os candidatos se deslocam, no dia 1 de Novembro, para visitar as peças.

Os candidatos decidiram começar desde já a diligenciar contactos para o regresso das peças, sendo que, por seu lado, a deputada comunista, e candidata da CDU, Luísa Mesquita, vai elaborar uma proposta para que o Orçamento de Estado para 2002 inclua já uma verba para a criação do Museu, que ainda não tem local específico designado para a sua instalação.

Luísa Mesquita considera, entretanto, segundo a Agência Lusa, que seria «desajustado» aparecer em Lisboa a reivindicar o espólio, sem primeiro garantir a sua segurança e sem se «ter vistas mais largas». Até porque, neste momento, o Programa Operacional de Cultura «tem disponível muito dinheiro para o sector de Santarém» e é preciso «aproveitar essa disponibilidade».

Felgueiras

Ilegalidade prossegue

A decisão tomada há dias pelo Governo de propor ao Ministério Público a perda de mandato da actual presidente da Câmara Municipal de Felgueiras é «tardia, insuficiente e não terá consequências em tempo útil».

A afirmação pertence à CDU de Felgueiras que acusa o Governo de ter protegido durante muito tempo a sua «correligionária», de «dar o dito por não dito» e de, em Julho, «recusar o que agora decidiu».

Segundo a CDU, não havendo «em termos práticos, qualquer possibilidade de o Ministério Público tomar uma decisão até 22 de Outubro, data-limite para a apresentação das candidaturas, «não se está perante uma postura séria e isenta do Governo», mas sim perante o prolongamento de um «processo inaceitável» que, desde o primeiro minuto, «contém a ideia da recandidatura de Fátima Felgueiras».

A CDU entende que «nada se alterou» na Câmara de Felgueiras, que continua a funcionar ilegalmente, com prejuízos para Felgueiras e a sua população, pelo que a única saída «é a dissolução da Câmara e a nomeação de uma Comissão Administrativa» até as eleições de Dezembro próximo.

É, entretanto, «indispensável», para a CDU, «acelerar as investigações do Ministério Público e as decisões do Tribunal» sobre a matéria.

LISBOA

Encontro Nacional dos Correios

No dia 13 de Outubro, o PCP realiza no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, entre as 10h00 e as 17h00, um Encontro Nacional sobre o Sector dos Correios. O Encontro vai debater a importância do sector dos Correios na economia nacional e no desenvolvimento do País, bem como as consequências da política do Governo para o País, para o serviço público e para os trabalhadores. No decurso da iniciativa, que será encerrada por Francisco Lopes, membro da Comissão Política, os comunistas irão apresentar as suas propostas em defesa de um sector de Correios público e dinâmico, ao serviço da economia nacional, das populações e de trabalho com direitos.

AÇORES

Agricultura em debate

No último dia da Sessão Plenária da Assembleia Legislativa dos Açores, em 28 de Setembro, o deputado, do PCP, José Decq Mota proferiu uma intervenção em que se debruçou sobre a questão da Agricultura. José Decq Mota abordou as dificuldades que, devido à BSE, se encontram na comercialização da carne açoriana, os atrasos relativos à aplicação do II QCA e as preocupações existentes no que respeita à questão do POSEIMA. Antes, porém, José Decq Mota havia denunciado a manipulação eleitoralista que está a existir em torno do Protocolo assinado, em 21 de Setembro de 2000 (a 12 dias das eleições regionais), entre a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, a Caixa de Crédito Agrícola Mútua e o Governo Regional que, entre outras medidas, permitia à direcção daquela cooperativa aumentar o preço do leite. Só que, segundo algumas notícias, este aumento vai-se verificar em Novembro próximo, ou seja, um ano e um mês depois da data prevista e... a um mês e 16 dias das eleições autárquicas. Sendo que o actual presidente da Cooperativa é candidato autárquico do Partido Socialista!

EMIGRAÇÃO

Controlo de fronteiras?

Um caso ocorrido na altura das férias, com um português que trabalha e reside na Suíça, levou a eurodeputada comunista Ilda Figueiredo a questionar a Comissão Europeia sobre o controlo existente nas fronteiras. Por não ter conseguido um voo directo de Zurique para o Porto, o cidadão português resolveu fazer a viagem via Madrid. Porém, apesar de toda a sua documentação estar em ordem, as autoridades de fronteira no aeroporto de Barajas «devolveram-no» à Suíça. Embora reconhecendo a necessidade do controlo das fronteiras externas da União, a deputada pergunta à Comissão o que pensa fazer «para que a criação de um espaço de segurança não se venha a sobrepor ao espaço de liberdade e de justiça que se pretende instaurar no interior da Comunidade». Mais, a deputada quer, ainda, saber que medidas devem ser tomadas para que o cidadão português possa ser indemnizado pelos prejuízos que lhe foram causados pela actuação da polícia espanhola.

Caminhos perigosos

A sombra do espectro do terrorismo cresce por todo o lado a deriva securitária. Projectos de há muito alimentados pela direita autoritária tornam-se agora realidade. De uma assentada, sem discussão, a Constituição é revista e tripudia-se sobre princípios e valores democráticos, históricas aquisições do povo português – inviolabilidade do domicílio, não aplicação da prisão perpétua, soberania do poder judicial. Oportunista, o PS cede em toda a linha. A Constituição de Abril sofre mais um profundo golpe.



José Neto
Membro
da Comissão
Política

Não está em causa a participação de Portugal no esforço de combate ao terrorismo e à criminalidade internacional. Nem a premência do estudo, definição e aplicação de medidas e disposições legais que permitam uma maior eficácia nesse combate. Para isso o PCP tem contribuído com aprofundada reflexão e propostas concretas, relativas ao branqueamento de capitais, aos diversos tráficos, aos paraísos fiscais, à criminalidade altamente organizada.

edifício garantístico que sucessivas gerações foram construindo, contra o autoritarismo, contra a arbitrariedade.

E é esse edifício que agora começa a ruir, com a minagem dos seus alicerces constitucionais, levada a cabo pelo PS, PSD e PP.

A protecção da inviolabilidade do domicílio, garantida pela Constituição (art.º 34.º) adquiria até agora carácter absoluto durante a noite, sendo que nem mesmo a autoridade judiciária podia ordenar a entrada no domicílio dos cidadãos.

A partir de agora, a maior eficácia e operacionalidade das polícias (de que não se duvida) passam a ser um valor absoluto, sem que estejam asseguradas as condições para um efectivo controlo judicial.

O processo judicial de extradição previsto na Constituição garantia, até agora, a não extradição de cidadãos, nacionais ou estrangeiros, por crimes a que corresponda, no país requisitante, a pena de prisão perpétua, como é o caso na maioria dos países da União Europeia.

A partir de agora, e por força das alterações constitucionais, Portugal dispõe-se a abolir os mecanismos de extradição entre Estados membros e aceita o mandado de captura europeu, segundo o qual a polícia portuguesa ficará obrigada à «entrega» de um suspeito à sua congénere de outro Estado.

Na nova situação, decorrente das alterações aprovadas – adesão ao Tribunal Penal internacional e abolição do processo de extradição, Portugal passa a admitir a aplicação, por outros países, da pena de prisão perpétua a cidadãos nacionais (o que, hipocritamente, proíbe na ordem interna).

Assim, de uma penada, PS, PSD e PP acabam de criar um novo quadro constitucional, em que se abrem novos caminhos para a limitação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, para a subordinação do sistema judicial, e, não menos importante, para a construção de uma Europa federal – através de avanços no 3.º pilar europeu.

Os perigos não são de hoje

Mas, perguntarão alguns, não estaremos a inventar fantasmas? Não estamos, seguramente.

Para quem tenha a memória curta, lembramos que, recentemente, o próprio Parlamento Europeu confirmou a existência de um sistema de espionagem electrónica anglo-americana, o já célebre Echelon, verdadeira rede de escuta internacional capaz de vigiar qualquer um de nós, a qualquer momento.

E quem já esqueceu que investigações do Ministério Público, em 1994, concluíram que os Serviços de Informações actuaram, em roda livre, com «preconceito ideológico» contra partidos de esquerda, sindicalistas e personalidades políticas?

Ou do caso de um ex-espião dos serviços secretos sul-africanos do tempo do *apartheid* que confessou ter realizado escutas telefónicas, precisamente a mando do mesmo SIS?

Tudo isto se passou antes dos trágicos atentados terroristas de 11 de Setembro. Os perigos não são de hoje, portanto, mas avolumam-se, com os novos caminhos agora encetados.

Sem prejuízo do possível aperfeiçoamento do quadro legal existente, insistimos em que a ordem jurídico-penal portuguesa, quer na sua matriz constitucional quer ao nível da legislação penal e de convenções internacionais acolhidas, configurava já um conjunto harmonioso de respostas e soluções cuja aplicação se podia revelar suficientemente eficaz, sem contender com as garantias e liberdades individuais.

Nada disto foi tido em conta. Foram em vão os apelos a uma devida ponderação e a uma auscultação alargada (magistraturas, advogados e outros juristas, associações diversas). De forma precipitada, mas calculista, a direita quis e conseguiu impor, com o PS, gravosos entorses à lei constitucional.

O que virá a seguir? É imperioso que não baixemos as nossas defesas colectivas contra sistemas repressivos em gestação que podem pôr em causa a liberdade por que tanto se lutou e tanto custou a conquistar.

“A direita e o PS impuseram gravosos entorses à lei constitucional”

O que está em causa é o «desvio securitário», como lhe chamou o secretário-geral do PCP, que afronta as liberdades públicas e limita direitos e garantias fundamentais dos cidadãos. O que está em causa é todo um

edifício garantístico que sucessivas gerações foram construindo, contra o autoritarismo, contra a arbitrariedade.



NATO acciona artigo 5.º

Na sequência dos actos terroristas de 11 de Setembro e das muitas declarações, medidas, análises e comentários, a NATO decidiu, no dia 2 de Outubro, accionar, pela primeira vez na sua história, o artigo 5.º.

O artigo 5.º diz de forma simples que «se um leva, todos consideram como sua a pancada que esse levou».

Reside aqui e desde já um primeiro elemento de reflexão que é o de se saber se o artigo 5.º é accionável neste tipo de casos, ou seja, se é accionável quando um país da NATO não é atacado por outro país.

Não existe qualquer dúvida quanto à condenação do terrorismo nem à necessidade de lhe dar combate. Mas nessa condenação e combate não são só os países da NATO que estão empenhados e isto conduz-nos directamente para a ONU e para o seu papel. Não se trata aqui de discutir, como parece estar a acontecer nalguns círculos, questões de ordem jurídica. Por exemplo, notícias recentes dão conta de que a equipa de juristas da NATO estão a elaborar argumentação para justificar o eventual ataque a outros países, além do Afeganistão. E dão até conta de vozes que suscitam a necessidade de a NATO alterar o seu Conceito Estratégico, introduzindo nele o combate ao terrorismo como razão para o accionamento de medidas punitivas. Se assim é, então não é assim actualmente. Existe, pois, algo de contraditório.

O accionamento do artigo 5.º foi acompanhado de uma lista de oito necessidades por parte dos Estados Unidos que foi prontamente satisfeita. Sobre isto o secretário-geral da NATO disse: «Estas decisões demonstram claramente a determinação e o empenho dos aliados no combate contra o terrorismo, liderado pelos EUA.» Isto é, a NATO acciona o artigo 5.º mas não lidera colectivamente.

Bom, mas o que interessa é que, tendo sido accionado o artigo 5.º, Portugal está envolvido. Ou seja, Portugal está em guerra. Uma guerra com um motivo diferente do tradicional. Com um objectivo expresso diferente do habitual. Mas uma guerra! Guerra essa que se está a desenvolver como tantas outras. Mísseis sobre um país. Desestabilização interna visando o derrube do poder instalado. Entrada de tropas terrestres ocupando espaço e empurrando o inimigo (IN) e destruindo-o ou capturando-o. Inimigo este hoje que foi o aliado dos EUA de ontem, diga-se.

Portugal está em guerra, mas nada se discute ou analisa. Os aviões AWAC's NATO têm militares portugueses. A esquadra NATO para o Atlântico tem uma fragata portuguesa que é actualmente o navio comandante da esquadra. Militares americanos e, provavelmente, ingleses vão retirar dos Balcãs o que vai implicar a sua substituição por militares de outros países. Portugal está em guerra não somente quando militares portugueses estão na frente de combate.

Claro que tudo isto tem de ser analisado com serenidade. Mas a serenidade não pode escamotear os factos e muito menos levar a não os analisar e discutir, nas suas consequências imediatas e futuras para Portugal.

O accionamento do artigo 5.º é neste contexto, fundamentalmente, um elemento de afirmação político-ideológica desta NATO e do seu novo Conceito Estratégico. Um conceito que alterou a sua natureza, objectivos e raio de acção. É esta verdade que, enrolada no combate ao terrorismo, foi agora accionada. Portugal está enrolado nela. É preciso que os portugueses tenham consciência disto e que serenamente reflectam.

● Jorge Assunção

Jerónimo de Sousa e Carlos Maurício no Barreiro apelam à participação dos reformados e pensionistas

Campanhas confluentes

A preparação das eleições autárquicas e a recolha de assinaturas «Por salários mais justos, mais qualidade de vida» convergem na dinamização da actividade militante para um maior apoio de massas à resolução dos problemas locais e à alteração da política nacional.

A Associação de Reformados do Barreiro convidou Carlos Maurício, vice-presidente da Câmara Municipal e cabeça de lista da CDU às eleições de 16 de Dezembro, e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, para um debate que teve lugar no passado dia 3, integrado nas comemorações do Dia Internacional do Idoso, e

problemas e melhorar a qualidade de vida. Tal participação, salientou, constitui

Para mais qualidade de vida é preciso que os salários subam e que a CDU e o PCP reforcem posições

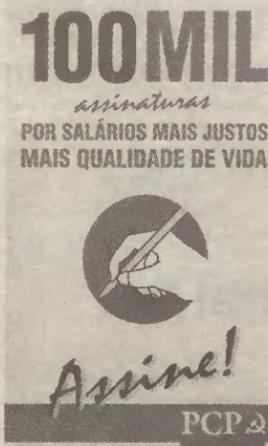
uma linha programática do PCP e da CDU, pelo que a Câmara deverá manter a prática de apoiar as iniciativas da associação.

Jerónimo de Sousa condenou o carácter destrutivo da pré-campa-

inha do PS no Barreiro, escondido atrás da JS, e valorizou tanto a luta, como a obra do PCP e da CDU, em defesa dos interesses dos trabalhadores, dos reformados e da população do concelho.

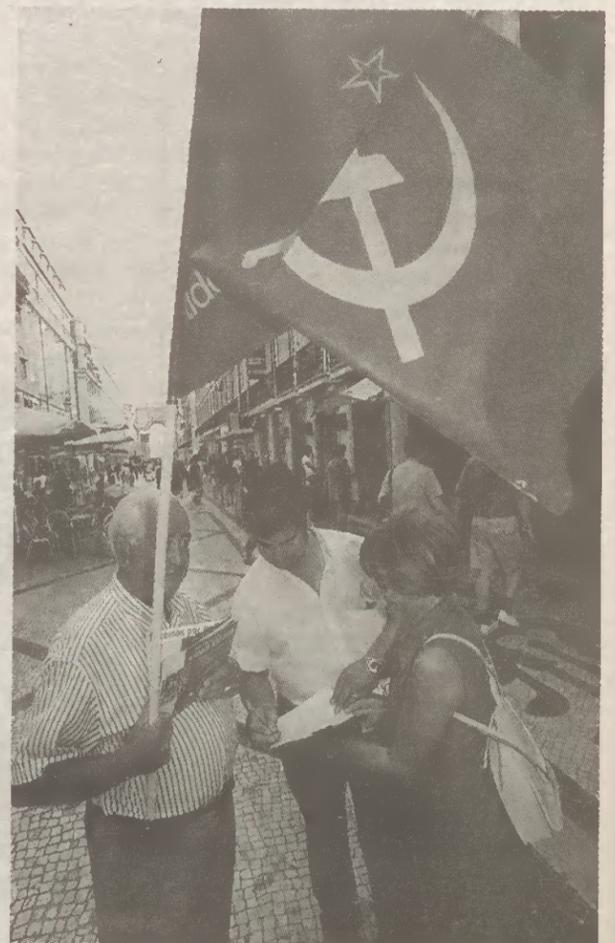
Referindo-se à campanha das 100 mil assinaturas e analisando a actual situação política e social, o dirigente comunista lembrou que, enquanto existirem baixos salários, existirão sempre baixas pensões e reformas. Alertou ainda para os perigos que decorrem da predisposição de cedência ao grande capital, por parte do Governo, na regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social.

Jerónimo de Sousa participou ainda, segunda-feira, num debate promovido pela célula dos trabalhadores comunistas da «Voz do Operário», nas instalações da colectividade lisboeta.



que reuniu cerca de 200 pessoas. Em foco estiveram o próximo acto eleitoral e a campanha das 100 mil assinaturas.

Carlos Maurício realçou a necessidade de participação dos reformados e pensionistas na vida do concelho, contribuindo para resolver



Por todo o País muitas dezenas de militantes participam na recolha de assinaturas

Quase na meta

No distrito de Santarém foram já recolhidas mais de 3500 assinaturas – revelou a direcção regional do PCP, numa nota em que anunciava a realização de uma acção junto dos trabalhadores da empresa João de Deus, em Arados (Porto Alto), anteontem à tarde, com a participação de Jerónimo de Sousa. A meta distrital é de 5 mil assinaturas.

O dia de hoje na Moita – a exemplo do que sucedeu ou vai suceder um pouco por todo o País – começa

cerca das 7.30 horas, para os camaradas que vão estar a distribuir o folheto da campanha e a recolher assinaturas à entrada da AMAL, no comboio da Moita até à Baixa da Banheira, na estação da Baixa da Banheira, no comboio de regresso à Moita, onde depois irão ao mercado e à praça. Passam a hora de almoço na Fristads, vão depois ao Intermarché da Moita, aguardam os trabalhadores à saída da Guston e terminam com uma arruada, cerca das 18 horas, na Baixa da Banheira.

Mariana Chilra encabeça lista do Alandroal

Mariana Chilra é quem, a partir de agora, encabeça a lista da CDU à Câmara Municipal do Alandroal, depois de Margarida Godinho, por comum acordo com a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP, ter retirado a sua candidatura.

Em nota à comunicação social, a DOREV informa que, quando da discussão sobre as possíveis candidatu-

ras da CDU ao concelho, Margarida Godinho manifestou vontade de não se recandidatar, disponibilizando-se, contudo, para continuar até ser encontrada uma outra solução, tendo sido neste quadro que a sua recandidatura avançou.

No prosseguimento da discussão, considerou-se, porém, «a necessidade de uma solução com mais pers-

pectivas de futuro» e, após auscultação a dezenas de militantes e de independentes, um plenário, realizado na quinta-feira passada, apresentou o nome de Mariana Chilra como cabeça de lista à Câmara Municipal do Alandroal, devendo a candidata, nos próximos dias, fazer uma declaração à comunicação social.

A Direcção da Organiza-

ção Regional de Évora do PCP considera, entretanto, que estão criadas as condições para «garantir uma renovação nas candidaturas das listas, tendo em conta a experiência de um vasto conjunto de candidatos conjugada à integração de novos homens e mulheres que se disponibilizaram para participar no projecto autárquico da CDU».

Pressa eleitoral?

A inauguração das instalações do Tribunal da Relação em Guimarães, no dia 19 de Setembro, foi, segundo o deputado Agostinho Lopes, no mínimo «precipitada», já que, segundo notícias vindas a público, o Tribunal só começará a funcionar a 2 de Janeiro do próximo ano.

No requerimento que diri-

giu ao Governo a propósito desta inauguração, o deputado comunista lembra que, afinal, «o Tribunal ainda não tem equipamentos, quadro de pessoal, juzes», não sendo aceitável que o Governo «confunda Tribunal com o edifício em que o mesmo vai funcionar!».

Considerando que não é de supor que a inauguração

não tivesse sido marcada para Janeiro «por falta de disponibilidade no calendário do titular da pasta da Justiça» e, muito menos, «que a pressa resulte de o País se encontrar em período pré-eleitoral», Agostinho Lopes requer ao Governo, através do Ministério da Justiça, os necessários esclarecimentos sobre as

razões que explicam a pré-inauguração do Tribunal da Relação de Guimarães a 19 de Setembro e se «não considera o Governo que essa pré-inauguração significará mais um contributo para a má imagem e credibilidade dos responsáveis políticos e da actividade governamental junto dos cidadãos».

Porto prepara 7 de Novembro

Cerca de 250 dirigentes, delegados e activistas sindicais participaram no plenário distrital da União dos Sindicatos do Porto, realizado dia 3 e no qual mereceu especial realce a preparação da jornada de luta nacional, que a CGTP convocou para dia 7 de Novembro. A dinamização da realização de plenários e reuniões de trabalhadores foi considerada uma tarefa essencial para a mobilização e luta por melhores salários, mais emprego, direitos e Segurança Social. Foi também analisada a convocação de greves e paralisações em vários sectores e empresas. No dia seguinte teve lugar um comício-festa comemorativo do 31.º aniversário da CGTP-IN. Centenas de pessoas assistiram a uma sessão de canto livre e poesia e à actuação do Orfeão do Porto. Sobre a situação política e as posições da Intersindical Nacional falaram João Torres, coordenador da USP, e Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP.

BES abusa

Para o fim-de-semana passado, algumas centenas de trabalhadores dos bancos BES e BIC (grupo Espírito Santo) foram convocados para prestar serviço, no âmbito do projecto de integração das plataformas de sistemas das duas instituições, denunciou o secretariado da secção sindical do SBSI. As convocatórias para trabalhar no fim-de-semana foram feitas «num ambiente de inqualificáveis pressões psicológicas», denunciou a estrutura sindical do grupo Espírito Santo. Recordando que «a prática habitual» na casa é «não pagar o trabalho suplementar, não conceder os dias de compensação e nem sequer fazer a respectiva comunicação à Inspeção do Trabalho», o secretariado sindical afirma que «o facto de ter sido escolhido um fim-de-semana prolongado é demonstrativo do grau de irresponsabilidade de quem dirige o projecto e, obviamente, daqueles que os nomeiam e lhes dão cobertura».

Colóquio

Os modelos sociais e a globalização constituem o tema do colóquio que a União dos Sindicatos de Lisboa leva hoje a cabo, às 17 horas, na Casa da Imprensa, no âmbito das comemorações do aniversário da CGTP, e no qual participa Isabel Rauber, autora de várias obras sobre os movimentos sociais na América Latina.

Motoristas

A greve de hoje «é um primeiro e sério aviso» dos motoristas profissionais contra o tratamento discriminatório de que são alvo no recém-alterado Código da Estrada, preveniu a Festruc/CGTP, que exigiu a intervenção do primeiro-ministro nesta matéria.

Fequimetal e CT apelam aos deputados

Petrogal pressiona

Para tentar calar os que se opõem à entrega da empresa ao capital estrangeiro, a administração de Rui Vilar e António Mexia recorre à intimidação e à pressão, acusam os representantes dos trabalhadores.

Depois de muitos meses de protesto junto dos responsáveis das empresas e de denúncia pública, inclusivamente com recurso ao Provedor de Justiça, os trabalhadores decidiram passar à luta. No dia 25 de Setembro realizaram uma tribuna pública na Rua Augusta, deslocando-se depois à sede da Petrogal e Galpenergia. Antes, já tinham ido à Assembleia da República, onde entregaram aos deputados uma «carta aberta», alertando para «a

grave situação que hoje se vive na Galpenergia e em particular na Petrogal» e reclamando «uma intervenção activa no sentido de pôr fim definitivo a uma situação indigna de nosso regime democrático». A ausência de tal intervenção poderá representar permissão para «um verdadeiro crime de lesa-pátria», como seria «a entrega ao capital estrangeiro de um sector energético de fundamental importância para a economia nacional».

Perseguindo tal objectivo, a administração pratica «uma política de intimidação e pressão sobre os trabalhadores e seus legítimos representantes, visando enfraquecer a acção colectiva dos trabalhadores para, assim, ter condições para concretizar este crime económico e para pôr em causa direitos e garantias de quem trabalha na empresa», acusam a Fequimetal/CGTP e a Comissão de Trabalhadores.

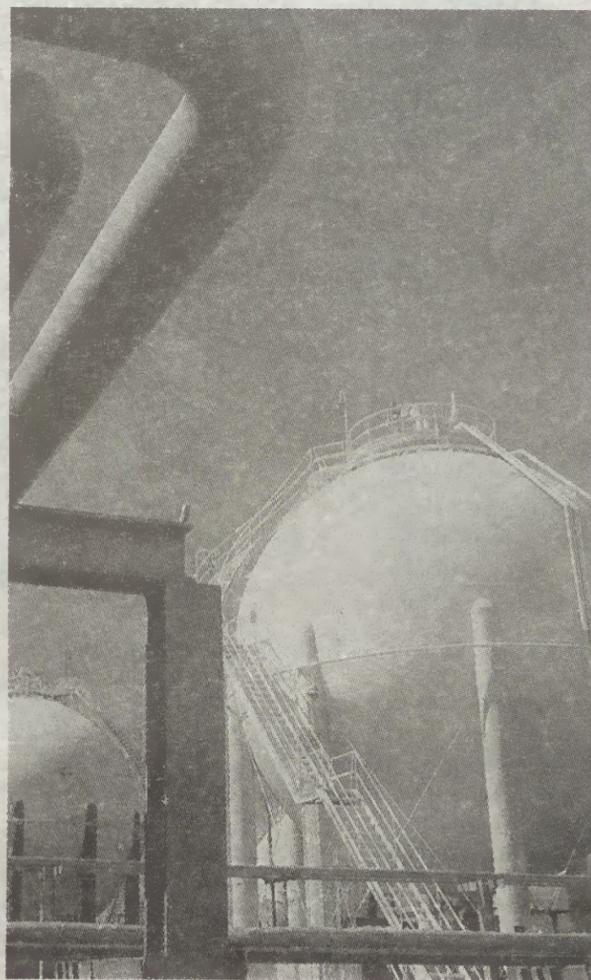
No documento recorda-se que as questões da Galpenergia e da Petrogal têm sido acompanhadas pela AR e que a Comissão de Inquérito aos negócios da Galp «foi bastante crítica sobre como tem vindo a ser conduzida a gestão», «advertiu para os perigos

Há interesses do capital estrangeiro por trás da estratégia da administração

que daí advêm» e pronunciou-se pela manutenção do centro de decisão da Galpenergia em Portugal e pela manutenção futura de ambas as refinarias, chamando à responsabilidade o grupo de accionistas privados nacionais, em articulação com o Estado.

«No entanto, apesar das recomendações da Comissão de Inquérito Parlamentar e da evolução da situação mundial, a actual presidência de António Mexia tem vindo a prosseguir um modelo de reestruturação que não deixa quaisquer dúvidas quanto aos interesses do capital estrangeiro que estão por detrás desse modelo», afirmam as estru-

Há «vários anos» que a administração da Petrogal mantinha «dezenas de trabalhadores» sem funções distribuídas, muitos dos quais estavam dispensados de comparecer na empresa e forçados a ficar em casa. Esta prática foi denunciada e condenada pelo Sinqüifa, pois «viola o direito ao trabalho e à ocupação efectiva, previsto na lei, fere a dignidade profissional e humana dos trabalhadores e prejudica-os seriamente na remuneração, nos prémios, na carreira e realização



Os trabalhadores querem salvar empresas da entrega ao capital estrangeiro

turas representativas dos trabalhadores.

O presidente «tem vindo a afastar dos lugares de decisão os quadros da Petrogal, colocando em seu lugar quadros oriundos da GDP, de consultores externos instalados na empresa (cujos concursos são desco-

nhecidos) e ainda de outras «personalidades» do exterior, mas com relacionamento próximo do Presidente, o que pode indiciar favorecimento pessoal». Em concreto, é apontada a recente contratação de um cidadão estrangeiro para dirigir a área de Logística.

Os 30 castigados

No início deste mês, revelou o sindicato, a administração «decidiu chamar cerca de 30 desses trabalhadores, que estavam descartados em casa, não para lhes dar trabalho, como era legítimo esperar, mas para os meter todos dentro de quatro paredes, onde apenas existem algumas secretárias e cadeiras», colocando-os «numa situação ainda mais humilhante, facto que já levou alguns deles a acusarem problemas psíquicos e de saúde».

Admissões na PT não parecem sérias

A Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom considera «perfeitamente intolerável» a prática da administração relativamente à admissão de quadros. Em comunicado, a CT recorda que à mulher de César, não basta ser séria, é preciso parecer, reclamando que tal princípio seja aplicado no Grupo PT.

No comunicado aponta-se o contraste entre o comportamento para com os trabalhadores mais antigos, entre os quais «se cria um ambiente de desinteresse»,

fazendo crer «que já não fazem falta e estão a mais», enquanto é feita a contratação de ««eminências pardas», só porque são sobrinhos(as) e genros ou noras de administradores, filhos de ministros ou de autarcas»; as citadas «eminências», denuncia ainda a CT, «abandonam a empresa, para serem administradores da concorrência, e depois são readmitidos e colocados no Brasil com proveitos milionários».

As obras realizadas nas

instalações da PT na Rua Andrade Corvo são «veementemente» censuradas pela CT, por ascenderem a «custos astronómicos, para criar condições privadas de acesso aos sumptuosos aposentos da administração», enquanto os trabalhadores «sentem na pele as dificuldades de uma contenção de custos miserabilista». Afirmando que alguns administradores se gabam de finalmente terem salários de nível europeu, a CT recorda que no dia 1 de Janeiro, a par da nova moeda única,

deverá entrar em vigor a nova tabela salarial e reclama para os trabalhadores salários de nível europeu.

No final da semana passada, em novo comunicado, a CT voltou a defender a valorização geral dos salários e criticou a gestão da empresa, por «insistir na atribuição de prémios por objectivos, com base em critérios injustos e penalizadores dos direitos e garantias consagrados» na Constituição, na Lei e no Acordo de Empresa da PT Comunicações.

Rolo confiscado

O Sindicato dos Jornalistas considerou que a confiscação, pela PSP, de um rolo fotográfico a dois profissionais, depois de estes terem sido detidos segunda-feira à tarde junto das instalações da Nato, identificados por militares e agentes policiais e entregues na esquadra de Oeiras, é «manifestamente ilegal, porquanto só pode ser efectuada mediante mandado judicial». Em nota distribuída à comunicação social, a direcção do SJ informa que averiguou que os jornalistas «tinham obtido imagens na Estrada da Medrosa, que confina com as referidas instalações militares, mas cujo acesso não está vedado nem apresenta quaisquer sinais impeditivos de realização do seu trabalho» e «lamenta que se esteja a gerar uma atmosfera psicológica em que se abuse do direito à segurança, convertendo-o em paranóia susceptível de atentar contra a liberdade de informação».

O comissário que tomou conta da ocorrência recusou-se a adiantar à Lusa os motivos da sua decisão, remetendo para os serviços de Relações Públicas da PSP, onde um subcomissário admitiu que possa ter havido «erro» ou «prepotência» na condução deste caso e que a PSP de Oeiras poderá ter actuado com base em medidas de segurança que «não quis revelar», muito embora reconheça que não houve alteração do quadro legal que permita este tipo de comportamento da polícia face a jornalistas devidamente identificados. Ricardo Guilherme e Luís Fontes, ao serviço de O Crime, estavam incumbidos de um trabalho sobre o reforço da vigilância em determinados locais, na sequência das operações de retaliação militar decorrentes do atentado terrorista da 11 de Setembro nos EUA, informou ainda o sindicato.

Plenário impedido

Dois dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Civis das Forças Armadas foram segunda-feira impedidos de realizar uma reunião com o pessoal civil da Base Aérea N.º 6, no Montijo. De acordo com o STEFFAS/CGTP, o comandante da base tinha conhecimento da reunião desde o dia 1 de Outubro. «Será que este senhor já se está a aproveitar da situação para cortar direitos aos trabalhadores», questiona o sindicato, numa nota que distribuiu à comunicação social e em que afirma que, «depois dos últimos acontecimentos, afinal, em Portugal nem tudo está a funcionar normalmente, ao contrário do que afirmou o nosso primeiro-ministro, ontem, dia 7 de Outubro, na sua comunicação ao País».

Avançar para a luta na Marks & Spencer

Os trabalhadores da Marks & Spencer em Portugal vão reunir hoje à tarde, para analisar formas de luta que levem a multinacional, com sede em Londres, a aceitar o direito de opção (a faculdade de cada trabalhador decidir se quer continuar a trabalhar na empresa adquirente da loja a que estão vinculados, ou receber a indemnização por despedimento, entretanto negociada) - informou o CESP/CGTP.

«A Marks & Spencer continua a pedir ponderação e compreensão aos trabalhadores, enquanto o tempo passa e os problemas se agudizam», denunciou o sindicato na semana passada, no final de mais uma reunião com o director da empresa para a Península Ibérica. «Há uma directiva da Comunidade Europeia (98/50/CE de 1998) que assegura o direito da opção aos trabalhadores da Europa continental», explica o CESP, mas a directiva não foi subscrita pelo Reino Unido e, «pelos vistos», a Marks & Spencer não a quer cumprir. Em finais de Março a M&S anunciou o encerramento das lojas na Europa continental, «com o maior desprezo pelos seus trabalhadores, e agora arrasta, durante meses, uma instrução aos seus negociadores para aceitarem as pretensões mínimas dos trabalhadores», protesta o sindicato.

“Estamos a perder aquilo que sabemos fazer. Não há, na História, país que seja desenvolvido e que destrua o seu tecido produtivo”

O Comércio do Porto com futuro incerto

Mantém-se uma situação de grande instabilidade e preocupação quanto ao futuro entre os trabalhadores do jornal *O Comércio do Porto*, que ainda não receberam os salários de Setembro. Já os salários de Agosto foram pagos com atraso, tendo na altura a Lisgráfica comunicado que pretendia encerrar o jornal até 15 de Setembro. Em comunicado, o Sindicato dos Jornalistas salientou que a Lisgráfica e o Estado deveriam assumir as responsabilidades que lhes cabem e desenvolver «todos os esforços para manter vivo *O Comércio do Porto* e acautelar os direitos dos seus trabalhadores».

O fecho do jornal - que poderá ser evitado se for encontrado «um parceiro para viabilizar a empresa» - teria «graves efeitos sociais» e representaria «uma perda irreparável e incompreensível, não só para as pessoas directamente envolvidas, como para a cidade e o País», salientou o SJ, sublinhando que «*O Comércio do Porto* não é apenas um importante património da imprensa e da cultura portuguesas e uma instituição da cidade do Porto, mas constitui também um importante exemplo de tenacidade e elevado profissionalismo».

PCP exige responsabilidades e actuação urgente do Governo



De forma inesperada e em período de férias, o patrão da Confélis avançou com o processo de falência de uma empresa que ele próprio apontava como exemplo de sucesso

Desafio ao Governo

«Desafiamos o Governo a reconhecer que existe um problema grave no País, com o encerramento de empresas. Desafiamos o Governo a reconhecer que esta situação constitui um factor de debilidade da economia portuguesa. Desafiamos o Governo a não ficar impassível perante a degradação social de milhares de trabalhadores e as legítimas apreensões quanto ao seu futuro.»

«Ao lançarmos este desafio, pretendemos confrontar o Governo com as suas responsabilidades, ou melhor, com a sua irresponsabilidade pelos erros de política económica que, por acção ou omissão, está a cometer. Queremos impedir o Governo de continuar a escamotear a verdade, pintando-a com tons cor-de-rosa. Mais do que isso, queremos dar a nossa contribuição para obrigar o Governo a definir e aplicar uma política económica que corrija os atentados contra os trabalhadores e o País.»



Só a luta e a persistência dos trabalhadores da Norporte e das estruturas sindicais da CGTP, com a solidariedade activa da Câmara Municipal e do PCP, mantém viva a esperança de que os direitos sejam respeitados



O deputado comunista tem estado presente em muitas lutas de trabalhadores que defendem os postos de trabalho (na foto, concentração da Molin, no Largo Camões, na semana passada)

«É neste sentido que apresentamos hoje na Comissão de Economia um pedido de audição com o ministro da Economia, para discutir a política que está a ser seguida em relação ao

conjunto de empresas que se encontram em processo de falência.»

Vicente Merendas, intervenção na AR dia 3 de Outubro

A política da falência

Em seis meses, encerraram mais de 900 empresas em Portugal, denunciou Vicente Merendas na Assembleia da República. O deputado comunista salientou que, na raiz deste grave problema está a política económica e laboral, que provoca a destruição do tecido industrial nacional, pelo que o Grupo Parlamentar do PCP requereu a ida do ministro da Economia à AR.

Os trabalhadores portugueses partiram pessimistas para férias e o seu regresso foi marcado por um forte abanão no contacto com a realidade - começou por afirmar Vicente Merendas, na intervenção que fez no parlamento, no passado dia 3. Recordou que os trabalhadores estão a confrontar-se com uma onda violentamente neoliberal sem precedentes em áreas vitais da nossa economia. Os sinais são cada vez mais preocupantes, sublinhou, apontando a destruição do aparelho produtivo e a privatização a todo o custo, sem a preocupação de dinamizar as empresas. «O Governo tem sido mais vulnerável a lobbies financeiros que querem sacar fundos ao Estado, do que a organizações que apresentem propostas concretas de desenvolvimento», acusou o deputado do PCP.

Motivos com incentivos

Vicente Merendas indicou algumas das razões que levam ao encerramento de tantas empresas: - a derrapagem da economia obriga os portugueses a apertar o cinto e está a provocar uma sangria no tecido empresarial - a banca está também a criar enormes restrições ao crédito, em particular asfixiando financeiramente as empresas com menos recursos - o Governo estimula e privilegia os interesses dos grandes grupos económicos em detrimento dos pequenos empresários. Neste quadro, as falências das empresas sucedem-se com toda a impunidade, sem que ninguém seja chamado à responsabilidade. O deputado comunista recordou que «há empresas que encerram e reabrem uns quilómetros depois, com as mesmas máquinas mas com outros trabalhadores, deixando um rasto de miséria e sofrimento». Muitas das empresas fecharam as suas portas, sem assumirem as dívidas para com os trabalhadores, disse Vicente Merendas, referindo o caso do distrito de Lisboa, onde 112 empresas, de treze sectores da actividade económica, não honraram os compromissos com os seus

trabalhadores. «Entre salários em atraso e indemnizações, a soma ultrapassa os 22 milhões de contos», denunciou, sublinhando que o mesmo se passa um pouco por todo o País. A nível nacional, desde o início do ano, já foram destruídos mais de 8 mil postos de trabalho, destacando-se os casos recentes da Goela, em Vila das Aves,

com 1600 trabalhadores, e da Samsung, com 1200 - afirmou. Ainda mais recentemente, foi pedida a falência da Confélis, com 160 trabalhadores, cujo sócio-gerente, em entrevista ao *Jornal de Notícias*, há apenas oito meses atrás, apontava a

empresa como exemplo dos êxitos e pioneira no pronto-a-vestir masculino. Declarou falência, a 20 de Setembro, a Norporte, com cerca de 500 trabalhadores, empresa bem equipada com moderna tecnologia, que encerrou apesar das promessas eleitorais do PS. Na véspera, dia 2, estiveram concentrados junto ao Ministério da Economia os trabalhadores da Molin, uma empresa viável - facturava um milhão e setecentos mil contos, empregava 160 trabalhadores, fabricava material de desenho de alta precisão e material escolar e constituía uma referência cultural para milhões de portugueses, que fizeram as suas primeiras letras e os seus primeiros desenhos com material escolar Molin -, que também declarou falência. Também dia 2, estiveram concentrados, frente à residência oficial do primeiro-ministro e frente ao parlamento, os trabalhadores das vidreiras Mandata e Mortensen.

«Os cerca de 400 trabalhadores das duas empresas encontram-se numa situação laboral e social dramática», salientou Vicente Merendas. Os trabalhadores da Mortensen estão há três meses sem receber salários. Os da Mandata apenas vão receber 40 por cento do salário de Setembro. E sobre os trabalhadores das duas empresas para o espectro do desemprego, com todas as consequências para quatro centenas de famílias da Marinha Grande. O deputado comunista afirmou que, nos

“No distrito de Lisboa, 112 empresas de 13 sectores devem aos trabalhadores mais de 22 milhões de contos de indemnizações e salários em atraso”



últimos seis meses, mais de 900 empresas encerraram as suas portas. «Estamos a viver uma situação em que, quase todos os dias, os anúncios de falência de empresas fazem títulos da comunicação social», «a crise económico-social desenvolve-se por todo o País» e «parece não haver sector que escape». Alertou que «o País está a perder o seu tecido industrial», «estamos a perder aquilo que sabemos fazer», realçando que «não há, na História, país que seja desenvolvido e que destrua o seu tecido produtivo». O Estado, como empregador, «não é um exemplo na efectivação das leis e dos direitos», acusou Vicente Merendas, protestando contra as declarações do ministro da Economia, que considerou que o estudo da Associação Empresarial de Portugal, que preconiza o

despedimento de 150 mil funcionários públicos, contém ideias excelentes. «O Governo está a contribuir para uma sociedade baseada na instabilidade e na incerteza do amanhã», afirmou o deputado do PCP, notando que «muitos são os discursos, para consumo de

propaganda, sobre a saúde da economia portuguesa», mas «poucas são medidas efectivas que promovam essa saída e, sobretudo, que protejam e valorizem o recurso mais precioso que são os trabalhadores e os seus direitos».

Prevenir e mudar

O ano em curso «ameaça trazer mais surpresas desagradáveis», pois «milhares de trabalhadores de vários sectores de actividade têm os seus postos de trabalho ameaçados», avisou o deputado do PCP. Perante tal quadro, «há razões para que os trabalhadores lutem e estejam preocupados e há um sentimento de insegurança que se apossa dos trabalhadores em vários sectores e várias regiões do País».

Os trabalhadores têm consciência dos perigos «e, exactamente por isso, as suas lutas são a clara e positiva demonstração de que os trabalhadores não se resignam, não se intimidam com a repressão policial e não aceitam de braços caídos esta cruzada contra os seus direitos e os seus postos de trabalho».

Vicente Merendas recordou que na Assembleia da República, recentemente e por iniciativa do PCP, foi aprovada legislação que melhorou os direitos dos trabalhadores em caso de falência das empresas, procurando diminuir o número de anos à espera das correspondentes indemnizações. «Mas é preciso ir mais longe, é preciso ir-se às raízes do problema», as quais «têm a ver com a política económica e laboral que tem sido seguida».

«O País carece de uma efectiva mudança de rumo, no plano da política económica e social», concluiu o deputado comunista, sublinhando que só tal mudança abrirá caminho para a resolução dos problemas com que se defrontam o País e os trabalhadores.

“Desde o início do ano já foram destruídos mais de 8 mil postos de trabalho. Nos últimos seis meses encerraram 900 empresas”

Alunos prejudicados

Mais de mil alunos da Escola Secundária de Pinhal Novo estão a ser prejudicados devido à falta de pessoal auxiliar. Em comunicado de imprensa, a Juventude Comunista Portuguesa (JCP) refere que o problema da falta de funcionários se agravou no passado dia 3 de Outubro, o que levou o Conselho Executivo da Escola a determinar o encerramento de vários blocos daquele estabelecimento de ensino. A JCP sublinha que a falta de pessoal auxiliar é uma das muitas lacunas da Escola Secundária do Pinhal Novo, que enfrenta outros problemas, nomeadamente, a «falta de um pavilhão gimnodesportivo, material didáctico (retroprojectores e material de laboratório), telheiros para resguarda dos alunos e aquecimento nas salas».

Está entretanto agendada para hoje uma reunião entre o Conselho Executivo da Escola Secundária do Pinhal Novo e a Coordenação da Área Educativa da Península de Setúbal, para que seja encontrada uma solução para o problema.

Colectividades em festa

Por razões climatéricas, as noites de Fado da festa das Colectividades irão decorrer, nas noites de 12 e 13 de Outubro, nos Paços do Concelho. No conjunto das noites de Fado, actuam 145 fadistas das colectividades de Lisboa, apadrinhados por Anita Guerreiro e Nuno de Aguiar. A entrada é livre.

A palavra aos utentes

«Pela defesa e melhoria dos serviços Públicos: a palavra aos utentes» é o tema do encontro de comissões e associações de utentes, a ter lugar no próximo sábado, em Lisboa. Promovido pela Associação Transportes 2000, Comissão de Utilizadores e Sobreviventes do IP3, Comissões de Utentes das Linhas da Azambuja, do Sado e de Sintra, este encontro tem como objectivo trocar experiências e pontos de vista — múltiplos e diversificados — e orientar a acção em torno das necessárias melhorias dos Serviços Públicos e da importância da participação dos utentes para a concretização de tais melhorias.

Fenprof mobiliza professores e pais em torno de um plano de emergência e de uma lei de financiamento

Por uma nova escola do primeiro ciclo

A Fenprof pretende mobilizar professores e pais na luta por uma nova escola para o 1.º ciclo, defendendo nomeadamente um plano nacional de emergência, uma Lei de Financiamento dos Estabelecimentos Públicos do Ensino Não Superior e turmas com um máximo de 19 alunos.

A luta por uma nova escola para o 1.º ciclo do ensino básico é uma prioridade da Fenprof para este ano lectivo. Um combate «distante de qualquer reivindicação corporativa», que deverá envolver antes do mais os professores. Mas também «todos aqueles que se interessam pela causa da educação», em particular os pais e suas organizações.

Em conferência de imprensa, a Federação Nacional dos Professores denunciou a situação de penúria das ex-escolas primárias e apresentou várias iniciativas já em curso. Com a promessa de apresentar ao país, no início do segundo período lectivo, de uma proposta global para uma profunda transformação do primeiro ciclo de ensino.

De entre as iniciativas programadas e em concretização, destaca-se desde já a realização, dia 31 de Outubro, em todas as capitais de distrito, de bancas onde se irá pedir aos portugueses que assinem um postal dirigido ao ministro da Educação, reclamando que sejam criadas melhores condições para estas escolas.

Na sequência da reunião, já realizada, com a Confederação Nacional das Associações

de Pais, a Fenprof quer encontrar-se, nomeadamente, com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP). Durante o mês de Outubro, os órgãos de gestão das escolas do 1.º ciclo dirigirão ao ministro da Educação e à Câmara Municipal do respectivo concelho, cartas reclamando melhores condições de trabalho e estudo para as suas escolas. No segundo período lectivo, a Fenprof realizará, em todo

o país, encontros distritais de professores do 1.º ciclo, que culminarão em deslocações aos governos civis para entrega de moções em defesa de uma nova escola.

Uma escola estacionada no tempo

«A escola do primeiro ciclo do ensino básico está estacionada no tempo. Não acompanhou os mais elementares avanços tecnológicos e do conhecimento», afirma-se no documento divulgado pela Fenprof, que sublinha mesmo que a maioria destas escolas «vive na mais completa penúria de recursos».

Um estudo elaborado pelo Sindicato de Professores da Região Centro, junto de cerca

Uma luta que deverá envolver os professores e todos aqueles que se interessam pela causa da educação



Fenprof defende mudanças profundas na escola

de 1000 escolas da região, que a Federação Nacional de Professores considera reflectir em grande medida a realidade que se vive por todo o país, conclui que 48 por cento das escolas não tem biblioteca, 69 por cento não dispõe de computador, 94 por cento não possui qualquer material experimental, 90 por cento não possui instrumentos musicais, 55 por cento não tem aparelhos de televisão e vídeo e 59 por cento não conta com material desportivo.

Face a esta situação, a Fenprof diz que, na maioria dos concelhos do país, a escola do 1.º ciclo é ainda «a escola do quadro preto, do giz, dos manuais escolares e da dedicação dos professores».

Uma situação que se deve nomeadamente a graves problemas de financiamento, com desvio de grande parte dos recursos para as escolas privadas.

As propostas da Fenprof

Um plano nacional de emergência que concretize «a rápida recuperação e humanização das escolas» e o seu apetrechamento com materiais e equipamentos pedagógicos é a primeira grande exigência da Fenprof.

A Federação defende ainda a elaboração urgente de uma Lei de Financiamento que estabeleça regras claras, universais e transparentes que tenham em conta, designadamente, o número de alunos, de turmas e de estabelecimentos de ensino envolvidos.

As turmas dos quatro primeiros anos de escolaridade devem, segundo a Fenprof, ser constituídas por 19 alunos, no máximo, descendo para 15 quando existam, na mesma turma, alunos de mais de dois anos de escolaridade ou com necessidades educativas espe-

ciais. O Estado tem que passar a facultar às crianças do 1.º ciclo um serviço de refeições e uma resposta para a ocupação de tempos livres, com pessoal próprio e instalações adequadas, advoga a Federação, que considera ainda urgente avançar com a constituição de equipas educativas que acabem com o modelo de professor que lecciona todas as áreas curriculares.

A Fenprof defende, por outro lado, a alteração das provas de aferição, sustentando a aplicação por amostragem «cientificamente elaborada» e exigindo do Ministério da Educação medidas que permitam corrigir problemas e dificuldades detectados.

É em torno destes grandes objectivos que a Federação nacional de Professores espera «erguer um amplo movimento social que acompanhe a acção reivindicativa dos professores».

Em defesa da serra da Arrábida

A luta por um desenvolvimento sustentável e a recusa de que a serra da Arrábida seja o «caixote do lixo do país» juntaram, num protesto comum, diversas organizações que se manifestaram quando do lançamento do Programa Polis em Setúbal, dia 3 de Outubro.

Em comunicado conjunto, a CaproSado (Comissão Ambiental «Proteger o Sado»), o

Movimento Pró-Arrábida, o Gisa (Grupo de Intervenção e Sensibilização Ambiental), em e várias organizações de juventude e associativas da Região do Sado e Arrábida, denunciam a utilização da Secil, em pleno Parque Natural da Arrábida, para a incineração de resíduos industriais perigosos (RIP).

Múltiplas são as razões de contestação. Antes do mais,

os subscritores do documento salientam que o método e a escolha do Ministério do Ambiente para a incineração RIP foi reprovada pelo próprio Estado português aquando da assinatura do Protocolo de Estocolmo este ano.

Acresce que se está a impor um método e a apresentá-lo como «solução milagrosa», quando nem sequer se conhece a base do problema. Não existe qualquer levantamento global das fontes produtoras de resíduos, nem uma estratégia nacional concreta para redução dessa produção, numa perspectiva de reduzir, reutilizar e reciclar.

O documento é particularmente crítico em relação à localização da incineradora no Parque Natural da Arrábida, o

que vai contra «as mais elementares normas de conservação e de promoção de uma área natural protegida».

Por último a imposição de uma unidade de co-incineração põe em causa a estratégia de desenvolvimento sustentável que se deseja implementar na região, baseada no turismo e no ambiente.

«Não vamos cruzar os braços»

Face a esta situação, as várias associações envolvidas nesta luta prometem que não se irá «cruzar os braços».

Exigem do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e solicitam à Comissão Europeia a suspensão deste processo e a elaboração de um levantamento global das fontes produtoras de resíduos e uma estratégia nacional da sua redução, com base na política de redução, reutilização e reciclagem.

Apelam a todas as entidades e cidadãos da região que se unam contra a co-incineração e participem activamente

nesta luta. As associações vão prosseguir com uma campanha de informação pública, através da distribuição e emissão de folhetos, cartazes e informação diversa, da realização de debates e conferências e a mobilização de cidadãos e instituições. Na perspectiva de que têm «uma etapa longa e dura pela frente».

«Os Verdes» questionam

A deputada de «Os Verdes», Heloísa Apolónia, dirigiu um requerimento ao Ministério do Ambiente e ao Ministério da Economia, no sentido de conhecer o contrato de exploração da Fábrica Cimenteira da Secil na Área do Parque Natural da Arrábida, bem como as estimativas do Governo sobre o limite temporal de permanência da Secil naquela área protegida. Em causa está a quota máxima de exploração permitidabem como a média de exploração nos últimos cinco anos.



Secil, uma cimenteira em pleno Parque Natural da Arrábida

Exposição sobre Orlando da Costa

50 anos de vida literária

Até ao fim de Outubro estará patente ao público, no Museu da República e Resistência em Lisboa, uma exposição documental sobre a vida e obra de Orlando da Costa.

Com o tema «Orlando da Costa – 50 Anos de Vida Literária», a exposição é um testemunho do trabalho desenvolvido, ao longo de meio século, por este escritor de raízes goesas, em diferentes áreas da literatura, da poesia ao romance e à dramaturgia.

Esta iniciativa terá um momento alto no próximo dia 18, com a realização de um colóquio que conta com a participação de Urbano Tavares Rodrigues e António Borges Coelho.

Breve biografia

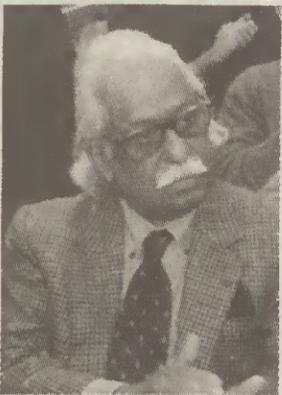
Actualmente com 73 anos de idade, Orlando da Costa nasceu em Moçambique. Filho de pais indianos, viveu até aos 18 anos em Goa, uma vivência que viria naturalmente a marcar a sua obra.

Em Setembro de 1947 vem para Portugal e licencia-se em 1953 em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa. É nesta época que retoma a escrita. Com menos de 15 anos tinha escrito os seus primeiros poemas, obtendo então o primei-

ro prémio num concurso entre todos os liceus.

De par da sua vida literária, Orlando da Costa envolve-se na actividade política antifascista. Em 1947 torna-se militante do MUD Juvenil e em 1953 filia-se no PCP. Entre 1950 e 53, é detido pela PIDE por várias vezes, em particular devido à sua militância em defesa da paz.

Em 1951 e 1953 publica os seus dois primeiros livros de poesia, «A



Orlando da Costa

Estrada e a Voz» e «Os Olhos sem Fronteira». O livro de poemas «Sete Odes do Canto Comum», publicado em 1955, é apreendido

pela PIDE mesmo antes de sair da tipografia, voltando a ser editado em 1979.

Em 1956 participa, como sócio fundador, na criação da Sociedade Portuguesa de Escritores, mandada encerrar pelo governo fascista. Em 1973 torna-se sócio fundador da Associação Portuguesa de Escritores.

A sua estreia como romancista data de 1961, com «O Signo da Ira», romance neo-realista, proibido pela censura, que obtém entretanto o prémio Ricardo Malheiros, da Academia de Ciências de Lisboa. Em 1964 publica o romance «Podem chamar-me Eurídice...», também proibido e retirado do mercado. Em 1994 é editado o romance «Os Netos de Norton», Prémio Complementar Eça de Queirós de Literatura/94 da Câmara Municipal de Lisboa, e em Novembro de 2000, «O Último Olhar de Manu Miranda».

Estreia-se como dramaturgo em 1971, com a peça «Sem Flores nem Coroas». A sua peça «A Como Estão os Cravos Hoje», publicada em 1984, foi premiada no Concurso de Originais de Teatro da Seiva Trupe, Porto.

Toda a sua obra poética, acrescida de «O Coração e o Tempo», é reeditada em 1979 num único volume, intitulado «Canto Civil».

Esta iniciativa terá um momento alto no próximo dia 18, com a realização de um colóquio



Água, o factor estratégico

• José Brinquete

Decorrido mais de um quarto de século após a Revolução de Abril e a instauração do regime democrático, os partidos dominantes do sistema/poder (PS e PSD) em nenhum momento abordaram, de forma responsável, a nível da região de Trás-os-Montes, a problemática dos nossos recursos hídricos, tanto à superfície como subterrâneos.

Foi o PCP que, na I e II Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro (20/Março/83 em Vila Real e 26/Junho/96 em Mirandela, respectivamente), meteu ombros ao trabalho e analisou os importantes recursos naturais que a região possui, entre eles a água, embora completamente desaproveitados.

Mais recentemente, a Proclamação aprovada na 1.ª Assembleia Distrital de Bragança do PCP (26/Março/00) contemplava nas propostas para o desenvolvimento «A elaboração e aprovação de um Plano de Aproveitamento e Gestão da Água (à superfície e subterrânea) para o Distrito de Bragança e Planos de Bacia que salvaguardem os recursos hídricos, nomeadamente dos rios Douro, Tuella, Rabaçal e Tua, ameaçados pela Convenção Luso-Espanhola (assinada e aprovada pelo Governo PS)».

Inesperadamente, nos meses de Junho e Julho deste ano, todas as Assembleias Municipais de Trás-os-Montes e Alto Douro foram chamadas a pronunciar-se sobre a adesão dos seus municípios a uma Empresa Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento para a Região.

A proposta surge da parte do ministro do Ambiente, José Sócrates, e vem carregada de chantagem política, como já começa a ser habitual. O Governo diz aos municípios que têm de aprovar a sua adesão até Julho, pois só assim poderão beneficiar de umas dezenas de milhões de contos, provenientes dos Fundos Comunitários.

A esta pressão/chantagem política por parte do Governo PS, os cerca de 33 municípios envolvidos e de maioria PS ou PSD responderam positivamente e aderiram a essa Empresa onde o capital maioritário é da Empresa Águas de Portugal. Mais uma vez os autarcas da região traíram os interesses das suas populações e aliam-se a interesses obscuros e inconfessáveis. Responsáveis regionais do PS, na Assembleia Municipal de Bragança de 30/06/01, afirmaram, e ficou em acta, que o objectivo final do Governo é privatizar a exploração da Água na Região.

Muitas dúvidas

Os autarcas aprovaram uma decisão sem que até hoje tivessem feito qualquer levantamento ou estudo credível sobre os recursos de água existente na região. O Governo acenou aos autarcas com uns milhões de contos comunitários, não cuidando de fazer uma estimativa do valor global necessário para resolver os problemas de abastecimento de água e de saneamento até 2006. Tanto pode ser este o valor necessário como outro completamente diferente. Relativamente ao património existente a nível de cada município, não há qualquer indicação se é ou não adquirido pela empresa, sendo, para já, cedido em condições pouco claras. Não existem estudos que permitam prever preços dos serviços aos municípios (em alta) e aos consumidores (em baixa), nestas duas áreas: abastecimento de água e saneamento. Como também não há qualquer garantia de termos água em quantidade e qualidade. Ao mesmo tempo que se prevê que este sistema vai deixar de fora os agregados populacionais com menos de 500 habitantes, o que na região é a esmagadora maioria dos povoados. Por outro lado, os mais de 1000 trabalhadores que existem nesta área de trabalho não foram ouvidos sobre o seu futuro e, mesmo que transitem para a empresa agora criada, que garantias têm da manutenção do seu posto de trabalho?

Foi muito estranho a pressa manifestada pelo ministro do Ambiente. E muitas foram as dúvidas que ficaram por esclarecer. O Governo não conseguiu ou não quis responder a nenhuma questão colocada pelos eleitos do PCP, nas Assembleias Municipais da Região. Aliás, o PCP propôs a criação de empresas intermunicipais e a possibilidade de os municípios se candidatarem a Fundos Comunitários para esta área do investimento. Por que será que o Governo não foi por esta via? Lamentavelmente, a AMTAD - Associação dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro - voltou a não estar à altura das suas responsabilidades.

A decisão tomada, se levarmos em linha de conta as declarações dos dirigentes regionais do PS na Assembleia Municipal de Bragança, não salvaguarda, de forma alguma, a garantia de que se manterá um serviço público.

O objectivo inconfessado de privatizar a água - um bem estratégico essencial - que não podemos aceitar, tem infelizmente antecedentes muito recentes, com a privatização da EDP, PT, Brisa, etc. Os exemplos estão há vista... Estamos certos que, com esta medida, os Municípios não serão beneficiados e os Municípios, esses sim, sairão fortemente prejudicados.

Feira do Livro de Frankfurt

Portugueses sem apoio

O apoio financeiro à presença portuguesa na Feira do Livro de Frankfurt está em curva descendente desde 1998. O Ministério da Cultura considera que uma feira vocacionada para os negócios é da competência do ICEP - Investimento, Comércio e Turismo de Portugal, e este, por sua vez, admite «não estar especialmente orientado» para a questão.

A edição deste ano, inaugurada terça-feira passada, contará com 70 empresas lusas, mas o investimento oficial português não ultrapassa os seis mil contos, apesar de estar em causa o mais importante certame editorial do mundo, ponto de encontro de mais de cem países.

As associações representativas do sector, APEL e UEP, estão descontentes e determinadas a prevenir o agravamento da situação em 2002. Segundo dados da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), em 1998 a participação lusa

em Frankfurt foi apoiada com 30 mil contos e beneficiou de uma área expositiva de 440 metros quadrados. Já em 1999 o montante desceu para os 20 mil contos e o espaço foi reduzido para 355 metros quadrados. No ano passado nova alteração confirma a tendência decrescente: o investimento fica-se pelos 15 mil contos, a área pelos 300 metros quadrados. Chega-se assim a 2001, com uma verba de seis mil contos e a imagem de Portugal circunscrita a 168 metros quadrados.

Graça Didier, presidente da APEL, defendeu, em declarações à Agência Lusa, que a gigantesca feira alemã, visitada por meio milhão de pessoas de todo o mundo, é um palco privilegiado para divulgar a imagem do país. E lembrou que o «negócio» em causa é indissociável da vertente cultural, porque vender livros não é o mesmo que vender sapatos. Graça Didier lamentou ainda a inexistência de continuidade

de em relação ao grande esforço feito em 1997. «Sem continuidade não há repercussões. É dinheiro desperdiçado.»

Também José Leal Loureiro, secretário-geral da União dos Editores Portugueses (UEP), denunciou a progressiva diminuição dos apoios desde 1998, adiantando que até à próxima edição o sector editorial tem de unir esforços e sensibilizar o governo - nomeadamente ministérios da Cultura, Economia e Negócios Estrangeiros - para a pertinência de uma reflexão conjunta.

Contudo, se este ano o apoio financeiro do Governo já é inferior ao que foi atribuído em 1996 (de nove mil contos), nessa data apenas se deslocaram a Frankfurt 20 editores portugueses. A partir de então são cada vez mais as empresas participantes. Na verdade, é lá que se encontram todos os anos cerca de oito mil editores, em representação de mais de uma centena de países.

Joaquim Raposo desmantelou um projecto ímpar, em Portugal, que divulgou a cidade da Amadora além-fronteiras

Cultura agoniza na Amadora

A CDU acusa o autarca socialista de ter preterido, à revelia da Câmara, o Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora em benefício de uma acção de pré-campanha.

«Pela primeira vez, o Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora não terá lugar nas magníficas instalações da Fábrica da Cultura depois de estas estarem na posse do município», afirma a Coordenadora Concelhia da CDU, que acusa o presidente pela decisão. O autarca «escolheu a Fábrica de Cultura para, no dia 1 de Outubro, promover neste local uma jantarada com vista à apresentação dos candidatos do PS às eleições autárquicas», inviabilizando a realização do evento no local. Esta decisão deixa o FIBDA sem alternativas, o que «reduz a espectacularidade e a dimensão do até agora maior festival de BD em Portugal e dos maiores certames mundiais do género».

Apesar de negativa, esta decisão, segundo a CDU, só surpreende quem não está atento ao desempenho da maioria socialista na Câmara, pois Joaquim Raposo assume, «com esta e outras acções lesivas do património que

Não é só o FIBDA que está em risco, mas muitas outras iniciativas

divulgou a cidade da Amadora, o desmantelamento de um projecto cultural singular nos municípios portugueses».

Entre as citadas «outras acções», e sem a «preocupação de um arrolamento exaustivo dos atentados à cultura perpetrados por Joaquim Raposo e o PS», conta-se a tentativa de encerramento da Galeria Municipal Artur

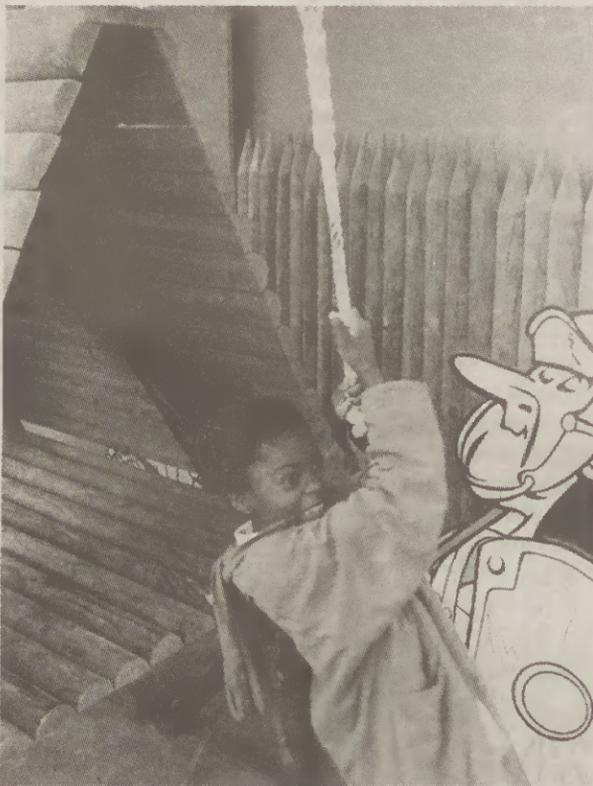
Bual. Mais do que simples tentativa foi a liquidação das bienais de Escultura ao Ar Livre e de Escultura em Ferro. Encerrados foram também o CITAP – Ciclo de Teatro de Autores Portugueses –, o desfile municipal e associativo do 5 de Outubro, o protocolo com as orquestras Metropolitana de Lisboa e do Norte, a Bienal de Gravura, o Festival de Magia, a Semana da Juventude, o Festival de Música Moderna e o Salão de Medalhística da Amadora. A partir de 1997, e com a vitória socialista na Amadora e Vila Franca de Xira, também a AMASCULTURA – Associação de Municípios para a

Área Socio-Cultural – teria os dias contados.

Ao abandono

«Os grandes equipamentos culturais agonizam sem actividades», afirma a coor-

liga-se do Movimento Associativo Cultural que procura desmembrar». Não é, portanto, de estranhar que o FIBDA esteja a regredir pondo em causa não só a sua imagem nacional e internacional mas também as legítimas expectativas dos que ao longo dos



Fora da Fábrica da Cultura, dificilmente o Festival de Banda Desenhada manterá o mesmo nível de qualidade

denadora local da CDU, que destaca, em relação ao que sobra, que a Fábrica da Cultura, confinada que estava ao FIBDA, «dá agora lugar à «cultura gastronómica» da lavra do PS». A sala D. João V «limita-se praticamente a responder a solicitações da comunidade e se recentemente teve ali lugar a décima quarta edição do Festival de Música Popular Portuguesa, é porque Joaquim Raposo ainda não encontrou solução para liquidar mais este evento». Nos Recreios da Amadora, a actividade é essencialmente voltada para responder a «solicitações de amigos na área das artes plásticas». Quanto ao cinema, é meramente comercial e realizado por uma entidade particular.

O resto, é deserto, pois a CMA, «pela mão do PS, deixa cair evento após evento, des-

anos viram no FIBDA o «maior veículo de divulgação da «9.ª arte» em Portugal».

Ao divulgar estes factos, a CDU «lamenta profundamente acentuar o descrédito que atinge esta administração municipal, mas não pode deixar de reafirmar que não só pensa de forma muito diferente do PS, como age e agirá diferentemente quer na cultura quer em todos os parâmetros da vida municipal» e afirmou que nunca sacrificou a interesses partidários eleitorais qualquer projecto da cidade. Para a CDU, isto «diz bem como o PS e Joaquim Raposo na prática traduzem que «na Amadora o melhor são as pessoas»». Mas, para o PS, estas «só terão, a curto prazo, a televisão por companhia e uma cidade deserta de vida e com preocupantes problemas sociais por resolver».



Évora

Lino de Carvalho candidato à Assembleia

A CDU apresentou, no primeiro dia de Outubro, Lino de Carvalho para candidato à Assembleia Municipal eborense. O deputado do PCP na Assembleia da República confessou que, num primeiro momento, resistiu ao convite, por considerar que o «Partido e a CDU dispõem, felizmente, de um valioso lote de outros quadros, jovens muitos deles, prestigiados, conhecedores do município, alguns dos quais já com provas dadas na própria Assembleia Municipal que, seguramente, estariam em boa posição para encabeçar a lista» e que as exigências da frente parlamentar são já por si suficientemente pesadas.

Após saudar o antecessor, José Bizarro, Lino de Carvalho lembrou as muitas lutas travadas neste órgão, nomeadamente em defesa da melhoria das condições de saúde e da necessidade de construção de um novo Hospital que, prometido várias vezes pelo PS, continua sem concretização. Ou da requalificação e construção de uma nova Biblioteca que, acordado com vários ministros da Cultura, continua a passar de uns para os outros, regressando ao ponto zero sempre que muda a tutela. «É quantas vezes ela tem mudado nos governos do Partido Socialista». Ou ainda nas questões ligadas à defesa do emprego dos trabalhadores da Siemens quando esteve em dúvida a sua continuidade em Évora.

Valorizar, fiscalizar, ouvir

Aos outros candidatos da CDU e a Abílio Fernandes, presidente da autarquia e candidato da CDU, o deputado assumiu que podem contar com uma Assembleia Municipal «solidária, ombro com ombro, e valorizadora da actividade do Executivo CDU em prol de uma cidade e de um concelho prestigiados nacional e internacionalmente e, sobretudo, que tudo tem feito, no âmbito das suas competências e com o reconhecimento generalizado dos eborenses, para que em época de uma progressiva deterioração da qualidade de vida em muitos centros e, sobretudo nas grandes metrópoles», mantenha e melhore constantemente o gosto de viver numa autarquia de média dimensão, sem a especulação imobiliária que em tantos lugares tem prejudicado o conforto de vida dos cidadãos, com espaços verdes, com infra-estruturas de qualidade. Apesar da desertificação – provocada pelas políticas erradas de ordenamento do território dos governos do PS e do PSD e pela liquidação da agricultura – o candidato considera que é bom viver nas aldeias e freguesias rurais do concelho.

«Mas contém também com uma Assembleia Municipal exigente e intransigente no exercício das suas competências, agora reforçadas com a nova legislação, enquanto órgão deliberativo do município que tem como função acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara», ressaltou.

A população deixou o compromisso de que terão uma Assembleia Municipal «cuja primeira preocupação será velar pelo cumprimento do programa do Executivo, estar perto dos cidadãos, ouvir as suas propostas e as suas reclamações, facilitar o seu acesso e participação às suas reuniões públicas».

Rio Maior

Incentivar a participação

Foram apresentados publicamente, na passada quinta-feira, dia 4, os cabeças de lista da CDU aos órgãos municipais do concelho de Rio Maior. Para a Câmara avança Alice Esteves, de 50 anos, professora do primeiro ciclo, directora da Escola Básica da freguesia da Asseiceira e dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa para a zona de Santarém e Oeste.

Natural do distrito da Guarda, está radicada em Rio Maior desde 1974. Militante do PCP desde 1999, foi candidata pela CDU em 1997. É, desde o ano passado, membro da Comissão Concelhia.

Para a Assembleia Municipal, recandidata-se o independente Luís Carvalho, que actualmente lidera a bancada da CDU neste órgão. Luís Carvalho tem 57 anos e é medidor-orçamentista de construção civil e obras públicas. Aposentado da função pública, trabalhou durante 20 anos no Gabinete de Apoio Técnico às Autarquias de Santarém e, antes disso, trabalhara na Junta Provincial de Angola e no Fundo de Fomento de Habitação de Lisboa. Actualmente, é cola-

borador da Misericórdia de Santarém e coordenador da escola-oficina de calçada portuguesa da Asseiceira e é, ainda, vice-presidente da Assembleia Geral do Clube de Natação de Rio Maior. É membro da coordenadora concelhia da CDU.



Alice Esteves

O principal objectivo destas candidaturas é incentivar a participação da população na gestão da autarquia, particularmente dos trabalhadores, da juventude e das mulheres. Entre outras prioridades destacam-se a cultura, a habitação para os jovens, uma maior descentralização para as freguesias, o ambiente e uma estratégia de desenvolvimento sustentado.

Cerca de duas centenas de pessoas estiveram presentes, na passada sexta-feira, na apresentação dos candidatos a Alpiarça às próximas autárquicas de 16 de Dezembro. O Salão da Música e dos Bombeiros encheu-se para apoiar a candidatura da CDU, apostada numa gestão isenta e zeladora, sobretudo, dos interesses comunitários e sociais. Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central do PCP, e Álvaro Saraiva, da Comissão Executiva do PEV, não se pou-

param a esforços para demonstrar o seu apoio aos candidatos: Henrique Arraiolos, técnico profissional de desporto e membro do PCP, é o cabeça de lista à Câmara Municipal e a independente Isabel Coelho, professora, é a primeira candidata da lista à Assembleia Municipal.

Contra as estratégias «de encantar» e os aspectos meramente «eleitorais» – ou eleitoralistas – do actual executivo, o candidato da CDU, Henrique Arraiolos, foi claro quanto

à necessidade da estruturação de um novo mandato autárquico, em que a qualidade se sobreponha à quantidade. Esta atitude é apenas possível numa gestão CDU, a que se junta o «desejo de fazer de Alpiarça uma terra onde seja bom viver, com mais qualidade de vida, com mais justiça, mais segurança, amizade e com um real desenvolvimento económico, social e cultural».

Com a consciência de que os objectivos da candidatura da CDU não se esgotam em si

próprios, Henrique Arraiolos deu conta, mesmo assim, das quatro grandes linhas de trabalho da equipa da CDU para ao concelho: Habitação, Ambiente e Urbanismo; Turismo e Desenvolvimento Económico; Acção Social e Cultura, Desporto e Tempos Livres. «Por uma Alpiarça, uma nova equipa» é o lema da candidatura da CDU, apostada na melhoria da qualidade de vida dos cerca de 7800 habitantes, dispersos por 94 quilómetros quadrados.

Alpiarça

Mais qualidade

Determinação e confiança na apresentação dos candidatos

O que melhor serve a cidade

Carlos Carvalhas participou na apresentação dos candidatos do PCP às autarquias de Lisboa, em que o Partido concorre na Coligação «Amar Lisboa», e assumiu que a decisão de concorrer coligado assenta na avaliação positiva ao trabalho realizado.

«O balanço realizado à acção da coligação permite encarar com confiança as

próximas eleições», afirmou o secretário-geral do PCP no passado dia 3 na Casa do Alentejo, na apresentação dos candidatos aos órgãos municipais da capital – Câmara, Assembleia e os primeiros nomes às Assembleias de Freguesia. Carlos Carvalhas prosseguiu, considerando que a coligação «Amar Lisboa» – composta pelo PCP, PS e «Os Verdes» – prepara-se para dar continuidade ao trabalho iniciado na década de 90, um trabalho que «conseguiu romper com dez anos de uma gestão negativa, de agudização de problemas na cidade, que permitiu recuperar o atraso acumulado e lançar as bases de modernização da capital do País». Sobre isto, Carvalhas lembrou que «somos responsáveis pela gestão de mais de duas dezenas de freguesias e assumimos importantes responsabilidades na gestão municipal».

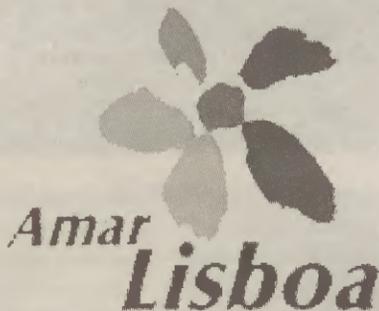
A valia do trabalho também está presente na obra que não se vê

O importante contributo dado pelos eleitos comunistas, «num quadro de afirmação da sua própria identidade e de uma leal cooperação com os seus parceiros de coligação», para a existência de uma gestão participada e com envolvimento das populações foi destacada ainda pelo secretário-geral, que lembrou a «acção de inegável valor» dos eleitos comunistas em áreas como a educação e a juventude, o desporto, o ambiente e reabilitação urbana, o saneamento e as festas da cidade. «O trabalho da coligação não se exprime só na sua face mais visível, e porventura mais emblemática, de que é exemplo a bonita reabilitação do Rossio e da Praça



A confiança na obtenção de um resultado que derrote os projectos de regresso a uma gestão de direita foi transmitida por Carlos Carvalhas

da Figueira», acentuou Carlos Carvalhas que prosseguiu afirmando que «ele está presente no dia a dia e no trabalho que não dá na vistas, como é o caso dos esgotos que a libertou das cheias na 24 de Julho e na baixa, ao contrário do que se passa no concelho de Oeiras». E acrescentou que é também o «caso da



António Abreu e João Amaral encabeçam as listas do PCP a Lisboa

Os candidatos do Partido

«As equipas formadas irão reforçar o trabalho do PCP nas autarquias de Lisboa», afirma a direcção da cidade de Lisboa, que destaca a importância de prosseguir o nível de trabalho demonstrado nos mandatos anteriores. Assim, para a Câmara, mantêm-se os quatro vereadores – dois dos quais entraram a meio do mandato – com a presença de dois homens e duas mulheres. Para a Assembleia, o esforço foi o de aliar continuidade e experiência com o reforço da intervenção do Partido. Para as assembleias de freguesia, destaca-se a renovação – em particular nas freguesias com possibilidades de terem uma presidência PCP. De 26 cabeças de lista, 14 são novos.

Para a Câmara Municipal, o primeiro

nome é António Abreu, da Comissão Política e actual vereador. Os vereadores Rita Magrinho, Alexandra Gonçalves e Manuel Figueiredo são os nomes que se seguem, antes de Duran Clemente, Zulmira Ramos, Carlos Carvalho, José Possidónio, Paula Oliveira e Carlos Mota Soares.

Para a Assembleia, primeiro candidato do PCP e cabeça de lista da coligação é o actual presidente João Amaral, ao qual se seguem Manuel Gusmão, Graça Mexia, Silva Dias, Modesto Navarro, Deolinda Machado, Blasco Hugo Fernandes, Martinho Baptista, Susana Silvestre, José Possidónio, Feliciano David, Rodolfo Caseiro, Ana Páscoa, Eduardo Marques, Eduardo Vieira Rogério Gonçalves, Vítor Neves e Domingos Estanislau.

Carlos Carvalhas «PCP não está condicionado»

Após destacar – na apresentação dos candidatos do PCP a Lisboa – o bom trabalho realizado pelo PCP no seio da Coligação, numa acção «que pretendemos prosseguir num quadro de afirmada cooperação mas de inteira independência de juízo e afirmação política», Carlos Carvalhas deixou claro que essa cooperação não amarra nem condiciona o PCP no «necessário combate às políticas de direita que em muitas questões essenciais o Governo PS tem prosseguido e tem concretizado e que também em Lisboa se reflecte nas condições de vida e na efectivação de direitos de quem aqui vive e trabalha».

Nem, tão pouco, «nos tolhe, antes pelo contrário, de lutar por uma política de esquerda e por uma alternativa de esquerda, contra a direita e a política de direita, contra por exemplo a atitude cínica daqueles que tanto barulho fizeram – o PSD e PP – contra o levantamento do sigilo bancário e as medidas que visavam os “off shores” e que agora nestas questões face aos dramáticos acontecimentos dos EUA se remete ao mais pudico e religio-

so silêncio». O secretário-geral do PCP apresentou ainda outra atitude cínica, que fez com que, apesar do voto favorável – e unânime – do Conselho de Segurança da ONU à resolução 1267, de 15 de Outubro de 1999, destinada a congelar sem demora os fundos e outros activos financeiros de Ben Laden e dos indivíduos que lhe estão associados, essa não ter tido efeitos práticos «porque era preciso atacar os paraísos fiscais e pôr fim ao tabu do segredo bancário».

Carlos Carvalhas terminou, afirmando que escolheu destacar estas questões «porque é nossa convicção que, numa situação tensa e perigosa da situação internacional e num quadro interno em que as dificuldades económicas de importantes camadas e sectores se vão agravar, é da máxima importância ter nas autarquias homens, mulheres e jovens que dêem garantias de, em todas as circunstâncias, se baterem pelos interesses das populações e por estarem ao seu lado nas pequenas e nas grandes lutas, nas horas boas como nas horas más».

reabilitação dos bairros históricos para as populações residentes e não para a segunda habitação das populações endinheiradas; como é o caso dos Jogos de Lisboa, que movimenta mais de 30 mil jovens, fomentando o desporto e ocupando os seus tempos livres ou o saldo significativo nas áreas do ambiente traduzido designadamente na construção de vários parques e espaços verdes».

Dupond e Dupont

Apesar de reconhecer os muitos motivos de insatisfação das populações – muitas vezes injustos ou

relacionados com matérias de responsabilidade do poder central – Carlos Carvalhas está confiante num bom resultado, que «derrote os projectos de regresso a uma gestão de direita – que em qualquer das suas vertentes, seja na versão mais populista e trauliteira, seja na versão de salão e de Quinta da Marinha, Lisboa já conhece e dispensa». Na verdade, prossegue, «como classificar a atitude de um candidato que deu o seu acordo a que a cidade ficasse semeada com outdoors, sem sigla partidária, sem o seu nome, fazendo verdadeiro terrorismo publicitário sobre a segu-

rança quando sabe que não depende dos municípios», ou «afirmando nuns outdoors que Lisboa estava parada e logo a seguir noutros, em plena contradição, que as obras nunca mais acabavam», afirmou Carlos Carvalhas, considerando esta a atitude de quem se quer servir da candidatura para assaltar o poder no seu partido.

«Tal como o outro que, numa mensagem plena de conteúdo e de mangas arregaçadas nos diz a todosos “que fica”. Que fique! São tão simétricos, tão semelhantes, tão Dupond e Dupont no populismo e nas ambições que venha o diabo e escolha», afirmou.

Fundão Recuperar do atraso

Luís Lourenço é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal do Fundão, apresentado no primeiro dia de Outubro no Centro de Trabalho do PCP no concelho. Adelino Pereira, independente, é o candidato à Assembleia Municipal.

Um e outro foram unânimes nas críticas ao PS e PSD. Luís Lourenço afirmou, até, que se a CDU se quisesse colocar numa «perspectiva negativista e de puro criticismo, ser candidato à presidência da Câmara Municipal do Fundão talvez até seja tarefa fácil, tanta tem sido a incompetência e a falta de estratégia, que têm colocado o Fundão como paradigma daquilo que não deve ser a gestão municipal». Por isso, se o PS surge com propostas «recauchutadas», que apenas prevêm uma continuidade, as promessas de mudança do PSD são ilusórias, pois «todos nos lembramos do que

foi a experiência de gestão maioritária do PSD, bem como a convivência dos seus eleitos hoje em minoria».

Um dos grandes problemas apontados pela CDU é o atraso em que o concelho se encontra. «É comum afirmar-se que se ultrapassou já a fase das infra-estruturas básicas; se isto é verdade para a maioria dos municípios deste País tal não se pode afirmar no que diz respeito ao Fundão», afirmou o candidato, que destacou ainda grandes carências ao nível do abastecimento de água, tratamento de esgotos e de resíduos sólidos, equipamentos, etc.

Considerando que a população merece melhores condições de vida, que as maiorias PS, PSD e PP lhes têm negado, o candidato comunista prometeu trabalho sério, envolvendo as populações, para que o Fundão possa ser melhor.

Gouveia O voto útil é na CDU

Maria do Céu Jesus Correia, técnica têxtil de 54 anos, e Luís Nogueira, professor de 62 anos, são os candidatos da CDU aos órgãos municipais de Gouveia. Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e coordenadora da União dos Sindicatos da Guarda, Maria do Céu apelou a todos os eleitores de Gouveia para que apoiassem a CDU, pois «quem conhece a nossa actuação em todos os órgãos autárquicos do concelho em que temos eleitos, sabe de que modo empenhado nos temos batido sempre e sem concessões, pelos interesses da população». A candidata afirmou ainda que «temos sido oposição firme e atenta, ao contrário do PSD, com os seus três vereadores e vários deputados na Assembleia Municipal, mas que, além de não ter mostrado capacidade para intervir, não se tem preocupado em esclarecer os seus eleitores».

Por outro lado, a oposição feita pela CDU tem sido construtiva e «sem atender a interesses pessoais», o que leva a que muitos reconheçam – por via das propostas da coligação que são, amiúde, aplicadas pela Câmara – o esforço, empenhamento, abnegação e honradez dos eleitos da CDU.

Maria do Céu apelou à reflexão da população em relação ao estado do concelho, e concluiu que faltam equipamentos de várias ordens, o fornecimento de água é deficiente, tal como a rede viária.

A todos quantos querem ver resolvidos estes problemas, a candidata apelou a que votem CDU, não por simpatia ou por voto cego, mas por capacidade crítica dos cidadãos de avaliar quem apresenta as melhores soluções para o concelho, concluindo que o voto útil é na CDU.

Carlos Carvalhas alerta para a degradação das condições de vida e reforça a confiança num bom resultado da CDU

Minimizar os efeitos da política de direita

O secretário-geral do PCP esteve na Madeira na apresentação dos candidatos a quatro dos onze concelhos da região e apelou ao voto na CDU para resolver os problemas das populações.

Salientando que, no arquipélago, concorrem duas coligações – a CDU e a recente coligação PS/PP –, Carlos Carvalhas afirmou que só uma, a coligação PCP/PEV, pode ser alternativa política e eleitoral, pois a frente PS/PP não só não vai mobilizar aqueles que querem uma política de esquerda como apenas se criou com o objectivo único de alcançar o poder. «Não sei que afinidades ideológicas pode haver» entre estas duas forças, disse Carlos Carvalhas. Pelo contrário, a CDU, e só ela, está em condições de «trazer uma nova dimensão à política, estando ao lado das populações». Depois de apelar à inteligência, coração e confiança dos eleitores e da população madeirense, Carvalhas deixou bem clara a confiança num bom resultado nas autárquicas de Dezembro, que reforce a CDU a todos os níveis.

As preocupações da CDU, trazidas à região pelo secretário-geral do PCP, prendem-se com o agravamento da situação de região ultraperiférica a que Portugal se está, cada vez mais, a transformar, que faz com que o País fique cada vez mais dependente, entre outros aspectos, a nível de soberania, crescimento e de um crescente domínio do económico sobre o político. Lembrando que, segundo dados oficiais, os portugueses estão muito abaixo das médias europeias em matéria de rendimentos e nível de vida, Carlos Carvalhas acusou o Governo do PS de passar sempre para os trabalhadores e os reformados os «custos da crise do País». Também por esta razão, o voto na CDU é fundamental para atenuar os efeitos da degradação do nível de vida que se avizinha ainda mais grave.

Em favor dos prejudicados

Já o mandatário da CDU no arquipélago da Madeira, o padre Mário Tavares, apelou ao voto útil na coligação, para que a reforcem e para que aumentem o número de eleitos, pois assim serão mais os que reclamam e exigem «o que é necessário para que o desenvolvimento seja mais harmonioso e mais em favor de todos». Mário Tavares, que recusou que a Região Autó-

noma seja a «banda de música de alguém», considerou que «estamos fartos dos empregados do Dr. Alberto João; queremos menos farra e mais compromissos reais, principalmente em favor dos prejudicados», afirmou o mandatário que deixou um repto: «Temos de conseguir furar este colonialismo autónomo.»

Edgar Silva, membro do Comité Central e responsável pela organização da região autónoma da Madeira, realçou o elevado número de independentes que participam nas listas da coligação, listas essas que, para os res-

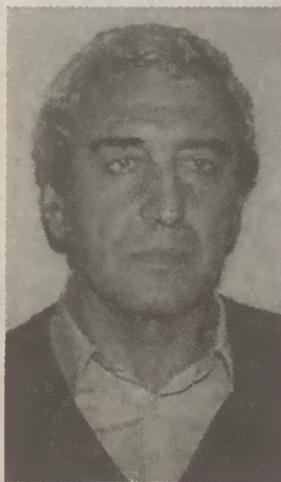
tantes concelhos e freguesias, estão a ser finalizadas.

Assim, à Câmara do Funchal concorre pela CDU Artur Andrade, ficando a candidatura à Assembleia entregue a Edgar Silva. Ao Machico concorrem Pedro Alves Vieira e Carlos Viveiros, para a Câmara e Assembleia, respectivamente. José Quintino da Costa encabeçará a lista à autarquia de Câmara de Lobos e Diamantino Alturas a da Assembleia do mesmo concelho. Vítor Martins e Elsa Araújo são os cabeças de lista à Câmara e Assembleia do concelho de Santa Cruz.



Na Madeira, são cada vez mais os independentes de dão a cara pela CDU, destacou Edgar Silva

Candidatos apresentados



Manuel Bandeira

Manuel Bandeira, professor aposentado de 62 anos de idade, foi o nome escolhido para encabeçar a lista da CDU à autarquia do concelho de Castro Marim.

Natural e residente no concelho, foi eleito na Assembleia Municipal e foi delegado do FAOJ em Beja, técnico desportivo da Direcção Geral de Desportos, professor do ensino básico e também da Escola Superior de Educação de Faro.



Maria da Glória Gonçalves

Maria da Glória Gonçalves de Jesus é a candidata da CDU à presidência da Câmara de Miranda do Douro, no distrito de Bragança. Com 47 anos, Maria da Glória Gonçalves é funcionária pública e natural do concelho.

Membro do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, foi primeira secretária da Assembleia de Freguesia de Santo Antão do Tojal e vice-presidente da Sociedade Recreativa e Cultural Pintéus.

Bragança Património ameaçado

A candidatura da CDU à Câmara Municipal de Bragança alertou no passado sábado para o estado de degradação em que se encontra o mosteiro do Castro de Avelãs, um legado raro da influência árabe em Portugal, e chamou a atenção para o facto de ser normal este tratamento dado ao património do concelho.

O monumento, do século XII –, anterior à nacionalidade e de um dos poucos exemplares do estilo românico-moçárabe no País – está situado na

aldeia com o mesmo nome e muitos dos edifícios que o compõem ameaçam, há muito, ruir.

Esta situação é «um escândalo», na opinião de Lídio Correia, candidato da CDU, que entende que cabe à autarquia tomar a iniciativa para dar conhecimento da situação às entidades competentes. O edifício, propriedade da diocese de Bragança/Miranda, é tutelado pelo Instituto Português do Património Arqueológico – IPPAR

– encontra-se classificado como monumento nacional. A autarquia poderia ganhar ali «uma fonte de rendimento, criando roteiros turísticos, mas nem sequer temos placas que sinalizem convenientemente o mosteiro».

No mesmo dia, a representação da CDU visitou também a Casa do Abade Baçal, uma figura do imaginário transmontano que se dedicou a recolher a história e cultura do nordeste. A casa está igualmente em ruínas, o que

merece de Lídio Correia o seguinte comentário: «não fazer nada para preservar a memória do Abade Baçal diz bem do que se pensa em termos culturais para este concelho».

Segundo confessou o candidato da CDU, é graças à coligação que o edifício foi considerado de «interesse municipal», o que justificaria a intervenção da autarquia. «Se houvesse outro Inverno tão rigoroso como o último, a casa cai», rematou.



No dilúvio de notícias, comentários e debates desencadeado pelos atentados do 11 de Setembro são raríssimas as referências a um efeito da situação criada que apresenta aspectos incómodos para o governo de George W. Bush: o sistema de poder imperial dos EUA retirou grandes e imediatos benefícios políticos do monstruoso crime que atingiu a sociedade norte-americana.

A vaga de solidariedade fez quase esquecer que a Administração Bush estava atolada numa crise interna complexa, sem soluções para a recessão económica, e que o índice de popularidade do presidente caíra para um nível perigosamente baixo.

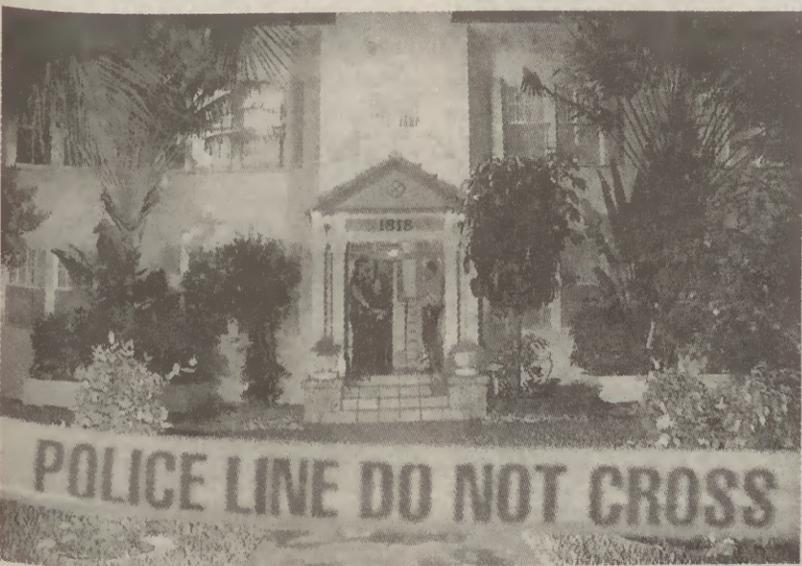
O isolamento dos EUA era transparente. Um pouco por todo o mundo crescia o repúdio às políticas neoliberais impostas por Washington. A maré da revolta das grandes maiorias contra a estratégia concebida para enriquecer mais a minoria que concentra 80% das riquezas do planeta acabava de assumir em Génova uma feição torrencial, na continuidade do que acontecera em Quebec, em Davos e Porto Alegre.

O isolamento dos EUA crescia, reflectindo a agressividade e a arrogância da estratégia de relacionamento com o mundo do novo governo republicano.

Bush acumulava erros. A recusa de ratificação do protocolo de Quioto sobre a defesa do Ambiente criara uma atmosfera de indistigável mal-estar entre Washington e os seus aliados europeus. A insistência do presidente em levar adiante, com o apoio dos falções do Pentágono, o projecto do escudo antimísseis não somente suscitava protestos à escala mundial como perturbava o relacionamento com os parceiros da NATO e esbarrava com a oposição irredutível da China e da Rússia, ameaçando provocar uma corrida armamentista.

O apoio incondicional à política genocida de Ariel Sharon na Palestina distanciava mais o Islão dos EUA, incluindo os seus mais dóceis aliados.

Na América Latina, o fracasso do neoliberalismo conduziu alguns países à beira da falência e do caos – caso da Argentina – e criava condições muito favoráveis a um movimento continental de protesto contra o ALCA, como instrumento de recolonização imperial.



Na Região do Caribe, a primeira tentativa séria de levar adiante o Plano Colômbia terminara com o malogro da grande ofensiva contra as FARC-EP na área amazónica do Guaviare, operação que custou dezenas de milhões de dólares e envolveu mais de 6500 homens do exército, 40 aviões de combate, uma dúzia de helicópteros e aviões-espias de último modelo. As perdas da guerrilha foram três vezes inferiores às sofridas pelas Forças Armadas.

Foi nessa complexa conjuntura que ruíram as torres gigantes de Manhattan e uma ala do Pentágono foi pelos ares.

Das questões fundamentais fala-se pouco

A agressão terrorista, pelas suas próprias características, transformou-se imediatamente no acontecimento mundial que polarizou a atenção da humanidade. Slogans como o «novo Pearl Harbor» ajudaram o sistema mediático norte-americano a apresentar a solidariedade ao povo

Incógnitas inquietantes na estratégia imperial

dos EUA não apenas como um dever imediato dos povos mas como uma obrigação.

Saía ainda fumo das ruínas de Manhattan quando os projectos da reconstrução da área abriram o debate sobre negócios fabulosos.

A simples concentração de poderosas forças aeronavais no Golfo e no mar de Oman foi suficiente para uma subida das acções das grandes empresas do complexo militar industrial que aguardam a assinatura de contratos milionários com o governo.

De repente, uma conjuntura extremamente desfavorável foi substituída num contexto dramático por uma situação em que os EUA se apresentam como vítimas credoras da solidariedade mundial. O isolamento findou. Washington estreita laços políticos, económicos e militares com a União Europeia, obtém apoios inesperados no Terceiro Mundo e o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Bush repete agora monotonamente que o povo norte-americano deve mentalizar-se para uma guerra de novo tipo e larga duração.

O absurdo do discurso político não choca os epígonos do sistema de poder que continuam a disparar a sua artilharia verbal contra um fantasma: ben Laden, o «inimigo número um», de cuja existência o povo não tinha conhecimento semanas atrás.

De questões fundamentais ligadas à preparação e execução dos atentados terroristas fala-se pouco, quase nada.

Milhões de americanos temem que se repita a situação criada após o assassinio de John Kennedy. Na época, personagens que estavam envolvidas na teia conspirativa foram rapidamente abatidas e os aparelhos de segurança e inteligência fecharam as portas a uma investigação séria do crime.

charam as portas a uma investigação séria do crime.

Perguntas inquietantes

Significativamente, a comunicação social, em Washington e Nova Iorque, teima em chamar a atenção para estrangeiros muçulmanos, sugerindo que os atentados terroristas foram minuciosamente montados fora do país em remotas regiões do mundo islâmico. Mas parcelas de uma realidade embaraçosa começam a vir à tona.

Muita gente tomou já consciência de que o fundamental da rede terrorista responsável pelos crimes do 11 de Setembro funciona nos EUA. As reportagens da televisão confirmam, aliás, que muitos dos suspeitos são cidadãos norte-americanos, residentes há muito no país, ou ali nascidos.

A cada dia que passa torna-se mais transparente que o FBI e a CIA tinham conhecimento da movimentação de gru-

pos e indivíduos com ligações ao terrorismo. Entretanto, a maioria das denúncias e informações chegadas ao seu conhecimento não foram investigadas. Porquê?

Excesso de confiança? Obviamente as organizações de Segurança foram surpreendidas pela magnitude dos atentados. Mas há indícios de que esperavam acções terroristas limitadas.

A sua passividade começou já, aliás, a ser alvo de críticas pertinentes.

Mais de 43 minutos transcorreram entre o atentado contra a segunda torre e o ataque ao edifício do Pentágono. Esse tempo era mais do que suficiente para

accionar o dispositivo militar de protecção à capital. O avião suicida teria sido facilmente abatido se tivessem sido tomadas medidas defensivas mínimas. Mas incompreensivelmente nada se fez nesse sentido.

Os generais do Pentágono não sabem explicar por que não apareceu um só avião de combate naqueles 43 minutos.

O estrondo mundial do discurso guerreiro e a tentativa de fazer do Afeganistão o alvo da retaliação não trazem resposta às perguntas inquietantes sobre a estranha passividade das organizações de segurança e de inteligência dos EUA.

● André Levy, em Nova Iorque

América vigiada

Dos vários recantos políticos dos EUA ressoam duas mensagens: há que derrotar o terrorismo e revitalizar a economia. Nos últimos dias, especial atenção foi dada a lamber esta última ferida. O presidente da Câmara de Nova Iorque, Rudolf Guiliani, apelou aos que querem expressar solidariedade com a cidade que venham ver espetáculos, venham às compras. O presidente Bush tentou encorajar todos a retomar as viagens aéreas planeadas, a fazer turismo interno, a visitarem Walt Disney World. Ao que parece não há nada mais patriótico neste momento que consumir.

A economia norte-americana já passava por um período de recessão, mas desde os ataques de onze de Setembro que tem sofrido quedas tremendas na taxa de consumo e Wall Street registou a maior queda desde a grande depressão. Esta descida afecta certamente os especuladores e o grande capital, mas a quem dói mais é às famílias de classe média. A percentagem de famílias que tem fundos na bolsa tem subido nos últimos vinte anos, atingindo mais de 50% no final de 1998, e muitos têm af investidos os seus planos de reforma – designados aqui como 401(k).

A indústria aérea, que terá sofrido quebras dramáticas na ocupação dos seus aviões (de cerca de 75% para 40% depois dos ataques), recebeu já 15 mil milhões de dólares. Apesar desta injeção financeira, as grandes companhias de aviação planeiam despedimentos massivos: 13 000 postos

de trabalho na Delta, 20 000 na American Airlines. Na área de NY, com três importantes aeroportos, prevê-se que dez mil trabalhadores ficarão desempregados, e estes lutam agora para pelo menos manterem os seus benefícios médicos.

Mas nem todos os sectores sofrem. Várias empresas que fornecem material militar ou sistemas de comunicação ao Departamento de Defesa, como a Alliant Techsystems que fornece 75% das balas, minas, «bombas inteligentes» e outros «brinquedos», viram as suas acções subir. Maior sucesso registou o sector de serviços de segurança. A mais sinistra entre estas companhias será a Visage Technologies, que produz um sistema capaz de digitalizar a morfometria da cara de pessoas e compará-la com fotos numa base de dados. Este sistema verdadeiramente orwelliano foi já testado nos espectadores num estádio desportivo, e uma subida de 175% das suas acções sugere que o seu uso vai ser alargado.

Censura e oportunismo

Entretanto um clima de censura percorre os *media*, limitando as vozes que divergem da estratégia e enquadramento da Casa Branca. Comentários do cómico Bill Maher sugerindo que os terroristas não eram cobardes (como haviam sido descritos por Bush), mas antes fanaticamente corajosos, motivou a seguinte recriminação do porta-voz presidencial, Ari Fleisher: os

americanos têm de ter cuidado com o que dizem, com o que fazem.

Algumas das propostas a serem apresentadas no Congresso são reveladoras da vaga de oportunismo. Uma proposta de revitalização económica propõe uma redução de impostos que afectam apenas as grandes cooperações, uma moção que custaria 850 mil milhões aos cofres federais. Mais retorcido foi o renascer da proposta de abrir a Reserva Natural no Ártico à exploração petrolífera como medida antiterrorista.

Mas mais e mais vezes se levantam contra ataques racistas nos EUA e ataques militares no Afeganistão. Em Washington DC, Nova Iorque e por todo o país, manifestantes exigem «Justiça, não guerra». A administração Bush, embora se tenha aguentado até agora sem lançar uma intervenção militar aberta, persiste num palavreado de guerra e numa retórica maniqueísta que lembra outros tempos. Persiste nos esforços diplomáticos, mas sempre nos moldes unilaterais do passado. Sintomática é a relação com as Nações Unidas. Uma resolução contra o terrorismo, proposta pelos EUA, foi aprovada pelo Conselho de Segurança. Mas os EUA reclamam o direito de intervir, em autodefesa, sem necessitar de aprovação do Conselho de Segurança. Nenhuma voz do Gabinete menciona recorrer ao âmbito das Nações Unidas para julgar ben Laden num tribunal internacional semelhante ao que os EUA insistiram recentemente para que julgasse Milosevic.

Petróleo e heroína na Ásia Central

O cenário de guerra na Ásia Central tem suscitado análises e vivas críticas por parte de movimentos políticos, sindicais, cívicos e religiosos e de personalidades que, embora de forma não publicamente reconhecida, têm contribuído para rectificar o curso dos acontecimentos. Para actuarmos, temos de entender o que está em jogo. Qual a real natureza da guerra?

As reservas petrolíferas da bacia do mar Cáspio têm suscitado grandes apetites. Algumas fontes, designadamente anteriores fontes soviéticas, estimavam reservas ascendendo a 140 mil milhões de barris. Os EUA alimentaram as expectativas e exageraram o potencial do mar Cáspio, na esperança de não serem tão dependentes do Médio Oriente

Infra-estruturas de petróleo na região do mar Negro



te e como argumento para o estabelecimento de parcerias económicas com as repúblicas ex-soviéticas e para aumentarem a sua influência na Ásia Central. Porém, os resultados dos últimos dez anos de pesquisa foram desanimados e alguns consórcios petrolíferos retiraram-se da região recentemente. Não nos deixemos pois enganar pelas exageradas estimativas de reservas petrolíferas do mar Cáspio. Mas como argumento geopolítico continuará a ser útil. De qualquer modo, a Ásia Central, com um quarto das reservas do Golfo Pérsico, será uma região apetecível, agora que a capacidade de produção mundial de petróleo entra em seu final declínio.

Se a economia global caminha para uma séria recessão, como parece fora de dúvida, então não haverá já qualquer crise petrolífera, pois que a retracção da procura de energia se ajustará à queda

da oferta, esta imposta pela finitude das reservas naturais. Se não tivesse sido o sinistro acto terrorista de 11 de Novembro em Nova Iorque, seguido da sua intensificação política e mediática e a alimentação do estado psicológico de guerra iminente, a justificar o aprofundamento da crise que hoje abala o sistema capitalista mundial, teria sido o choque petrolífero iniciado em 1999-2000, que evidenciou a crise, a ser agora a justificação para o seu continuado aprofundamento. Estranhamente, uma e outra justificação aparecem relacionadas com a Ásia Central. Haverá alguma relação entre uma e outra? Parece que sim, como o curso dos acontecimentos vai mostrando. O acto terrorista é agora a justificação formal para uma intervenção que conduza ao maior controlo sobre recursos energéticos fundamentais ao corrente modelo económico. Quem serão os reis parceiros dessa corrida? Os seus

(Comunidade de Estados Independentes) e a NATO – na forma de Parceria para a Paz – têm diligenciado activamente, cada uma por seu lado, cativar para o seu campo o apoio das várias repúblicas. Actualmente, onze consórcios ocidentais controlam mais de 50% dos investimentos na região. Porém o pleno domínio requer também o controlo dos oleodutos.

A Rússia herdara da URSS um extenso sistema de campos de extracção, refinarias e oleodutos, estendendo-se desde a Sibéria Ocidental e do Cáspio até ao mar Negro, o mar Báltico e a Europa de Leste. Na bacia do Cáspio as mais importantes reservas reconhecidas situam-se no Azerbaijão. O petróleo do Azerbaijão é conduzido por dois oleodutos: um atravessa a Geórgia e termina no porto de Supsa e o outro atravessa a Rússia e a Tchetchénia e termina no porto de Novorossiysk, ambos sobre o mar Negro. Nos últimos dois anos a Rússia retomou o investimento em infra-estruturas, frequentemente em consórcio com empresas ocidentais, designadamente um novo oleoduto das jazidas de Tengiz no Kazaquistão para o porto russo de Novorossiysk e um novo gasoduto para o directo aprovisionamento da Turquia.

A face económico-empresarial do conflito toma a forma de projectos de investimento ocidental, sobretudo da iniciativa de consórcios anglo-americanos, que procuram dominar os recursos e os oleodutos que saem da bacia do Cáspio por vias alternativas que evitem a travessia da Rússia e do Irão. Um desses projectos parte de Baku no Azerbaijão, atravessaria a Geórgia e a Turquia, para terminar em Ceyan, no mar Mediterrâneo. Outro projecto (AMBO) o oleoduto transbalcânico que, após um troço de transporte marítimo no mar Negro, atravessaria a Bulgária, a Macedónia e a Albânia terminando no mar Adriático, contornando quer a Rússia quer a Turquia. Um outro caminho seria rasgar o solo afegão e alcançar o oceano Índico pelo Paquistão; mas para isso seria necessário um regime favorável no Afeganistão.

Mas há também uma face político-militar do conflito. Para realizar os objectivos do EUA e dos consórcios petrolíferos anglo-americanos, tem sido exercido intenso jogo diplomático através da NATO. Na margem Oeste do mar Cáspio, o Azerbaijão tem sido alvo de assédio a propósito de apoio militar para conflitos territoriais (em Nagorno-Karabakh). E a Geórgia igualmente (com respeito à Abkhazia). A Tchetchénia foi tomada numa base insurreccional contra o governo central da Rússia desde 1996, operada por extremistas islâmicos treinados no Afeganistão e no Paquistão e com apoio saudita; esta acção desestabilizou o transporte do petróleo do Azerbaijão. Na margem Leste do mar Cáspio, a Turquemenistão e o Kazaquistão detêm reservas significativas de petróleo e de gás natural. E o Uzbequistão, o Tadjiquistão e o Kirguizistão, não dispo-



tivas, são relevantes no quadro geopolítico pela densidade populacional, presença de activos movimentos islâmicos fundamentalistas com apoios no Paquistão e no Afeganistão, tráfico de armas e droga.

Uma intervenção há muito prevista

Para assegurar o acesso e o escoamento seguros do petróleo da bacia do mar Cáspio, a intervenção militar na região está prevista já há alguns anos. Invocando a instabilidade política no Afeganistão e no Paquistão, Lester Grau (na revista oficial do Exército dos EUA, n.º 72, março/Abril de 1998) sugeria claramente a necessidade de uma acção militar maciça e a construção de uma capacidade logística na região, para af actuar em caso de o fluxo dos oleodutos e o lucro das companhias de petróleo correrem risco. Em Abril de 1999, por ocasião da cimeira do 50.º aniversário da NATO, foi sob a sua égide constituída uma aliança – ainda que incipiente – com a Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldávia. Nas palavras de Barnett Rubin, do Conselho de Relações Externas dos EUA, em Novembro de 1999: «A comunidade internacional, os EUA em particular, já se encontra envolvida na Ásia Central e no vale de Fergana (Uzbequistão), pesquisando petróleo e gás, planeando o traçado de oleodutos, pressionando os governos nas suas políticas económicas, tentando estabelecer uma estrutura de segurança, tentando cooperar ou substituir a Rússia em muitos domínios incluindo o militar, etc.» E ainda: «Os países do G7 procuram fortalecer apoios para a sua ofensiva na região. A Turquia (com a Geórgia e o Azerbaijão) na sua esfera de influência), o Afeganistão e o Paquistão (que são bases dos líderes militares muçulmanos fundamentalistas cujo objectivo é «expulsar os Russos do Cáucaso») e os separatistas Tchetchenos» (Jef Bossuyt, «Solidaire», Outubro 1999).

Fundamentalismo armado e droga ao serviço do imperialismo

Em 1979, foi af lançada a maior operação secreta da história da CIA. Nas palavras de Zbigniew Brzezinski em



1998 (in «The Independent» 17 Setembro 2001): «Os EUA participaram na guerra civil no Afeganistão desde o seu começo ou até mais cedo – antes do seu começo (...) Não empurrámos directamente os Russos para a intervenção no Afeganistão, mas intencionalmente e por todos os modos aumentámos a probabilidade de que essa invasão acontecesse. Esta operação secreta foi uma ideia excelente. Em consequência, lançámos os russos na rotineira afegã.» Essa acção foi lançada através dos serviços secretos paquistaneses (ISI) com o propósito de mover uma guerra global dos estados muçulmanos contra a URSS. Dezenas de milhares de jovens radicais islâmicos de dezenas de nacionalidades foram educados e treinados em «madrasas» paquistanesas com apoio norte-americano e saudita e financiamento do tráfico da droga oriunda do Crescente Dourado (região montanhosa que abarca partes do Irão, Afeganistão e Paquistão). Osama Ben Laden, bem como os restantes líderes rebeldes empunhados nessa «jihad», moviam-se por fervor nacionalista e religioso, sem contacto com a CIA nem conhecimento do papel que estavam desempenhando para ela.

Finda a guerra fria, a CIA manteve o apoio à «jihad» islâmica e alargou a sua acção encoberta às repúblicas ex-soviéticas muçulmanas da Ásia Central e do Cáucaso e mesmo aos Balcãs, sempre através de seitas islâmicas fundamentalistas. O fundamentalismo islâmico continuou assim a ser manipulado como instrumento ao serviço de objectivos geo-estratégicos. Em 1995, os Talibãs instalaram um regime islâmico fundamentalista sobre a maioria do território do Afeganistão. A partir daí, os talibãs, associados à seita saudita wahhabi e aos radicais paquistaneses, foram parte activa na mobilização e no treino de nacionalistas e mercenários para a guerra na Tchetchénia, liderada por Shamil Basayev, educado e treinado no Afeganistão e Paquistão, foi planeada num encontro secreto em Mogadiscio em 1996, na presença de responsáveis dos serviços secretos iranianos e paquista-

neses e de Ben Laden, e conta também com o apoio de fundamentalistas sauditas.

O dinheiro do ópio

Antes da guerra soviético-afegã, o ópio cultivado destinava-se apenas ao mercado regional. Mas durante o período em que a operação da CIA af decorreu, a região fronteiriça entre o Afeganistão e o Paquistão bem como os territórios conquistados pelos guerrilheiros «mujaidines» foram convertidos para a produção de ópio (imposto revolucionário cobrado às populações rurais). Centenas de laboratórios-fábricas de heroína foram então instalados do lado da fronteira paquistanesa, sob protecção dos ISI, para processar esse novo manancial de ópio. Naturalmente, floresceram redes de narcotráfico e acumularam-se fortunas, mas a política norte-americana sacrificou qualquer combate contra o narcotráfico à guerra contra a URSS. No fim da guerra fria, a Ásia Central surgia já não só como um promissora reserva petrolífera mas também como a principal produtora mundial de ópio (três quartos); sendo que o Crescente Dourado, só por si, facultava um terço da produção mundial de opiáceos, um negócio da ordem de 150 mil milhões de dólares anuais (Douglas Keh, UNDCP, Viena 1998; Richard Lapper, Financial Times, 24 Fevereiro 2000). Um volume de negócios que é o dobro do volume de negócios do petróleo do mar Cáspio! Imagine-se os interesses em jogo e os escrúpulos de quem instalou e explora esse negócio – cartéis empresariais, instituições financeiras, agências secretas, organizações de crime organizado.

«Guerra contra o terrorismo»

Enquanto a CIA tem alimentado o terrorismo internacional na Ásia Central e nos Balcãs, o FBI procura combater-lo na América do Norte. Dá lugar para questionar o conhecimento que a CIA teria sobre a eminência da tragédia em Nova Iorque e sobre o propósito que poderia ter no seu encobrimento. Ben Laden, pressurosamente culpabilizado, embora só três semanas mais tarde tenha sido objecto de «comprovada» culpabilização pelos EUA junto da NATO e do Paquistão, foi mandante ou instrumento?

Na Ásia Central observava-se o curso de constituição de um novo bloco geopolítico pelas repúblicas ex-soviéticas, cuja consolidação tem sido contudo contrariada pela emergência de movimentos radicais e pela persistência de disputas territoriais; esse bloco conta, por um lado, com valiosos recursos energéticos mas por outro com um défice de água indispensável para o desenvolvimento rural e aprovisionamento das suas populações em expansão. A persistente acção terrorista na Tchetchénia tem servido o propósito de unir diferentes correntes de opinião e de estimular o governo da Rússia a associar-se à mobilização liderada pelos EUA contra o terrorismo de inspiração islâmica; sintomaticamente, a actividade dos separatistas tchetchenos intensificou-se nas últimas semanas. A desestabilização e a pressão exercida pelos EUA, primeiro apoiando a expansão dos movimentos fundamentalistas armados, depois a propósito da sua mobilização para uma «guerra antiterrorista», retira espaço à possibilidade de autonomia do bloco político regional que estava em curso de constituição e, bem assim, condiciona ou priva a Rússia de prosseguir uma política regional autónoma. A breve prazo, a região estará ocupada por bases militares estrangeiras para conduzir uma «guerra» que o presidente dos EUA promete ser «longa», e os oleodutos e gasodutos ficarão então sob «protecção» ocidental.

Psicologia da guerra e exploração capitalista

A grave crise do sistema capitalista mundial vem evidenciar muitos vícios cultivados e hipocritamente camuflados ao longo dos últimos anos. O imperialismo, tendo acarinhado a multiplicação do terrorismo por todo o mundo, procura agora continuar a tirar partido da actual situação da sua própria crise. Sobre tudo através dos governos dos EUA e do Reino Unido, tem alimentado um cenário de guerra, de «novo tipo», mas em que as vítimas serão como sempre as mesmas. No Ocidente, a opinião pública é intimidada para perder a sua capacidade de análise e resposta, os direitos de cidadania estão ameaçados, as reestruturações económicas e financeiras atingirão sobretudo os níveis de emprego, de remuneração e de poupança das classes trabalhadoras. A manipulação da opinião pública assume formas seja despuídas seja subtile. «No discurso de George W. Bush [perante o Congresso] (...) [Todos] os destinatários – o governo, os congressistas, o povo americano, as outras nações, os terroristas – não têm seu espaço na interacção, pois não há abertura de discussão, de negociação. É um discurso que apresenta apenas a possibilidade de resposta formulada em seu próprio enunciado: o apoio incondicional, o cumprimento das exigências pelos Talibãs e a rendição dos virtuais culpados. O que as palavras de Bush tentam silenciar pela omissão é o clamor dissonante dos que pedem paz, seja nas ruas de seu próprio país (...) seja em outras nações, que se lembram das 500 mil criaturas mortas na guerra «cirúrgica» do Golfo e compreendem que uma guerra nas proporções que se anunciam será mais insana e irracional que o ataque terrorista de que os EUA foram alvo» (Lucélia Helena Carmo Garcez, *Correio Brasileiro*, 22 de Setembro).

Violência: guerra ou terrorismo?

Violência: guerra ou terrorismo?

Luta contra o terrorismo? Não faltam exemplos de heróis de ontem que serão terroristas amanhã e vice-versa. Em 1985, o presidente dos EUA, na altura Donald Reagan, recebeu na Casa Branca um grupo de heróis da barba e turbante; eram «mujaidines» afegãos, e declarou à imprensa: «Estes são os equivalentes morais dos pais fundadores da América»; em 1998, um outro presidente dos EUA, desta vez Bill Clinton, ordenou ataques com mísseis sobre alvos no Afeganistão para assassinar um daqueles anteriores heróis: era ele Osama Ben Laden. Deveremos estar de sobreaviso: quem engana quem? Seremos nós os enganados? Os valores «morais» mudam ou mudam os «homens»? A violência tanto é apoiada como esconjurada, conforme os propósitos que serve; umas vezes chama-se guerra outras vezes terrorismo. Troca-se a palavra terrorismo por guerra para que essa violência pareça justificada. Temos então af as palavras de ordem «guerra contra o terrorismo», a «primeira guerra do século XXI» etc. e tal. Não se procure a causa e já se ditou o efeito.

Todos os povos são contra o terrorismo mas desconfiam, e com razão, dos verdadeiros propósitos de uma nova guerra. Até porque muitos entendem que o terrorismo tem origens que, essas, precisam ser erradicadas e por meios que

não são militares: justa distribuição de recursos e justiça e democracia nos planos interno e internacional. Ora, uma guerra militar em larga escala só poderá corresponder à satisfação de interesses de domínio geo-estratégico e à redistribuição de recursos entre vários centros de poder capitalista (incluindo os entretanto constituídos na ex-União Soviética), em resposta a um período de agravamento de crise do imperialismo (que vinha acontecendo nos últimos anos).

Final, Ben Laden era um elemento do sistema capitalista global. Com negócios milionários em transacções e de especulação, ele era um notável e estava bem integrado no sistema. Embora vigiado e perseguido desde há 3 anos, não foi objecto de mandato de captura nem capturado. Paradoxalmente, os seus negócios prosseguem normalmente. Os paraísos fiscais e a banca respeitável estavam uns e outra ao seu serviço, até que o escândalo forçou o congelamento dos seus bens (ou de seus sócios). «O primeiro mundo a se tornar on-line em tempo real foi o das transacções financeiras. Essa mobilidade e instantaneidade serviu também de suporte para a expansão de paraísos fiscais e centros de lavagem de dinheiro. A conexão desse movimento de liberalização e desregulamentação financeira com os circuitos de financiamento ao tráfico de drogas, armas e actividades terroristas é notória. Ocorre que essas lavanderias globalizadas são parte essencial da estratégia de muitas instituições financeiras. (...) Em Jersey, nas Bahamas, no Uruguai ou em Singapura, as tecnologias de globalização financeira correm soltas. Favorecem grupos e instituições que patrocinam políticos do mundo todo, até nos EUA. A estratégia antiterrorista do governo Bush vai bulir com essas redes?» (Gilson Schwartz, coluna «Tendências Internacionais», *Folha de São Paulo*, 23 de Setembro).



● Manoel de Lencastre

Em mais de 60 bancos apanhados, só os da casa se salvaram

O drama da Swissair

A profunda crise que está a atingir as companhias de aviação é uma seta envenenada que se cravou no coração do capitalismo. Não é que o sistema não sobreviva enquanto os aviões vão ficando no chão. Mas as companhias e os seus aparelhos são bandeiras marcantes de nomes e grupos normalmente poderosos que afirmam, estridentemente, um conceito de modernidade algo estranho às necessidades reais dos passageiros. Os problemas, entretanto, já vinham de antes do 11 de Setembro.

A Swissair estava ferida de morte. Quem se julgava que poderia salvá-la era o presidente e chefe-executivo, Mário Corti, um dirigente transferido da Nestlé para substituir Phillippe Bruggisser, em Janeiro deste ano. Corti, que não era um homem da aviação civil, tinha boas credenciais como «businessman» e servidor do capitalismo mas a construção do império da Swissair tinha já sido levada longe de mais. Corti teria imaginado que no universo imperialista também existe solidariedade. Mas estavam-lhe reservadas monumentais surpresas, como agora se viu. O império fora dividido para incorporar a Sabena e a TAP que, com outras estruturas subsidiárias, incluindo a Crossair (serviços regionais) e diversas companhias associadas, constituíram um serviço unificado, mau para o pessoal de todas as empresas envolvidas, ineficiente e confuso

Uma empresa com história

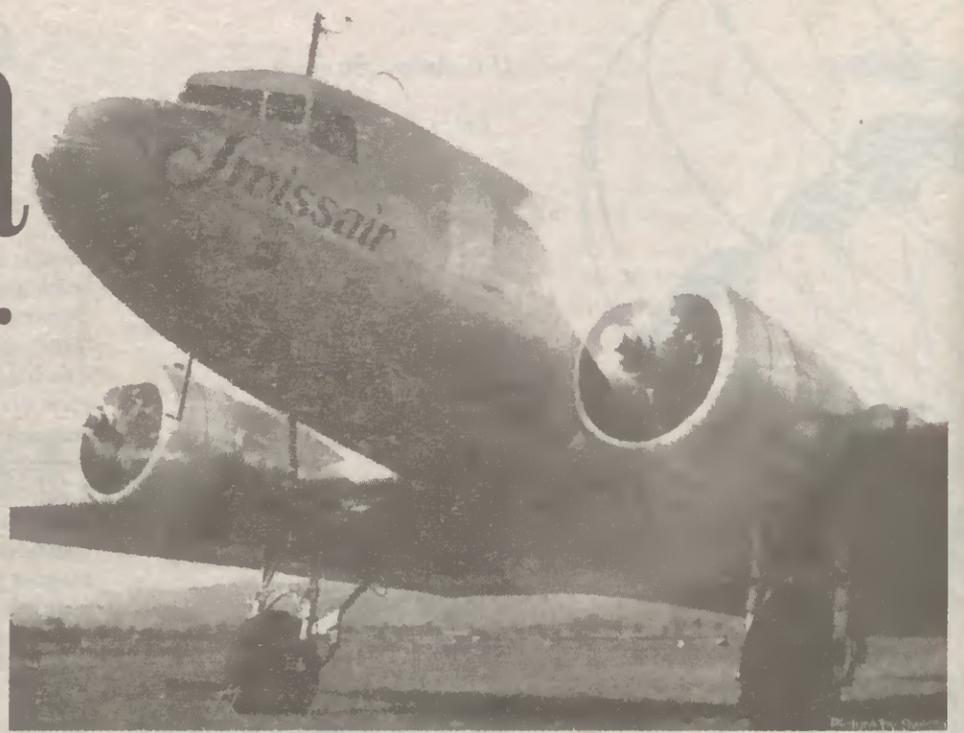
A Swissair foi fundada em 1931. Resultou de uma fusão entre a Balair e a Ad Astra. Cinco anos mais tarde, adquiria o seu primeiro DC-3 e em 1947 recebia a designação de «companhia nacional suíça». Dada a rápida, fulgurante, trajectória da aviação comercial em todo o mundo, a Swissair afirmou-se como uma das mais caras e de mais luxuoso serviço de bordo. Assim, em 1984, introduzia em todas as suas linhas aquilo a que veio a chamar-se «business class» que atraía homens e mulheres de negócios a preços descomunais. Em 1991, adquiria a maioria do capital da Crossair. Em 1995, apropriava-se de 49,5% do capital da Sabena. Em Abril do ano corrente, lutando, já, com prementes problemas financeiros, divulgou um programa de reestruturação - o objectivo era apaziguar os bancos. Em Julho, tentou medidas que dessem cobertura às suas obrigações perante a Sabena. Em Agosto, suspeitava-se já que a «grande» Swissair estava falida. Já mais de 60 bancos onde se movimentavam contas recusavam pagar a descoberto. Neste momento, as acções da companhia não valem nada. Os accionistas perderam todo o capital investido. Mas os bancos principais salvaram-se.

para os passageiros. Esse serviço tomou a designação de «Qualiflyer». Nesta conjuntura, os dirigentes da TAP e o Governo português, para fugirem às suas próprias responsabilidades e pretenderem-se cumpridores das estúpidas regras de competitividade inventadas pelos «ministros» da União Europeia, entregaram aos suíços, «de mão

beijada», o controlo dos seus serviços de base, os de reservas. Assim, a Swissair apropriou-se da alma das duas companhias (TAP e Sabena), bebeu-lhes o sangue e quando o império começou a demonstrar ter pés de barro, abandonou-as.

A intervenção dos bancos

O drama desenrolou-se no passado dia 1. Para atender responsabilidades financeiras imediatas e encargos do serviço normal diário, a companhia pediu aos seus banqueiros, UBS (Union de Banque Suisse) e Crédit Suisse, um empréstimo de, aproximadamente, 500 milhões de contos. Com este dinheiro, taparia, ainda, alguns «buracos» que o balanço revelava. A importante soma deveria ser recebida a 2, pela manhã. Havia milhões e milhões de francos suíços para pagar a fornecedores múltiplos. Mas os dois bancos, cujos interesses não passavam pela «patriótica» salvação da Swissair, tinham ideias diferentes e demoraram a aprovação do empréstimo solicitado. Na tarde dessa terrível segunda-feira, a administração da Swissair não dispunha de fundos para sequer pagar taxas de aeroporto e gasolina requerida pelo serviço dos aviões. Para que os credores não lhe caíssem em cima, entregou-se ao tribunal declarando-se falida - uma medida extrema que levaria a consequências dramáticas. Os bancos disseram que emprestariam o dinheiro nesse dia 2, de manhã ou, o mais tardar, até ao fim da tarde. Ficaram à espera, obviamente, do arrefecimento do cadáver. O mal já estava feito. A grande companhia, Swissair, outrora conhecida pela excelência do seu serviço, estava prostrada. Milhares de passageiros desorientados em todos os aeroportos mundiais, eram portadores de bilhetes que, como se fossem cheques sem cobertura, ninguém aceitava. O medo do iminente desemprego destruíu o ânimo do pessoal. A estratégia dos bancos foi interessante de seguir. Só no dia 2, à noite, disseram estar preparados para adiantar o dinheiro. Mas o cliente já estava morto e ninguém empresta dinheiro a extintos. Em contrapartida, compravam (e compraram!) a quota de 70,35% que a Swissair possuía na Crossair (empresa mais pequena, com menos despesas e mais fácil de gerir) tendo-lhe aberto créditos até 75 milhões de contos. Simultaneamente, garantiam limitada continuidade de funcionamento à SAir-Group, a empresa que, no fim de contas, é proprietária da própria Swissair, até que esta e outras subsidiárias (Nuance, Swissport, Gate Gourmet) sejam vendidas. Significativamente, subscreveram um aumento considerável do capital da Crossair. Ficaram donos desta companhia e serão donos, como credores privilegiados, de todos os salvados da Swissair. Nada menos de 7300 funcionários estão com guia de marcha para o



desemprego e a intervenção tardia do Estado helvético apenas permitirá à Swissair uma retirada ordeira do «teatro de guerra» dentro de poucas semanas.

Números incompreensíveis ...

As dívidas da falida são astronómicas (15 000 milhões de francos suíços = 2000 milhões de contos) enquanto a soma dos seus valores activos não vai além de 75 milhões de contos. Não

pode insinuar-se que os acontecimentos de 11 de Setembro tenham provocado esta catástrofe, como pretende Mário Corti. O mal já vinha de há muito. A construção do império da Swissair saiu cara. E saiu cara, também, à Sabena, que se viu arrastada na sensacional falência, e à TAP. Quanto a esta, é de esperar que os seus dirigentes e os ministros que a empurraram para o abismo da Swissair prestem contas dos seus actos junto do povo português nos locais adequados.

Da opulência à pobreza

A British Airways é uma das mais prestigiosas empresas britânicas e mundiais. Leva a todas as escalas o estandarte nacional. Os serviços a bordo são bons. Os das escalas, de partidas e chegadas, eficientes. Horários quase sem falhas. Impecáveis, os de reservas. Mas, de há meses a esta parte, notava-se que pretendiam realizar receitas injustificadas à custa dos passageiros - por exemplo: para alterar uma data de voo, mesmo a passageiros de 1.ª classe, exigiam uma taxa de 25 libras (8 contos). Alguma coisa andava mal, na grande companhia ... foi da amálgama entre a B.O.A.C. (British Overseas Airways Corporation) e a B.E.A. (British European Airways), em fins dos anos sessenta, que resultou a companhia actual. Mas a primeira já derivava de uma outra fusão realizada em 1939 entre a Imperial Airways e uma inicial British. A B.O.A.C. foi requisitada para o serviço da defesa nacional durante a 2.ª Guerra Mundial. Porém, em 1946, viu-se atribuído o monopólio das linhas britânicas para a América do Norte e para todo o Império britânico. Quanto à B.E.A., fundada em 1946, recebeu o monopólio dos ser-

viços postais assim como das linhas aéreas internas e europeias.

A actual British Airways conheceria épocas de glória a par de outras que viveu à sombra de pesados prejuízos suportados pelo Estado. Privatizada pelo governo Thatcher nos anos 80, realizou despedimentos selvagens que deixaram «às moscas» os balcões de «check in» nos aeroportos. Mas reagrupou-se e, sob a direcção de «lord» King, começou a realizar lucros assombrosos. Estes derivavam de cortes no pessoal e na qualidade dos serviços e de aumentos no custo dos bilhetes. Os accionistas rejubilaram. Renovada a frota, o serviço também foi beneficiado e a British Airways começou a classificar-se como companhia global e não britânica. Estais a ver? Mas a desenfreada concorrência no mercado do Atlântico Norte e a luta pela redução dos custos conduziu ao empobrecimento dos serviços de bordo e de escala. A grande empresa regressou aos prejuízos. Em condições já difíceis, foi apanhada em falso pelos traumáticos acontecimentos do 11 de Setembro e, assim, decidiu pôr fim às carreiras para Belfast (6 voos diários) e a

outras 26 que ainda não se sabe quais serão. Com perdas de tráfego da ordem dos 25% nas linhas transatlânticas e com a suspensão dos «Concorde», os prejuízos estão a tocar cifras nunca vistas. Não admira que o Chefe-Executivo da companhia, Rod Eddington, e 11 directores-executivos, tenham feito reduzir em 15% os seus substanciais salários. Cerca de 600 «managers» verão os seus, também, diminuídos em 10%. Há dias, a companhia suspendeu 14 voos semanais para Nova Iorque, 7 para Boston, 5 para Washington e outros para San Diego e Houston. Só estas suspensões explicam a magnitude do tráfego entre os dois lados do Atlântico, mas, também, a brutalidade das quebras sofridas. Disse Mr. Eddington: «Reduzir salários, como acto colectivo de direcção, é uma atitude correcta no tempo presente. É a nossa contribuição na difícil situação corrente quando o mercado está a conhecer alterações dramáticas e a nossa empresa luta para sobreviver num clima de queda rápida na procura dos nossos serviços devido aos ataques terroristas na América.»

Para bom entendedor...

Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Particpei recentemente num debate onde veio à baila, pela mão de alguém que com ele é familiar, a questão do papel do novo meio de comunicação, que é a Internet, em termos de condicionamento e eficaz manipulação informativa de quem nela «navega». E, ou não entendi direito, pela forma como a crítica foi desenvolvida, podia chegar-se quase directamente à visão de que com a Internet, em particular como consequência da disponibilização da Web - um passo decisivo para a popularização da mesma -, se estará em risco de descer ao Inferno comunicacional. Isto é, a um Inferno comunicacional ainda mais infernal do que aquele em que estamos imersos, o dos meios de comunicação social liderados pela televisão.

Diz esta crítica: uma nova situação, a da Internet, na qual já não seria fiável a informação que aí obtemos - colhêmo-la não se sabe de que autores (como na rua, não é?); em que a informação é cada vez mais uniforme - copiam-se uns aos outros; enfim, um condicionamento desmesurado, em particular pelo emprego dos influentes portais, onde dominam as imagens e por onde a maioria é dirigi-



Descida ao inferno?

da. E até agora, com a comunicação social que conhecemos, é mesmo assim tão diferente? Tendo ficado com a tal percepção de que, no âmago da análise crítica ouvida, morava o facto de a Internet se poder estar a constituir como o tal passo para o Inferno comunicacional, fui para casa - eu que nas inovações procuro com mais frequência ver o lado das possibilidades positivas, dizia, fui dali agarrado à reflexão do porquê de uma tão definitiva declaração de negatividade.

Aconteceu, entretanto, um impensável: as munições, as bombas, os mísseis, deixaram de ter de ser apenas as coisas preparadas estritamente para tal efeito. Bastou alguma imaginação estimulada por perspectivas outras e o pegar nos comandos de aviões comerciais - que aí estão para o bem dos que tiverem a oportunidade de utilizarem o transporte aéreo para o trabalho ou para o lazer, ou para ir e voltar do lugar de emigração - e dirigi-los contra alvos, para aqueles se tornarem em armas terríveis.

Assistimos todos às imagens do gerar de um Inferno(s) algures na Terra, não foi?

Uma «senhora» ferramenta

Bem, e a Internet? Segundo uma das versões, terá sido exclusivamente criada com vista a uma mais eficiente utilização de onerosos recursos informáticos, e de fontes de informação, dispersos por diversos locais. Mais, a Internet foi desenhada de forma a poder ser altamente fiável, isto é, a permitir encaminhamentos alternativos, no caso de avarias em rota. Esta a versão dos que projectaram a Internet, financiados pelo Organismo de Projectos de investigação avançada do Departamento de Defesa dos EUA. Os quais, em boa medida, nesses anos sessenta, estavam animados de projectos comunicacionais generosamente utópicos.

Segundo uma outra versão, a Internet, ao basear-se numa solução concebida com o propósito daquela se manter operacional em caso de bombardeamento nuclear, serviu os fins da Guerra Fria. Por isso, um tal propósito constituiu um objectivo crucial do desenvolvimento efectuado na altura por uma empresa da área da Defesa. Esta versão, relativa à obtenção de uma elevada fiabilidade é típica, como se sabe, dos requisitos militares.

Na prática, a solução encontrada acabou por resultar de duas propostas coincidentes vindas das duas equipas. E aí temos a Internet com as suas características, crescendo por toda a parte, como os cogumelos, e virtualmente podendo manter uma operacionalidade permanente mesmo quando parcialmente afectada, como aconteceu em parte de Nova Iorque devido aos atentados terroristas às torres do WTC.

Mas se os aviões comerciais podem ser usados noutros contextos, nomeadamente como bombas, também a Internet, concebida com intuítos militares e/ou de emancipação comunicacional - para o caso parece tanto fazer -, pode ser, está a ser, e sê-lo-á cada vez mais, utilizada, com toda a naturalidade, no contexto da totalidade da vida de todos os dias, incluindo para fins comerciais e para fins de condicionamento político e ideológico. Como é que poderia não ser assim? Saiu a Internet do domínio exclusivo das elites.

Dizem que contribui para a descida ao Inferno. De facto, já não pode ser ignorada, não é verdade?

E, no mínimo, a Internet é mais um meio a juntar-se aos outros. Para os que puderem e quiserem aceitar o desafio, é mesmo uma «senhora» ferramenta para a intervenção na saga do desafio às limitações próprias dos órgãos de comunicação social - estes já em processo parcial de reprodução e adaptação, com algum êxito, à Internet.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Caderno de notas

1

Se eu cultivar
flores inocentes
quem me apontará com razão
dizendo:
- Castiguem-no
pois está em pecado mortal.

2

Reparte
teu copo de vinho
com o vizinho.
Beham
em pequenos goles
durante o churrasco.
Não correrá perigo
a festa.

Palavra da salvação.

3

O cobói
sábio
não faça
uma nuvem.

4

Tão só, tão
sótão...

5

Usa-te.

Recusa-te.

6

Ama
o silêncio
ama-o
num verso.

7

Os grandes discursos
precisam
de muito tempo
o tempo
é que não precisa
de grandes discursos.

8

O milionário
morreu.
Foi cremado
numa pira de cheques e de notas.

9

ave
que voa
a trave
boa

10

Se a tua alma
soubesse
o que guardas
no intestino...

11

Todo o bunker é
uma ilusão.
Deita as chaves fora.
Vem
sentar-te à mesa
comum.

Vês
afinal
é tudo muito simples.

Cartoon

• Monginho

OS ESTADOS UNIDOS
DEPOIS DE BOMBARDEAREM
O AFE GANSTÃO DURANTE
5 HORAS, INFORMAM QUE
O ATAQUE FOI UM ÊXITO,
MAS QUE VÃO CONTINUAR...!

DEUS E ALA'
FAÇAM LA' AS PAZES
AI' EM CIMA, POR QUE
CA' EM BAIXO
ISTO ESTA' UM INFERNO!

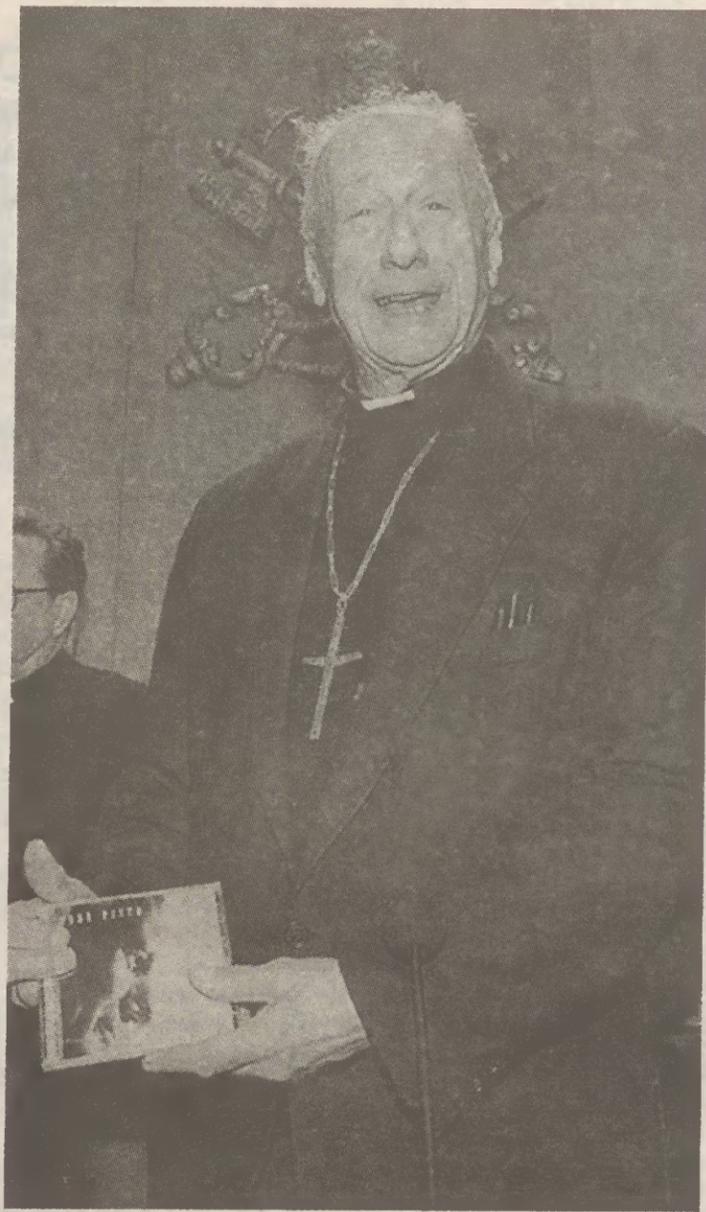


Religiões

• Jorge Messias

É sempre imprudente falar-se antes de tempo mas já a arrumação dos dados disponíveis em cenários previsíveis corresponde a uma prática normalmente aceite. Este critério é aplicável às manobras políticas e religiosas que se desenvolvem actualmente nos bastidores do poder mas cujos indícios surgem, no plano informativo, da forma mais dispersa. Indícios que prometem desenvolvimentos futuros importantes mas que não permitem, de momento, saber-se ao certo em que sentido virão a orientar-se. Nem sequer autorizam prever se conseguirão progredir ou se extinguirão revelando-se simples tentativas mediáticas do «marketing» religioso. Por ora, apenas permitem que as arrumemos em cenários eventuais, admissíveis a curto prazo. No centro do mundo das ideias em que todo o processo se desenvolve encontra-se uma dúvida altamente embaraçosa: que deve ser a igreja católica?

A questão tem raízes profundas no passado e no presente da catolicidade. Como harmonizar a ambição do ter e a teologia do ser? A igreja tem quando enriquece, quando valoriza os seus bens patrimoniais, quando fortalece a sua rede empresarial ou quando alarga os seus poderes políticos através de convenientes alianças. Mas a igreja, em termos da sua ideologia própria, não pode renunciar a ser.



Cruz e encruzilhada (2)

A instituição só é quando vende o que tem para o dar aos humildes, quando pratica a opção preferencial pelos pobres, quando se despoja de riquezas e quando recusa com simplicidade as alianças com o poder. O clero e os teólogos procuram conciliar o ser e o ter. Mas a contradição é evidente mesmo para o crente comum. Resiste a todos os truques da retórica pontifícia. Tentar casar a água e o fogo é cultivar o absurdo. E o absurdo é a bomba-retardador que a igreja transporta em si mesma. O dilema agudiza-se constantemente. Traduz, afinal, no mundo católico, uma variante da luta de classes.

A engrenagem

Partir e passar a ponte ou continuar à espera numa das margens? Bem longe de ser teórica, a questão é decisiva para a igreja portuguesa. O tempo não pára de acelerar. Distantes vão as horas estagnadas de Cerejeira e Salazar. Hoje, para acompanhar os ritmos que a sociedade impõe, a igreja aceita ligações perigosas. Porém, nas selvas do mercado, quem não ganha perde. E quem perde que não aguarde perdão. A hierarquia procura, então, quebrar este círculo infernal. Mas ao fazê-lo tropeça nas suas próprias contradições. Opção pelos pobres ou opção pelos ricos? Imperialismo católico ou renúncia cristã? Aliança com o capitalismo ou denúncia de todas as injustiças?

Neste quadro das suas fragilidades, a igreja enfrenta ainda, para além da questão moral, um grave problema de inoperacionalidade. Possui o controlo de uma máquina gigantesca mas avessa às leis do movimento. E se o essencial do seu património de influência é a religião, como manterá, num mundo competitivo, a sua imagem tradicional de guia espiritual mas envolvido no universo dos negócios? Como continuar a afirmar-se como «santa e católica» junto de massas cada vez mais exploradas mas esclarecidas?

Como é natural, os bispos portugueses conhecem a fundo os contornos dramáticos desta indesejável situação. E bem sabem que ela envolve uma outra componente explosiva. Para acompanhar os tempos, a hierarquia portuguesa tem jogado tudo na formação dos seus tecnocratas. É da Universidade Católica que sai o escol dos quadros tecnológicos do neocapitalismo português. É na Universidade Católica que se planificam as grandes estratégias das oligarquias e se ensinam os métodos e as técnicas das escolas capitalistas. Porém, a par deste árduo esforço – que cumpre cadernos de encargos e nada tem a ver com religião – a igreja esforça-se por garantir a continuação da fidelidade dos novos tecnocratas ao papa de Roma. E assim, por oportunismo, contribui para dividir perigosamente o próprio catolicismo em grupos ou seitas internas com referências distintas, como a tradição, o lucro, o poder, a demagogia ou o carisma pessoal.

Pontos Cardeais

Aliados I

Em artigo saído no jornal *The Independent* e transcrito no *Público*, o comentador norte-americano Robert Fisk afirmava no passado sábado que «a nova guerra da América» está longe de ser nova e explica porquê. «Sim, é uma velha guerra», escreve Fisk, «uma rotina cansativa que temos visto aplicada à volta do mundo inteiro nas últimas três décadas». E diz onde: «No Vietname, os norte-americanos queriam evitar mais baixas, por isso rearmaram e voltaram a treinar o exército sul-vietnamita para funcionar como peões seus. No Sul do Líbano, os israelitas usaram rufões das milícias libanesas para combater os palestinos e o Hezbollah. A Falange e o chamado Exército do Sul do Líbano deviam funcionar como os peões de Israel. Falharam, mas isso faz parte das guerras por procuração. No Kosovo, mantivemos os nossos bem armados soldados na NATO fora de perigo, enquanto os homens do Exército de Libertação do Kosovo (UÇK) funcionavam como os nossos peões. E agora, sem corar, sem engolir em seco de embaraço, estamos prontos a contratar a chamada Aliança do Norte no Afeganistão. Na verdade, estamos prontos a contratar um bando de terroristas – os nossos terroristas – para nos livrarmos de outro bando de terroristas. Pergunto: o que pensariam disto os mortos de Nova Iorque e Washington?»

É um norte-americano a dizê-lo, com lucidez e frontalidade notáveis. Um norte-americano que, sublinhe-se, também deixa muito claro, neste seu artigo sobre as «alianças» dos EUA, que «os homens malignos que planearam este assassínio em massa devem ser

levados à justiça. E se isso significar o fim dos taliban – com as suas amputações e execuções de mulheres e a sua «justiça» repressiva e obscurantista ao estilo saudita –, muito bem».

Será que a falcoaria cá do burgo leu este artigo de Fisk?

Aliados II

Mas Robert Fisk não se ficou por aqui. Após identificar devidamente a Aliança do Norte («confederação de senhores da guerra, patriotas, violadores e torcionários que controla uma pequena fatia do Afeganistão», onde pontificam líderes como Rasoul Sayaff, «um pashtun que inicialmente liderava a União Islâmica para a Liberdade do Afeganistão, mas cujos homens torturaram famílias xiitas e usavam as suas mulheres como escravas sexuais numa série de abusos de direitos humanos cometidos entre 1992 e 1996»), Fisk adverte para o que pode acontecer, com esta nova «aliança» desenhada pelos EUA para satisfazer as suas conveniências imediatas: «Lembrem-se só do que aconteceu em 1980, quando apoiámos os corajosos e cruéis mujahidines contra a União Soviética. Demos-lhes dinheiro e armas e prometemos-lhes apoio político logo que os russos se fossem embora. Falou-se muito, lembrome, de «loya jirgas» e até houve uma proposta para levar de volta ao Afeganistão o velho rei. E é precisamente isso que estamos a oferecer de novo.»

Posto isto, Robert Fisk remata: «E ousou perguntar: quantos Bin Ladens estão a servir agora entre os nossos novos e disponíveis peões?»

Pergunta absolutamente pertinente...

Palavras Cruzadas

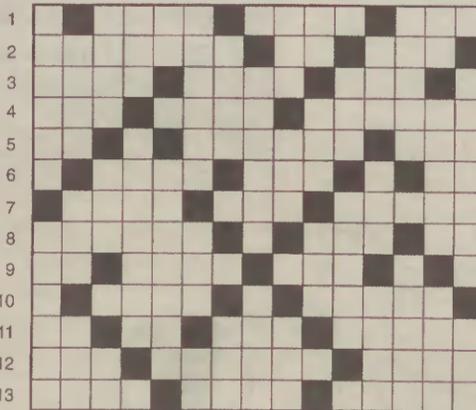
HORIZONTAIS: 1 – Divindade, fruto da romãzeira; espécie de sapo da região do Amazonas. 2 – Relativo aos rios; medida itinerária chinesa; o m. q. eiró. 3 – Toca; cavidade ou abertura para qual o homem e outros animais ingerem os alimentos; composição poética de assunto elevado e destinada ao canto. 4 – Íntimo; canal cilíndrico recto ou recurvado pelo qual podem passar fluidos; habitante ou natural da Croácia. 5 – A ti; marmelo molar; a parte da cozinha onde se acende o fogo. 6 – Pequena mala; prep. designativa da relação de meio, qualidade, modo, forma, lugar, causa, duração de tempo, continuação, substituição, etc., sendo a aceção determinada pela construção da respectiva frase; a parte mais larga da enxada. 7 – Extremidade; estado da Índia; esfregar com as unhas a parte do corpo onde se sente comichão. 8 – Inflamação do cólon; filtra; sorri. 9 – Prep. que indica lugar, tempo, modo e outras relações; louco; virtude. 10 – Alvéolo de cera ou conjunto de alvéolos em que as abelhas depositam o mel; relativo a muro. 11 – Contr. da prep. de com o art. def. a; planta liliácea da China; órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina; pequeno (bras.). 12 – Camareira; tocou o apito; glória. 13 – Parte aquosa que se separa do leite ou do sangue depois de coagulados; encolorizar; curar.

VERTICAIS: 1 – Angustiado; pêlos grossos, duros e compridos de javali e de outros animais. 2 – Fogo; prep. que indica várias relações, como companhia, modo, oposição, etc.; escudeiro. 3 – Que não é mole; substância utilizada para condimentar os alimentos; atmosfera. 4 – A mulher de Adão; lugar próprio a cada ser vivo organizado, onde vive e cresce naturalmente. 5 – Designa dor, admiração (interj.); pequena ave granívora conirostra, de cor parda, que se alimenta de sementes e de insectos e é útil à lavoura. 6 – Parte do dedo na qual a unha se encaixa; gavinha; nome da letra grega que corresponde ao P latino. 7 – Fêmea do lobo; gracejar. 8 – Entrar na composição de; tira de tecido mais ou menos estreito e comprido e que serve para ornar, ligar, atar, etc. 9 – Remoinho de água; jibóia; red. de maior. 10 – Tereceira nota da escala musical; coloração da face; dez vezes dez. 11 – Além disso; trivial. 12 – Caminhado; reduz a pó; sorteio de qualquer objecto por meio de bilhetes numerados. 13 – Praia; meter no varadoiro. 14 – Nome da letra grega que corresponde ao R latino; vedar; tempera com limão e azeite. 15 – Espécie de capela onde os romanos guardavam os deuses protectores do lar, grande massa e extensão de água salgada.

SOLUÇÃO DO N.º 2001X34 [F.P.]

1. B4, B5; 2. Ta4+, Rb3; 3. Ta7, Cc5; 4. Rd6, Rc4; 5. Rg7 e g.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

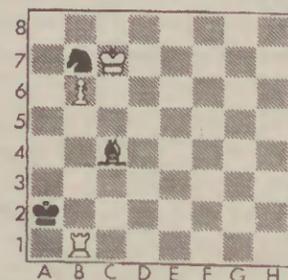


Xadrez

DCCCXVI – 11 DE OUTUBRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X34

Por: Frantisek Prokop
«*Norodní listy*», 1925

Pr.: [3]: Ch7 – R4 – Ra2
Br.: [3]: Pb6 – Tb1 – Rg7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001X34 [F.P.]

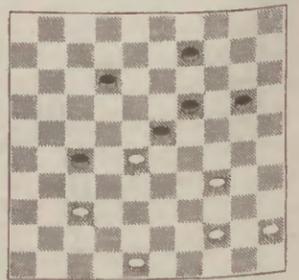
1. B4, B5; 2. Ta4+, Rb3; 3. Ta7, Cc5; 4. Rd6, Rc4; 5. Rg7 e g.

Damas

DCCCXVI – 11 DE OUTUBRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D34

Por: M. van Rooij
NL., 1956

Pr.: [6]: 9-12-19-20-23-27
Br.: [6]: 28-34-37-44-45-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001D34 [N. van R.]

1. 37-32, (27-30); 2. 34-30, (-); 3. 30-24, (-); 4. 48-43, (38-40); 5. 45-3=0, (12-18); 6. 3-9, (18-23); 7. 9-20, (32-37); 8. 20-14 + 7. ... (23-20); 8. 20-42 +

A. de M. M.

A. de M. M.

Carlos Carvalhas em Vila Nova de Gaia

Sexta-feira, 12, às 19h00

Convívio-Porto de Honra da CDU
no Edifício da Assembleia Municipal de Gaia
(traseiras da Câmara Municipal)
para apresentação pública das candidaturas da CDU
ao Município e às freguesias de Vila Nova de Gaia
Intervenções a partir das 19h30

Em Castro Verde

Sábado, 13, às 17h30

Apresentação pública das candidaturas CDU
aos órgãos autárquicos do concelho
que se realiza, na Praça da República
(ou, se chover, no Cine-Teatro Municipal)

Em Cascais

Domingo, 14, às 13h00

Almoço-convívio da CDU para apresentação
pública dos candidatos do concelho
Colectividade 1.º de Maio, em Tires
A seguir ao almoço, decorre um espectáculo aberto
à população, com a participação do Grupo Coral Estrelas
do Guadiana e Maria Guinot - Intervenções de Dinis
de Almeida e de Carlos Carvalhas cerca das 14h30.

Em Lisboa

Segunda-feira, 15, às 19h30

Encontro-convívio, com a participação de dirigentes
das forças políticas apoiantes da CDU, candidatos
e apoiantes, no Pátio Alfacinha (R. do Guarda Jóias, 44,
à Ajuda) promovido pela Comissão Coordenadora Nacional
da CDU. No decurso do encontro, usará da palavra, entre
outros, **Carlos Carvalhas**.
Após o encontro terá lugar um jantar-volante

No Norte do distrito de Santarém

Terça-feira, 16

14h30 - **Visita ao Hospital Rainha Santa Isabel** - Torres
Novas
16h00 - **Encontro com Organizações Representativas**
dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, no Sindicato
dos Ferroviários do Centro, Entroncamento
18h30 - **Apresentação Pública dos candidatos da CDU à**
Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Tomar,
no Bar AKIÁKOPUS, à Rua de S. João, em Tomar
20h00 - **Jantar de candidatos e apoiantes da CDU**, no res-
taurante Ritonicho, em Torres Novas

Reuniões e outras actividades das organizações do PCP

BEJA

Encontro Distrital de Reformados do PCP: sábado, 13, às
15h00, no Auditório da Casa da Cultura de Beja, com a partici-
pação de Domingos Abrantes, da Comissão Política.

LISBOA

Plenário de militantes da freguesia de Carnaxide: hoje,
11, às 21h30, no CT de Carnaxide, com a presença de Leonor
Barão. OT: Eleições autárquicas; situação política; informações.
Plenário de militantes da freguesia da Ajuda para discus-
são e aprovação da lista de candidatos da freguesia para as elei-
ções autárquicas: sábado, 13, às 15h00, no CT da Ajuda (R. das
Mercês, 112). **Almoço-convívio da lista de candidatos da**
CDU: domingo, 14, às 13h00. Ementa: feijoada à portuguesa.
Preço: 1.500\$00. **Almoço para apresentação de candida-**
tos do PCP na Coligação Amar Lisboa: sábado, 20, às
13h00, na Associação de Actividades Sociais do Bairro 2 de
Maio (Lg. do Cantinho). Preço - 1000\$00. Inscrições: Violeta -
213634974; Chicharo - 213625336; Norberto: 213632399.

Reunião do sector de Ciências Sociais da ORL, para discus-
tir situação política e social e actividade do Partido: terça-
-feira, 16, às 21h00, no CT Vitória. **Plenário de militantes da**
organização dos bancários de Lisboa para discussão da
situação internacional: terça-feira, 16, às 17h30, com Albano
Nunes, do Secretariado. **Reunião de Professores do Ensino**
Superior da ORL, para discutir situação política e social e
actividade do Partido: quarta-feira, 17, no CT Vitória.

SEIXAL

Plenário de militantes de Corroios para discussão de lista e
programa eleitorais: hoje, 11, às 21h00.

Plenário de militantes de Arrentela, para discussão de lista
e programa eleitorais: sexta-feira, 12, às 21h00, na colectividade
de «Independente Torreense».

Plenário de militantes, para discussão de lista e programa
eleitorais: sábado, 13, às 15h00 no CT do Seixal.

Plenário de militantes, para discussão de lista e programa
eleitorais: sábado, 13, às 15h00, no CT da Amora.

Reunião plenária da Organização da Freguesia do Seixal
para discutir situação política e eleições autárquicas: sábado,
13, às 15h00, no CT do Seixal.

Reunião com Associações de Reformados do concelho
para contributos para o Programa Eleitoral: quarta-feira, 17, às
15h00, no CT do Seixal.



LISBOA

Plenário da Organização Regional
do Ensino Secundário de Lisboa
Domingo, 14, às 10h30
no Centro de Trabalho Vitória

GUIMARÃES

Apresentação pública da
Coordenadora da Juventude CDU
Segunda-feira, 15, às 10h00
no auditório do CT de Guimarães do PCP

Encontro Nacional
sobre o Sector dos Correios
no Centro de Trabalho Vitória, Lisboa
Sábado, 13, entre as 10h00 e as 17h00
com a participação de Francisco Lopes,
da Comissão Política

Debate sobre
«Requalificação Urbana
e Desenvolvimento Municipal»
em Vila Nova de Gaia,
Segunda-feira, dia 15, às 21h30
no Auditório da Junta de Freguesia
de Mafamude com a participação de Lino
Paulo, vereador CDU na CM de Sintra,
Jorge Sarabando e Ilda Figueiredo,
candidatos da CDU à CM e AM de Gaia

CHAMUSCA

Reunião dos candidatos da CDU a
todos os órgãos autárquicos do concelho,
seguida de almoço no «O Lagar», na Cha-
musca, durante o qual será feita a apre-
sentação pública dos candidatos, com a
presença de Jorge Cordeiro, da Comissão
Política: domingo, 14, às 10h30.

CORUCHE

Entrega das listas de candidatos às
eleições autárquicas, no Tribunal
Judicial da Comarca: segunda-feira, 15,
às 16h00. No acto da entrega, estará pre-
sente o mandatário da campanha, João
Carapau, bem como outros elementos
concelhios e regionais da CDU. Às
17h30, realiza-se, no restaurante «O Far-
nel», uma conferência de imprensa para
divulgação da composição das listas da
CDU no concelho.

GAIA

Sessão pública de apresentação da
candidatura CDU de Oliveira do
Douro: sábado, 13, às 17h00, no auditó-
rio da Junta de Freguesia, com a presen-
ça dos candidatos à Câmara e Assem-
bleia Municipal de Gaia, Jorge Saraban-
do e Ilda Figueiredo.

LISBOA

Encontro de candidatos e activistas
da CDU da freguesia de Porto
Salvo: domingo, 14, às 15h30, no Tagus
Park (núcleo central, 2.º piso, porta prin-
cipal), para discutir eleições autárquicas.

Debate sobre Educação em Oeiras:
terça-feira, 16, às 21h00, no Grupo
Recreativo de Terceira (GRT), Barcarena,
com Arlinda Claudino Nené, Arnaldo
Pereira, Ermelinda Oliveira, Francisco
Carreiro Nunes e Vítor Sarmento.

Apresentação pública dos candida-
tos da CDU à Assembleia de Fre-
guesia de Algés: quarta-feira, 17, às
21h00.

LOURES

Apresentação do cabeça de lista à
freguesia de Santo António dos
Cavaleiros: sexta-feira, 12, às 19h00, na
Associação de Moradores, com a partici-
pação de Adão Barata, candidato à presi-
dência da Câmara Municipal de Loures.

Apresentação da lista à Assembleia
de Freguesia de Santa Iria de Azóia:
sexta-feira, 12, às 21h00, na Sociedade
1.º de Agosto, com a participação também
de Adão Barata.

Visita dos candidatos da CDU à fre-

guesia de São João da Talha: sábado,
13, durante todo o dia.

Visita dos candidatos da CDU ao
Bairro de Santiago (Camarate): sába-
do, 13, às 09h30, com a presença de José
Manuel Abrantes, candidato à Câmara
Municipal, entre outros candidatos.

Encontro de candidatos e activistas
da CDU (em Paço d'Arcos): sábado, 13,
às 16h00, no CT de Algés (Rua Ernesto
da Silva, 107), para discutir eleições
autárquicas.

Visita dos candidatos da CDU à fre-
guesia de São João da Talha: domín-
go, 14, durante todo o dia.

Em Frielas, entrega de abaixo-assinado
da população sobre problemas dos
transportes, na Junta de Freguesia,
Empresas de transportes: segunda-feira, 15.

Reunião de activistas da CDU, em
Frielas: terça-feira, 16, às 21h00.

Reunião dos candidatos à Assem-
bleia Municipal de Loures: terça-feira,
16, às 21h00 no CT de Loures do PCP.

Reunião dos candidatos da CDU da
freguesia de São João da Talha: quin-
ta-feira, 18.

MATOSINHOS

Apresentação pública do candidato
da CDU a Presidência da Junta de
Freguesia de Leça do Balio: sábado,
13, às 16h00, no Salão Nobre da Junta de
Freguesia (junto ao Mosteiro), com a partici-
pação de Honório Novo, candidato à
Câmara Municipal de Matosinhos.

ODIVELAS

Visita a obras realizadas pela CDU
no concelho com os eleitos, activistas e
candidatos da CDU, entre os quais Natá-
lia Santos, candidata à Presidência da
Câmara Municipal de Odivelas: sábado,
13, a partir das 09h00, no Largo D. Dinis.

OURIQUE

Convívio-beberete para apresentação
do candidato da CDU à Assembleia de
Freguesia de Santana da Serra: domín-
go, 14, às 16h30, no Salão da Vista Alegre.
Há um momento político com a partici-
pação de António Vitória, do CC, e José Soei-
ro, candidato da CDU à Câmara Municipal
de Ourique, seguido de animação musical
com a participação de Rita Santos.

PALMELA

Apresentação de candidatos à fre-
guesia de Marateca: sábado, 13, às
21h30, no União Desportiva e Recreativa
«Leões de Cajados».



CDU apresenta candidatos

Em Almodôvar

Domingo, 14, às 18h00 - Restaurante/bar «Piscinas»
Apresentação dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos
de Almodôvar com a participação de Luísa Araújo

Em Celorico de Basto

Sábado, 13, às 20h30

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU
à Câmara e Assembleia Municipais de Celorico de Basto
Restaurante «Costa Verde», em Gandarela de Basto, com a presença
de dirigentes regionais de CDU e do deputado Agostinho Lopes

Em Espinho

Terça-feira, 16, às 19h30 - Restaurante do Complexo de Ténis de Espinho
Apresentação dos cabeças de lista da CDU a todos
órgãos autárquicos concelhios seguida, às 20h00, de jantar.

Em Olhão

Domingo, 14, às 16h00

Restaurante Ria Formosa (Jardim do Pescador Olhanense)
Apresentação dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos

Em Tomar

Terça-feira, 16, às 18h30 - no Bar AKIÁKOPUS, à Rua de S. João, em Tomar
Apresentação Pública dos candidatos da CDU
à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Tomar,
com a participação de **Carlos Carvalhas**

Outras iniciativas da CDU

SANTARÉM

Visita de candidatos da CDU à fre-
guesia do Turcifal: sábado, 13, a par-
tir das 10h00.

Visita ao Hospital Distrital de Tor-
res Vedras, com a presença de Natália
Filipe e candidatos da CDU à Câmara e
Assembleia Municipais: terça-feira, 16,
às 11h30.

SETÚBAL

«Conversar Setúbal» sobre «Gerir a
Cidade - Complementaridades
Desejáveis», no Hotel Bonfim: hoje, 11,
às 21h30, com João Carvalho Rodrigues,
José Poças, Maurício Costa e Nuno Mes-
quita Pires.

Apresentação de candidatos à fre-
guesia de Santa Maria: sexta-feira, 12,
às 21h00, na Sede de Campanha CDU.

Visita à freguesia de S. Julião: sába-
do, 13, às 09h00. Às 21h30, animação
musical com «entretantos» na sede
CDU.

Apresentação dos candidatos à fre-
guesia de S. Lourenço, Azeitão:
domingo, 14, às 17h00, no CCDBA. Às
15h00, animação infantil na sede CDU.

Debate da CDU com a população da
freguesia de S. Sebastião, em Bela
Vista: quarta-feira, 17, às 21h00.

SEIXAL

Distribuição do Boletim CDU nos
mercados do concelho do Seixal, com os
candidatos do concelho: sábado, 13, às
09h00.

SINTRA

Apresentação pública da candidata
à Presidência da Junta de Freguesia
de Rio de Mouro, Maria Alice: sábado,
13, às 19h30, no restaurante «Casal
da Serra», em Rio de Mouro. Confirmar
para Rui Menezes, tel: 219131355/
/919633278

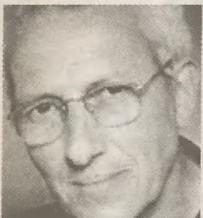
VILA FRANCA DE XIRA

Contacto dos candidatos CDU da
freguesia de Vialonga com a popu-
lação: sexta-feira, 13, às 09h30, no Mer-
cado.

Debate sobre o Ensino: sexta-feira,
13, às 15h30, nas instalações da ABEIV.

Almoço em A-dos-Loucos, para
apresentação da candidatura da
CDU à Assembleia de Freguesia de
S. João dos Montes: sábado, 14, às
13h00, na UDCA, com a participação de
José Neves e Francisco Lopes, da Comis-
são Política.

ATVer



O realizador, João Botelho, e o filme - «Tráfico»



Vingança na Casa de Usher

(Quinta-feira, 11.10.01, RTP-1) O facto de integrarmos na recensão desta semana Vingança na Casa de Usher, do espanhol Jesus Franco...

O Castelo da Pureza

(Quinta-feira, 11.10.01, RTP-2) O mexicano Arturo Ripstein, realizador de O Castelo da Pureza...

Tráfico

(Sábado, 13.10.01, RTP-2) João Botelho assina em Tráfico uma crónica sardónica sobre o descambar moral de um vulgar casal que...

do Ministério Público (Rosie O'Donnell) que promete-nos a ficha de programação da SIC - nos dão um filme «cheio de humor com uma sequência de marca: a série de desastres durante um almoço muito especial».

Antes do Amanhecer

(Sábado, 13.10.01, RTP-1) Antes do Amanhecer, do norte-americano Richard Linklater...

O Massacre

(Sábado, 13.10.01, SIC) Mais um filme com Arnold Schwarzenegger, agora na pele de um ex-agente federal que regressa ao activo para ajudar um colega em apuros...

O Guerreiro Yakuza

(Quarta-feira, 17.10.01, RTP-1) Seleccionado para o Fantasspato, O Guerreiro Yakuza é um thriller japonês do veterano Eiichi Kudo...

Sementes de Guerra

(Quarta-feira, 17.10.01, TVI) A ideia deste Sementes de Guerra, assinado por J. Christian Ingvorsen, não é lá muito original mas continua prometedora...

Quinta, 11

07.30 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.00 Pedra sobre Pedra 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.45 Vídeos de Sal 17.15 Privilégio de Amar 18.05 Carita de Anjo 18.55 Quebra-Cabeças 19.35 Regiões 20.00 Telejornal 21.00 A Senhora das Águas 22.00 Paraíso Filmes 22.00 Grande Informação 24.00 Serviço de Urgência 01.00 24 Horas 01.15 Vingança na Casa de Usher...

07.00 Hora Viva 09.45 Euronews 11.00 Espaço Infantil-Juvenil 14.00 Campeonato do Mundo de Ciclismo de Estrada 15.30 Euronews 17.00 Informação Gestual 18.30 Informação Religiosa 19.00 Horizontes da Memória 19.30 Ciclismo 20.00 Atlas do Corpo Humano 20.25 Sabrina 21.00 2010 22.00 RTP Economia 22.00 Acontece 22.30 Jornal 2 23.20 História do Jazz (4) 00.10 O Castelo da Pureza...

08.00 Buêrécé 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.10 A Próxima Vítima 15.00 A Viagem 16.15 New Wave 17.00 Um Anjo Caiu do Céu 18.00 Ganância 19.00 A Padroeira 20.00 Jornal da Noite 21.15 As Filhas da Mãe 22.15 Porto dos Milagres 23.30 Noites Marcianas



José Gomes Ferreira no «Artes e Letras» de domingo (20h, RTP2)

01.35 Jerry Springer Show 03.20 Portugal Radical 09.00 Animação Infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 00.10 Ally McBeal 02.00 «Assassino da Rua 75»...

08.30 Animação infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 01.00 Princesa das Velas 01.40 «Mississippi Selvagem»...

08.00 Animação 10.45 Top Rock 12.00 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Contra-Ataque 14.45 4ª a Fundo 15.15 «Olha Quem Ladrar»...

Sexta, 12

07.30 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.00 Pedra sobre Pedra 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.45 Vídeos de Sal 17.15 Privilégio de Amar 18.05 Carita de Anjo 18.55 Quebra-Cabeças 19.35 Regiões 20.00 Telejornal 21.00 A Senhora das Águas 22.00 Segredo de Justiça 23.00 Documentário 00.30 Histórias da Noite 01.00 24 Horas 01.30 «Outras Nove Semanas e Meia»...

07.00 Hora Viva 09.45 Euronews 11.00 Espaço Infantil-Juvenil 14.00 Retratos 15.00 Portugalmente 15.30 Campeonato do Mundo de Ciclismo de Estrada 17.00 Informação Gestual 18.30 Informação Religiosa 19.00 Pontos de Fuga 19.30 Campeonato do Mundo de Ciclismo de Estrada 19.50 Atlas do Corpo Humano 20.50 Escândalos 22.00 Acontece 22.30 Jornal 2 23.20 Independência Já! Uma História de Pretos e Brancos (3) 00.20 «Um Lugar sem Limites»...

08.00 Buêrécé 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.10 A Próxima Vítima 15.00 A Viagem 16.15 New Wave 17.00 Um Anjo Caiu do Céu 18.00 Ganância 19.00 A Padroeira 20.00 Jornal da Noite 21.15 As Filhas da Mãe



José Gomes Ferreira no «Artes e Letras» de domingo (20h, RTP2)

01.35 Jerry Springer Show 03.20 Portugal Radical 09.00 Animação Infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 00.10 Ally McBeal 02.00 «Assassino da Rua 75»...

08.30 Animação infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 01.00 Princesa das Velas 01.40 «Mississippi Selvagem»...

08.00 Animação 10.45 Top Rock 12.00 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Contra-Ataque 14.45 4ª a Fundo 15.15 «Olha Quem Ladrar»...

Sábado, 13

07.30 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.00 Pedra sobre Pedra 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.45 Vídeos de Sal 17.15 Privilégio de Amar 18.05 Carita de Anjo 18.55 Quebra-Cabeças 19.35 Regiões 20.00 Telejornal 21.00 A Senhora das Águas 22.00 Segredo de Justiça 23.00 Documentário 00.30 Histórias da Noite 01.00 24 Horas 01.30 «Outras Nove Semanas e Meia»...

07.00 Hora Viva 09.45 Euronews 11.00 Espaço Infantil-Juvenil 14.00 O Lugar da História 15.00 Portugalmente 17.00 Informação Gestual 18.30 Informação Religiosa 19.00 Rotações 19.30 O Barroco nos Caminhos do Ouro 20.00 Atlas do Corpo Humano 20.30 Sabrina 20.45 Jack and Jill 22.30 Jornal 2 23.20 Acontece 00.20 Electric Money (Série: Estreia)

08.00 Buêrécé 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.10 A Próxima Vítima 15.00 A Viagem 16.15 New Wave 17.00 Um Anjo Caiu do Céu 18.00 Ganância 19.00 A Padroeira 20.00 Jornal da Noite 21.15 As Filhas da Mãe 22.15 Porto dos Milagres 23.15 Noites Marcianas 02.30 Jerry Springer Show



José Gomes Ferreira no «Artes e Letras» de domingo (20h, RTP2)

01.35 Jerry Springer Show 03.20 Portugal Radical 09.00 Animação Infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 00.10 Ally McBeal 02.00 «Assassino da Rua 75»...

08.30 Animação infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 01.00 Princesa das Velas 01.40 «Mississippi Selvagem»...

08.00 Animação 10.45 Top Rock 12.00 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Contra-Ataque 14.45 4ª a Fundo 15.15 «Olha Quem Ladrar»...

Domingo, 14

07.00 Fórmula 1 GP do Japão 07.30 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.00 Pedra sobre Pedra 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.45 Vídeos de Sal 17.15 Privilégio de Amar 18.05 Carita de Anjo 18.55 Quebra-Cabeças 19.35 Regiões 20.00 Telejornal 21.00 A Senhora das Águas 22.00 Sorte Granic 23.00 Jogo Falado 00.30 24 Horas 01.00 «Swing, uma Dupla de Sucesso»...

07.00 Hora Viva 09.45 Euronews 11.00 Espaço Infantil-Juvenil 14.00 O Lugar da História 15.00 Portugalmente 17.00 Informação Gestual 18.30 Informação Religiosa 19.00 Rotações 19.30 O Barroco nos Caminhos do Ouro 20.00 Atlas do Corpo Humano 20.30 Sabrina 20.45 Jack and Jill 22.30 Jornal 2 23.20 Acontece 00.20 Electric Money (Série: Estreia)

08.00 Buêrécé 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.10 A Próxima Vítima 15.00 A Viagem 16.15 New Wave 17.00 Um Anjo Caiu do Céu 18.00 Ganância 19.00 A Padroeira 20.00 Jornal da Noite 21.15 As Filhas da Mãe 22.15 Porto dos Milagres 23.15 Noites Marcianas 02.30 Jerry Springer Show



José Gomes Ferreira no «Artes e Letras» de domingo (20h, RTP2)

01.35 Jerry Springer Show 03.20 Portugal Radical 09.00 Animação Infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 00.10 Ally McBeal 02.00 «Assassino da Rua 75»...

08.30 Animação infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 01.00 Princesa das Velas 01.40 «Mississippi Selvagem»...

08.00 Animação 10.45 Top Rock 12.00 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Contra-Ataque 14.45 4ª a Fundo 15.15 «Olha Quem Ladrar»...

Segunda, 15

07.30 Infantil/Juvenil 09.30 Praça da Alegria 12.00 Pedra sobre Pedra 13.00 Jornal da Tarde 13.55 Emoções Fortes 15.45 Vídeos de Sal 17.15 Privilégio de Amar 18.05 Carita de Anjo 18.55 Quebra-Cabeças 19.35 Regiões 20.00 Telejornal 21.00 A Senhora das Águas 22.00 Sorte Granic 23.00 Jogo Falado 00.30 24 Horas 01.00 «Swing, uma Dupla de Sucesso»...

07.00 Hora Viva 09.45 Euronews 11.00 Espaço Infantil-Juvenil 14.00 O Lugar da História 15.00 Portugalmente 17.00 Informação Gestual 18.30 Informação Religiosa 19.00 Rotações 19.30 O Barroco nos Caminhos do Ouro 20.00 Atlas do Corpo Humano 20.30 Sabrina 20.45 Jack and Jill 22.30 Jornal 2 23.20 Acontece 00.20 Electric Money (Série: Estreia)

08.00 Buêrécé 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.10 A Próxima Vítima 15.00 A Viagem 16.15 New Wave 17.00 Um Anjo Caiu do Céu 18.00 Ganância 19.00 A Padroeira 20.00 Jornal da Noite 21.15 As Filhas da Mãe 22.15 Porto dos Milagres 23.15 Noites Marcianas 02.30 Jerry Springer Show



José Gomes Ferreira no «Artes e Letras» de domingo (20h, RTP2)

01.35 Jerry Springer Show 03.20 Portugal Radical 09.00 Animação Infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 00.10 Ally McBeal 02.00 «Assassino da Rua 75»...

08.30 Animação infantil 11.30 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Dona Anja 15.00 Chiquititas 16.00 Animação Juvenil 18.00 Big Brother 19.00 Anjo Selvagem 20.00 Jornal Nacional 21.00 Filha do Mar 22.00 Nunea Digos Adeus 23.00 Big Brother 01.00 Princesa das Velas 01.40 «Mississippi Selvagem»...

08.00 Animação 10.45 Top Rock 12.00 Big Brother 13.00 TVI Jornal 14.00 Contra-Ataque 14.45 4ª a Fundo 15.15 «Olha Quem Ladrar»...

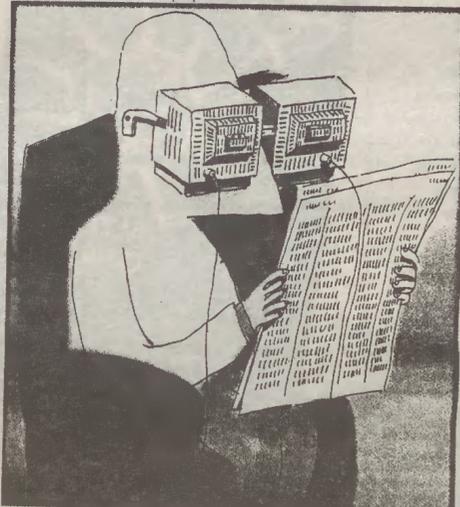
TVisto Correia da Fonseca

Não quero falar da guerra

Com o televisor sob intenso bombardeamento de notícias, pareceres, análises e intervenções similares, acerca da tempestade desencadeada sobre o Afeganistão...

Sim à vida

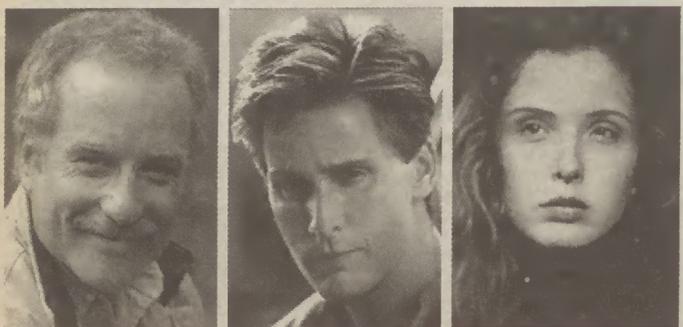
É claro, porém, que esta espécie de fraqueza minha não significa que me resigno à transmissão por grosso de mediocridades estrategicamente besutas...



os diversos canais que o cabo traz e que, nos seu conjunto, não foram tão uma voz. Recordo por exemplo, no lusófono GNT...

Ora, sucede que a televisão, digamos que «outra» televisão, continua, e nesse quadro findou no passado fim-de-semana a telenovela «Olhos de Água»...

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição



Mão cheia de bons actores - Richard Dreyfuss, Emilio Estevez e Julie Delpy

A talhe de foice

• Anabela Fino

Os heróis

Jacques Brel dedicou-lhes uma canção, que muitos provavelmente nunca ouviram e em que poucos dos que a conhecem, ou nenhum, se reconhecem. Fala do militar que passa a vida à espera do inimigo que o tornará herói.

O tempo passa e o inimigo não chega, mas a esperança permanece. Vive na expectativa desse dia glorioso, ano após ano, na certeza de que o inimigo está lá, algures, e que o seu destino é enfrentá-lo... para ser herói. Envelhece embalando o sonho, desespera, torna-se azedo e rancoroso. O inimigo não chega.

Finalmente, um dia, quando o seu tempo passou, eis que a aspiração tão longamente acalentada se concretiza. Mas é demasiado tarde, envelheceu. O inimigo está lá, e ele não será herói.

Lembrei-me de Brel e da sua canção ao ouvir alguns dos nossos comentadores encartados, militares e civis, a propósito da nova «cruzada» contra o terrorismo. Salvo as honrosas exceções, o tom é de total insanidade. Militares na reserva e civis frustrados de não terem conhecido a vida castrense desdobram-se em considerações belicistas capazes de fazer corar de vergonha o mais empedernido dos rambos.

Como quem serve pão com manteiga, aviam receitas de ataques e estratégias de combate, num mate-se e esfole-se despudorado, mal se dando ao trabalho de disfarçar o ódio contra o «inimigo» que, chegando tarde, lhes roubou a oportunidade de serem heróis. Vingando-se em palavras da raiva de não estarem nos postos de comando e de não ser deles o dedo que carrega no botão a despejar bombas, disparam o verbo com fúria assassina. Morreram quatro funcionários da ONU no ataque dos EUA a Cabul? Paciência.

Há milhões de pessoas deslocadas a morrer de fome e sem ajuda por causa dos ataques ao Afeganistão? Não importa.

As bombas lançadas na dita luta contra os terroristas matam indiscriminadamente homens, mulheres, crianças? A vida é mesmo assim.

Na sua ânsia de vingança os tais comentadores não hesitam em ser mais papistas que o papa. Em nome da sagrada civilização ocidental advoga-se o extermínio sem dó nem piedade dos «outros», desvirtua-se a história para fazer esquecer quem são os criadores do terrorismo e dos terroristas, lança-se o anátema a quantos se atrevem a defender que a violência só serve para gerar mais violência.

Sem perceberem quanto estão serôdios, os nossos aspirantes a heróis embebedam-se na fonte da mais reaccionária ideologia que brota do império. Um bom exemplo é o editorial do Público de ontem, cujo director resume numa citação do Washington Post as motivações desta cruzada: «A guerra contra o terrorismo só será ganha se a sua ideologia extremista for derrotada e desacreditada, tal como foi derrotada e desacreditada a ideologia comunista durante a Guerra Fria.»

O editorialista aplaude e assina por baixo, o que não espanta ninguém. Não contente com isso, porém, ainda acrescenta por sua conta e risco que recordá-lo «ajuda a perceber por que são os derrotados da guerra fria os piedosos pacifistas de hoje...».

O que o director do Público se esqueceu de dizer é que no tempo da Guerra Fria apoiar terroristas na luta contra os comunistas não era nenhum crime. O resultado está à vista.

4.ª Conferência da Interjovem começa amanhã

Direito ao trabalho

Durante dois dias, 400 delegados à Conferência da Interjovem debatem os problemas dos jovens trabalhadores: salários, direitos, exclusão social, imigração e emigração, entre outros temas.

Começa amanhã a 4.ª Conferência da Interjovem - organização de jovens trabalhadores da CGTP-IN -, que se realiza no Centro de Exposições de Lisboa, no Parque das Nações. Sob o lema «Alterar o presente, construir o futuro», a iniciativa conta com a participação de cerca de 400 delegados provenientes de todo o País que analisarão a actual situação social e os problemas que os jovens trabalhadores enfrentam.

Um dos problemas desde já apontados pelo anteprojecto de resolução da conferência é a grande ofensiva contra os

salários, a segurança social e os direitos colectivos, de que os mais novos constituem o alvo preferencial. «É cada vez mais claro o esforço do Governo e do capital para criar uma clivagem geracional no plano dos direitos», denunciam os sindicalistas.

Para a Interjovem, o pleno emprego é o objectivo a alcançar, embora hoje seja «constantemente atacado em nome da competitividade, da produtividade económica e da evolução tecnológica que torna o trabalho num bem cada vez mais escasso».

«O futuro não pode passar por uma sociedade de desemprego», sustenta a organização. «Uma política jamais será boa, se for geradora de desemprego e não existem políticas sociais positivas se as políticas económicas forem desastrosas», acrescenta.

Salários injustos

Os sindicalistas apontam vários problemas directamente relacionados com o emprego: a precarização do trabalho, a desregulamentação, a flexibilidade, a polivalência, a arbitrariedade e a prepotência patronais. E afirmam: «O direito ao trabalho

está muito para além das necessidades de subsistência.

«Um posto de trabalho onde o indivíduo se realize profissional e socialmente é um importante factor de integração na sociedade.»

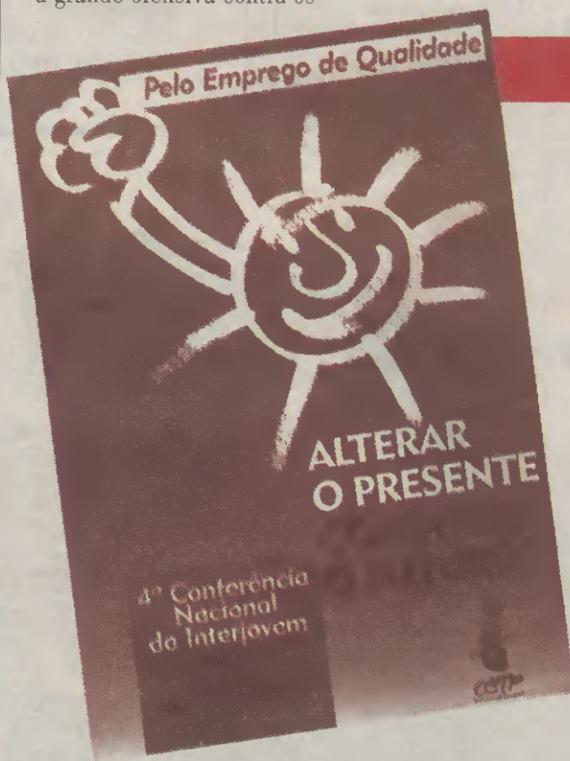
Os salários são um dos principais problemas, com a diminuição do seu valor real, o crescimento da sua parte variável e a individualização das remunerações.

«Trata-se de uma estratégia patronal de flexibilização dos salários, em que o custo salarial é um factor totalmente variável dos custos das empresas, fazendo tábua rasa da sua função social», clarifica a Interjovem.

Está a surgir uma clivagem de gerações no plano dos direitos

Algumas reivindicações

- Actualização do salário mínimo a ritmos superiores aos do salário médio;
- Aumento do período de férias para 25 dias úteis, independentemente da assiduidade;
- Passagem a contratos sem prazo de todos os trabalhadores que exerçam funções de carácter permanente;
- Regularização da situação dos trabalhadores a recibos verdes, convertendo-os em contratos sem prazo;
- Controlo do trabalho temporário;
- Combate a práticas abusivas de empregos a tempo parcial, que são de facto a tempo inteiro mas com salários mais baixos;
- Valorização do salário-base e da parte estável do salário;
- Aplicação integral do estatuto de trabalhador-estudante.



Juventude CDU

Que futuro para o centro de Coimbra?

A Juventude CDU veio a público, anteontem, reclamar o rejuvenescimento do centro histórico de Coimbra e o fim da progressiva degradação e desertificação da área nobre da cidade.

Para tal apresenta várias propostas, nomeadamente a utilização do novo regime do

«Recria», que permite à Câmara Municipal substituir-se aos senhorios no caso destes se recusarem a fazer obras de beneficiação dos edifícios. Outras medidas passam pela assinatura de protocolos com a Universidade de Coimbra para a construção de residências estudantis e pela adopção

por arte da autarquia do papel de mediador na compra, recuperação e arrendamento de imóveis a custos controlados.

Os jovens da CDU defendem ainda a recuperação de espaços emblemáticos da cidade, actualmente deixados ao abandono, como o Clube de Coimbra e o Teatro Sousa Bastos.

«É inaceitável que uma cidade como a nossa, dotada de um belíssimo património arquitectónico, o veja abandonado e em risco de ruir. Tanto mais que a habitação se assume como um dos mais graves problemas de Coimbra, em particular em relação à população juvenil», sustenta a CDU.

Os jovens recordam que o PS não cumpriu as suas promessas eleitorais e dizem que, olhando para os últimos quatro anos, «a única coisa a que assistimos foi a um imenso vazio de ideias e de vontade política».

«A repavimentação das ruas, naturalmente necessária, é desvalorizada se pensarmos que, nesta zona da cidade, assim que o comércio encerra as portas, apenas transeuntes ocasionais dela usufruem», comentam.

A paz

não se promove com a guerra

A condenação da acção retaliatória promovida pelos EUA, o alerta para os riscos de uma nova escalada de violência e a defesa de novas soluções para a erradicação do terrorismo, são elementos comuns na tomada de posição da CGTP-IN, de «Os Verdes» e do Conselho Português para a Paz e Cooperação - CPPC, face aos bombardeamentos do Afeganistão.

A Intersindical Nacional, que reafirma a sua firme condenação do criminoso atentado terrorista nos EUA, manifesta o seu

veemente desacordo com a acção retaliatória e defende que «a problemática do terrorismo deve ser encarada num contexto mais global da actual situação internacional e que o combate a este flagelo deve ser conduzido pela Organização das Nações Unidas, sempre na perspectiva da busca de soluções políticas que evitem ainda mais danos humanos e materiais».

A prevalência de meios políticos é igualmente defendida pelo CPPC, que apela a todos os seus simpatizantes para que, pelos meios ao seu

alcance, «se incorporem e organizem em iniciativas pelo exercício dos direitos cívicos, contra a xenofobia, contra o terrorismo e contra a guerra e pelos ideais de uma paz duradoura no mundo».

«Os Verdes» sublinham que «a paz e a segurança não se promovem com a guerra» e consideram que o combate ao terrorismo no mundo passa, «não pelo recurso às velhas soluções armamentistas, mas por novas soluções, como a erradicação das causas que alimentam o terrorismo».

